



IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

2016

# SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

PNAD 2015

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

2016

# SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

PNAD 2015



Instituto Jones dos Santos Neves

Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo PNAD 2015. Vitória, ES, 2016.

104p. il. Tab.

1.Indicadores Sociais. 2.Demografia. 3.Domicílios. 4.Educação. 5.Mercado de Trabalho. 6.Renda. 7.Pobreza. 8.Espírito Santo (Estado). I.Título.

**GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Paulo César Hartung Gomes

**VICE GOVERNADOR**

César Roberto Colnago

**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO**

Regis Mattos Teixeira

**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES**

**DIRETORA PRESIDENTE**

Andrezza Rosalém Vieira

**DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS**

Ana Carolina Giuberti

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Andréa Figueiredo Nascimento

**EQUIPE TÉCNICA**

***Arranjos Familiares***

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda

***Demografia***

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

***Distribuição de Renda***

Marlon Neves Bertolani

***Domicílios***

Isabella Batalha Muniz Barbosa

***Educação***

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

***Mercado de Trabalho***

Vicente de Paulo Costa Pereira

***Arte Gráfica***

João Vitor André  
Lastênio João Scopel

***Compilação dos dados e automação***

Frederico Guilherme Nogueira  
Rafael Correia das Neves

## Apresentação

O Instituto Jones dos Santos Neves tem a finalidade precípua de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e avaliação de políticas públicas. A Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo, editada anualmente, encontra-se em sua 7ª edição e pretende evidenciar a evolução socioeconômica capixaba no período de 2005 a 2015. São abordados os seguintes temas: arranjos familiares, demografia, domicílios, distribuição de renda, educação e mercado de trabalho. Em cada aspecto dos temas analisados é feita, sempre que possível, uma contextualização do Espírito Santo em relação às transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil e na região Sudeste no período correspondente. Cada tema abordado recebeu a contribuição de especialistas na área, com o intuito de enriquecer e ressaltar com análises, os dados, figuras e gráficos apresentados, fornecendo uma reflexão sobre cada assunto. Os enfoques de gênero, situação de domicílio (urbana ou rural) e cor ou raça foram abordados de forma a permitir melhor compreensão sobre os indicadores, na medida em que as informações estatísticas permitissem. Importa informar que, a PNAD foi a fonte exclusiva de dados da Síntese dos Indicadores.

## Foreword

The Jones dos Santos Neves Institute is primarily designed to produce social, economic and territorial knowledge about the State of Espírito Santo to subsidize policy makers in the formulation and evaluation of public policy. The Synthesis of Social Indicators of the State of Espírito Santo, published annually, is in its 6th edition and aims to highlight the capixaba socioeconomic development from 2005 to 2015. It focuses on the following subjects: demography, households, income distribution, education, labor market and living arrangements. This study also aims to situate the State of Espírito Santo in the context of socio-economic changes occurring in Brazil and in the Southeast region at the same period. Each theme introduced has received the contribution of experts, who enhanced and emphasized this synthesis with analysis, figures and graphs, providing a reflection on each subject. The gender approaches, household situation (urban or rural) and skin color or race were considered to enable better understanding of the indicators as far as the statistical data allow. In this edition, the National Household Survey (PNAD) was the only source of data in the Synthesis of Social Indicators.



# SUMÁRIO

## ➤ **DEMOGRAFIA** **9**

Evolução anual da população .....	12
Crescimento populacional .....	13
Taxa de urbanização .....	14
Migração .....	15
Fecundidade .....	16
Razão de sexo .....	17
Estrutura etária .....	18
Idade média .....	19
Envelhecimento .....	20
Razão de dependência .....	21
Razão de dependência jovem .....	22
Razão de dependência idoso .....	23

## ➤ **DOMICÍLIOS** **24**

Total de domicílios .....	27
Abastecimento de água .....	28
Acesso à rede coletora de esgoto .....	29
Esgotamento sanitário adequado .....	30
Esgotamento sanitário inadequado .....	31
Coleta de lixo .....	32
Telefonia fixa .....	33
Telefonia celular .....	34
Iluminação elétrica .....	35
Posse de bens duráveis .....	36
Domicílios por tipo de ocupação .....	37
Domicílios adequados .....	38

## ➤ **DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** **39**

Renda média domiciliar per capita real .....	42
Renda média real de todas as fontes .....	43
Coefficiente de Gini .....	44
Extremamente pobres .....	45
Pobres .....	46
Classe D .....	47
Classe C .....	48
Classe AB .....	49

## ➤ **EDUCAÇÃO** **50**

Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais .....	52
Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos .....	53
Escolaridade média segundo faixas de idade .....	54
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 11 anos de estudo .....	55
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 15 anos de estudo .....	56
Taxa de analfabetismo .....	57
Taxa de analfabetismo funcional .....	58
Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos .....	59
Frequência escolar segundo faixas de idade .....	60
Frequência escolar por nível de ensino e rede .....	61
Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio .....	62
Alocação do tempo dos jovens .....	63

## ➤ MERCADO DE TRABALHO 64

População em idade ativa .....	66
População economicamente ativa .....	67
População não economicamente ativa .....	68
Taxa de atividade .....	69
Taxa de atividade segundo faixas etárias .....	70
Percentual de crianças ocupadas .....	71
População ocupada .....	72
Taxa de ocupação .....	73
Taxa de ocupação segundo faixas etárias .....	74
Taxa de desemprego .....	75
Taxa de desemprego segundo faixas etárias .....	76
Empregados por setor formal e informal .....	77
Ocupação por atividade econômica .....	78
Distribuição da população ocupada segundo escolaridade .....	79
Ocupados por posição de ocupação .....	80
Renda média real de todos os trabalhos .....	81
Cobertura previdenciária .....	82
Cobertura previdenciária por atividade .....	83
Pessoas sindicalizadas .....	84
Pessoas sindicalizadas por atividade .....	85

## ➤ ARRANJOS FAMILIARES 86

Arranjos familiares .....	89
Arranjo familiar típico .....	90
Arranjo familiar mononuclear .....	91
Característica das mulheres chefes de família .....	92
Níveis de instrução segundo arranjos familiares .....	93

Ocupação segundo arranjos familiares .....	94
Classes econômicas segundo arranjos familiares .....	95

## APÊNDICE METODOLÓGICO 96

## GLOSSÁRIO 98



DEMOGRAFIA

A compreensão dos fenômenos demográficos, a partir do estudo das características populacionais, tanto as estáticas (tamanho e composição) quanto as dinâmicas (fecundidade, mortalidade e migração), é fundamental para o planejamento econômico, social, político e territorial de uma região. A análise da dinâmica demográfica brasileira a partir da segunda metade do século XX, por exemplo, revela importantes transformações que mostram a necessidade de se pensar novos modelos e alternativas frente aos desafios impostos por uma nova estrutura populacional mais envelhecida.

O Brasil encontra-se atualmente em um processo de transição demográfica. Segundo Castiglioni (2009, p. 93)<sup>1</sup>, “este processo, que consiste na passagem de uma situação caracterizada por níveis elevados de natalidade e mortalidade a uma situação em que os níveis dos dois componentes de crescimento são baixos, ocorre em todo o mundo: os países de desenvolvimento mais avançado iniciaram a transição há cerca de dois séculos atrás e já completaram o processo, todos os demais países estão passando atualmente pelas fases da transição”. A transição demográfica brasileira teve início na primeira metade do século XX, com a queda da mortalidade, e prosseguiu de forma mais acelerada na segunda metade, com o declínio da natalidade, aproximando-se atualmente de sua etapa final (CASTIGLIONI, 2009, p. 95).

O período de transição demográfica de uma sociedade se caracteriza por mudanças significativas no crescimento e na composição da população, a partir de um processo de envelhecimento que se dá com a redução dos segmentos de crianças e jovens e o aumento dos segmentos de adultos e idosos. O processo de envelhecimento indica que o nível

de vida do brasileiro está se elevando (MOREIRA, 2001; CAMARANO, 2002; WONG, 2001; apud CASTIGLIONI, 2008, p. 5)<sup>2</sup>. No entanto, também é preciso considerar o impacto que esse processo tem na realidade socioeconômica do país, trazendo grandes implicações nas demandas sociais, principalmente no que se refere aos sistemas de saúde e previdência social.

A acelerada queda das taxas de natalidade, em especial na segunda metade do século passado, coloca o país em uma situação na qual grande parcela de sua população se encontra em idade ativa (IBGE, 2013, p. 64<sup>3</sup>). Essa condição, chamada por muitos autores de bônus demográfico, se dá quando a parcela de pessoas em idade ativa é maior do que a parcela dependente da população (crianças e idosos), o que é uma condição propícia ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, “com uma razão de dependência favorável, o Brasil tem condição única na sua história para aproveitar as oportunidades geradas pelo pequeno peso relativo das demandas sociais em relação a jovens e idosos. Neste contexto demográfico, os investimentos em educação e saúde, principalmente, poderão refletir em resultados muito positivos se as devidas políticas foram adotadas” (IBGE, 2013, p. 64)

O Espírito Santo começou mais tarde que o Brasil o seu processo de transição demográfica, no entanto, este processo foi mais acelerado e atualmente está mais avançado que a média do país. Segundo Castiglioni (2009, p. 95), a queda da fecundidade no Espírito Santo ocorreu com atraso em relação ao conjunto do país, porém de forma acelerada. Esse declínio, que era modesto na década de 1960, se acentuou nas décadas de 1970 e 1980 e continuou na década de 1990, porém com

<sup>1</sup> CASTIGLIONI, Aurélia H. Mudanças na Estrutura Demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. Geografares. 2009.

<sup>2</sup> CASTIGLIONI, Aurélia H. Envelhecimento da população em Vitória, Espírito Santo (Brasil). Trabalho Apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de setembro de 2008. 16 p.

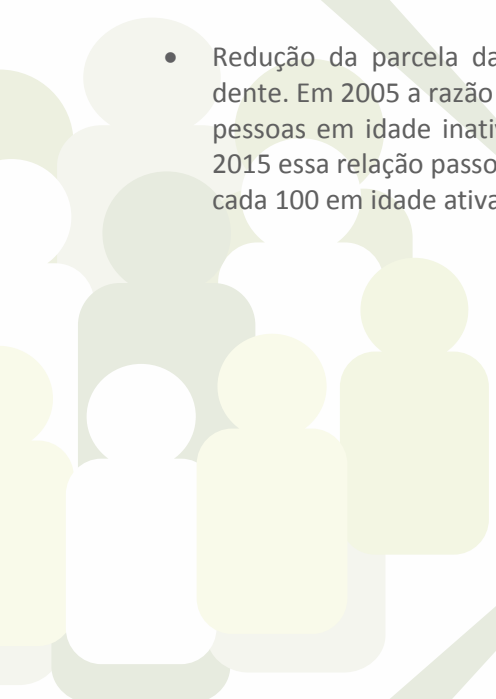
<sup>3</sup>Brasil em números = Brazil in figures. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Vol. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 392 p.

um ritmo mais lento (CASTIGLIONI, 2009, p. 95). Assim, nas últimas décadas do século XX, o Espírito Santo já apresentava taxas de fecundidade total mais baixas que o conjunto do país. Com relação à mortalidade, Castiglioni (2009, p. 95) afirma que “a situação do Estado foi sempre melhor que a do conjunto do país, em consequência da formação de sua população composta por descendentes de imigrantes europeus, cuja cultura influiu positivamente nos hábitos e costumes da população”.

A população capixaba vem passando por uma fase da transição demográfica na qual a população deixa de ser predominantemente jovem e passa a se tornar progressivamente envelhecida, repercutindo em novos parâmetros para atendimento às demandas sociais, em especial no que se refere à saúde, à educação, ao emprego e à seguridade social. Esta seção de demografia da Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo – 2015 tem como objetivo analisar as recentes tendências da dinâmica demográfica do Espírito Santo, a partir das mudanças ocorridas no período entre 2005 e 2015, tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). De forma geral, verifica-se o seguinte contexto demográfico:

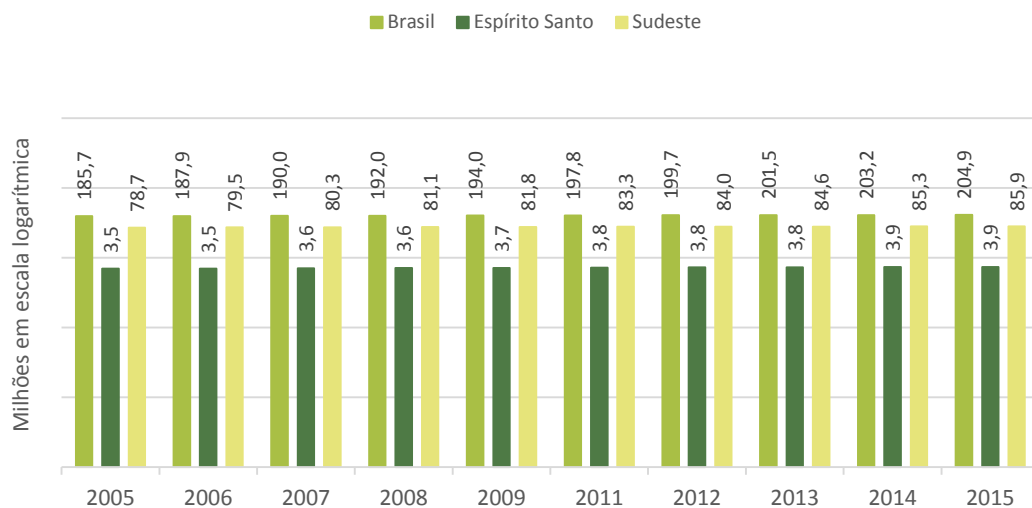
- Leve crescimento populacional (0,4 milhão no período) com superioridade do gênero feminino, preto/pardo e residentes na zona urbana;
- Ritmo decrescente de crescimento populacional. Em 2005, a taxa de expansão da população em relação ao ano anterior foi de 1,5%, patamar que recuou para 1,1% em 2015;
- Migração líquida de 21,6 mil indivíduos no quinquênio 2010-2015 (a terceira menor dos quinquênios considerados);
- Mudanças na estrutura etária em decorrência do perfil mais envelhecido da população. Em 2005 a cada 100 jovens na população do estado existiam 32 idosos. Em 2015 essa relação mais que dobrou e foi para 72,9 idosos a cada 100 jovens;

- Redução da parcela da população economicamente dependente. Em 2005 a razão de dependência no estado era de 52,6 pessoas em idade inativa para cada 100 em idade ativa. Em 2015 essa relação passou para 54,6 pessoas em idade inativa a cada 100 em idade ativa.





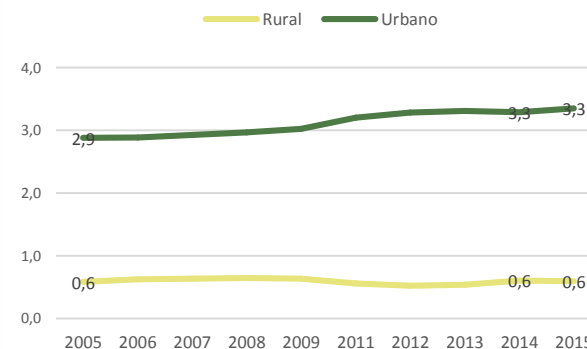
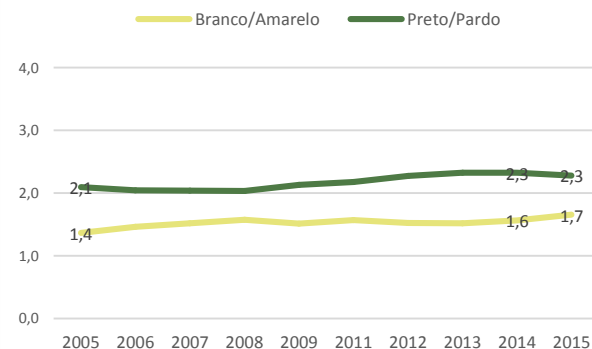
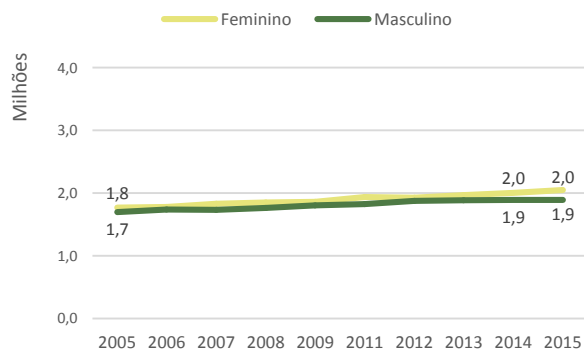
## População residente. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a população do Espírito Santo, em 2015, totalizou 3,9 milhões de habitantes. Este número representa um incremento de aproximadamente 400 mil pessoas vivendo no estado desde o início da série histórica apresentada em 2005, quando a população estimada foi de 3,5 milhões de habitantes. A composição da população por gênero não se alterou significativamente no período 2005 a 2015, sendo que, na média, 52,0% dos habitantes totais são mulheres e 48,0% homens. Em 2015, a população feminina registrada foi de aproximadamente 2 milhões de pessoas, ao passo que a masculina foi de 1,9 milhão. A população de cor ou raça branca/amarela apresentou leve aumento de 2014 para 2015, 0,1 milhão de residentes. As pessoas pertencentes a categoria preto/pardo representaram 57,8% da população total do estado – 2,3 milhões de habitantes (redução de 45.000 em relação a 2014). Em relação à situação do domicílio, destaca-se que a maior parte da população espírito-santense, 3,3 milhões de pessoas, vivem na área urbana, enquanto 0,6 milhões na área rural (redução de 13,5 mil em relação a 2014).

## População residente por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

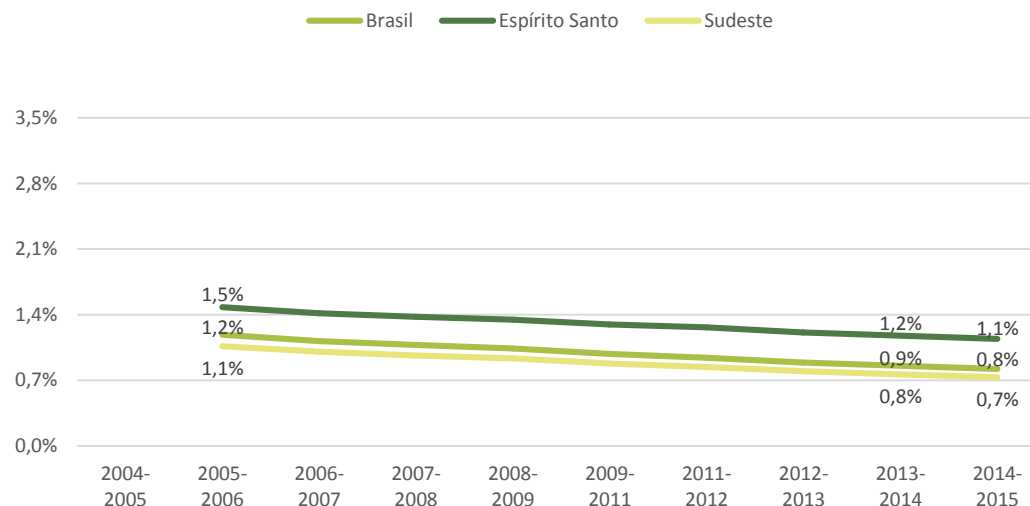


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



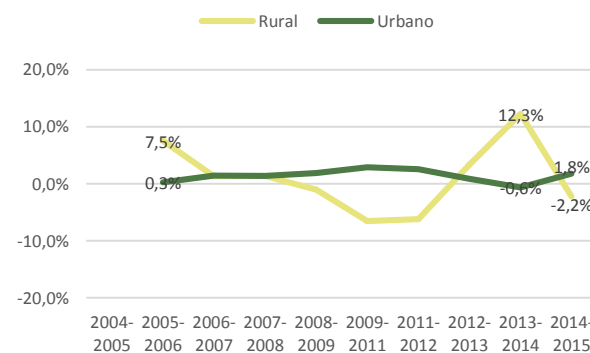
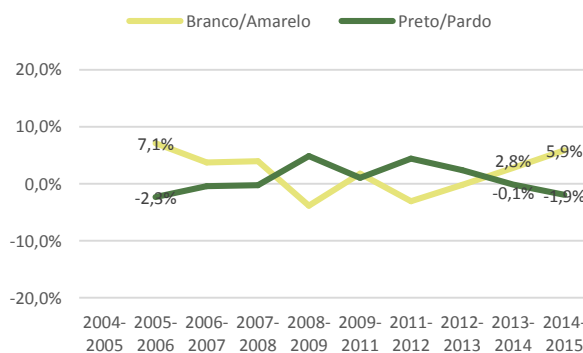
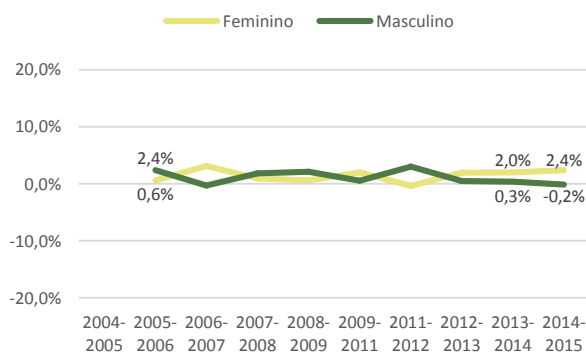
As populações brasileira e capixaba exibiram nos últimos anos uma desaceleração no seu ritmo de crescimento. Durante o período 2005 a 2015 a taxa média de crescimento populacional registrada pelo Brasil ficou abaixo de 1,0% a.a. e no Espírito Santo acima de 1,1% a.a. Confrontando 2015 com o ano imediatamente anterior, a população capixaba aumentou 1,1%, enquanto a taxa de crescimento da população brasileira e do Sudeste foram ainda menores, 0,8% e 0,7%, respectivamente. A população feminina se elevou num ritmo mais acentuado que a masculina (2,4% frente a redução de -0,2%) e foi responsável pelo crescimento registrado em 2015, uma vez que a população masculina diminuiu. Ressalta-se também o aumento na população pertencente à categoria branco/amarelo, de 5,9%, e a redução na população rural, de -2,2%, após crescimento de 12,3% entre 2014 e 2013.

### Taxa anual de crescimento populacional. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

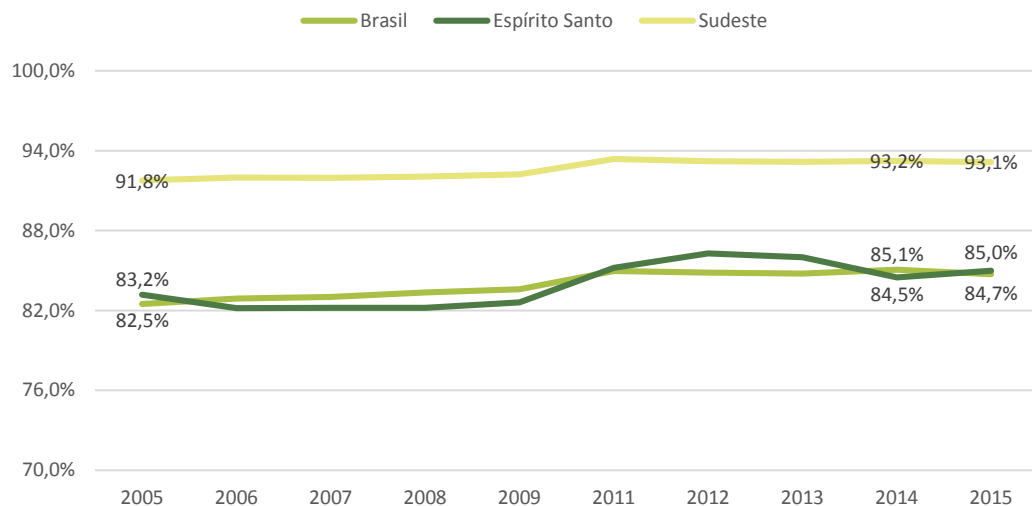
### Taxa anual de crescimento populacional por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



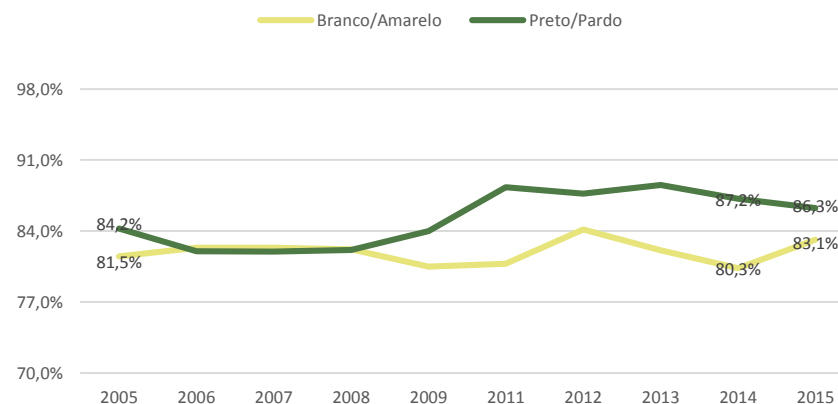
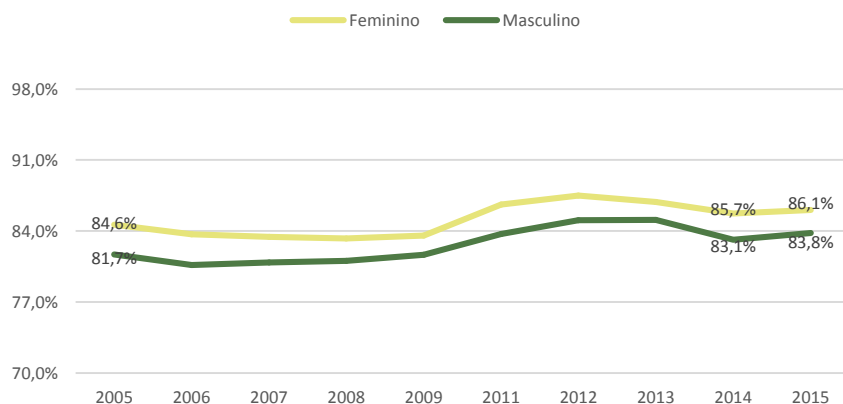
### Taxa de urbanização. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

O grau de urbanização reflete o percentual da população que reside em área urbana. Em 2015, 84,7% da população brasileira e 85,0% da capitaba viviam em áreas urbanas. Desde 2005, verifica-se um aumento no grau de urbanização do Espírito Santo, com acréscimo de 1,8 p.p, refletindo uma urbanização próxima à observada no país e bem inferior à observada no Sudeste (93,2% em 2014 e 93,1% em 2015). No que se refere ao gênero, 86,1% das mulheres e 83,8% dos homens residiam na área urbana, enquanto que na divisão por cor ou raça, a concentração urbana se manifestou de forma mais acentuada no grupo de habitantes que pertence ao grupo preto/pardo (86,3% ante 83,1% dos brancos/amarelos).

### Taxa de urbanização por gênero e cor ou raça. Espírito Santo, 2005 a 2015

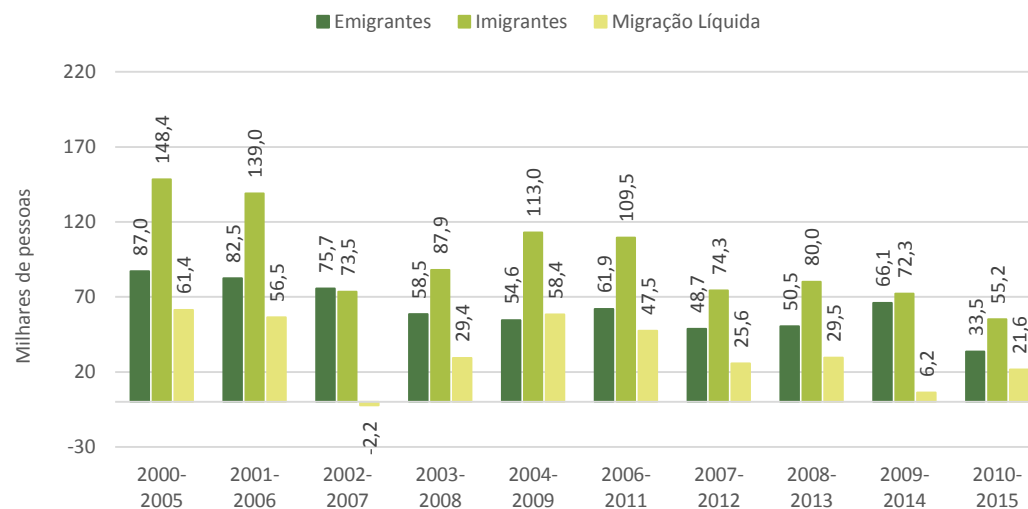


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



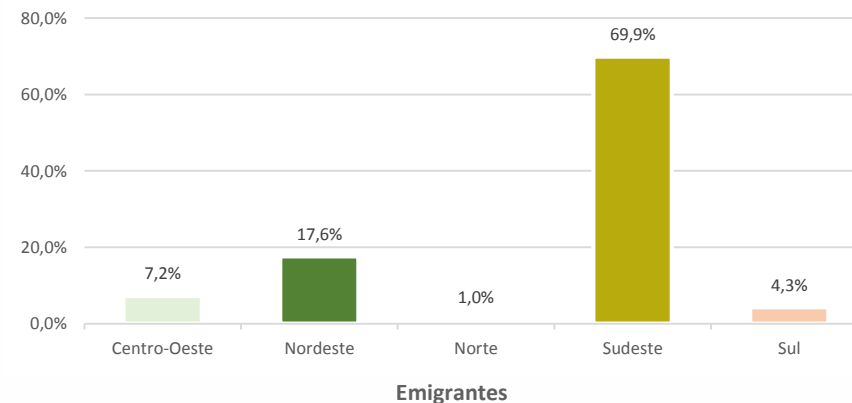
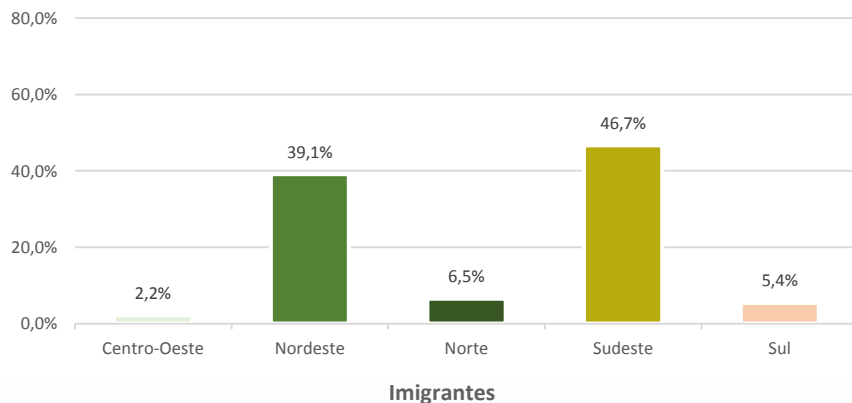
No período de 2010 a 2015, imigraram para o Espírito Santo 55,2 mil pessoas, número inferior ao registrado no quinquênio imediatamente anterior (2009 a 2014) e o menor número desde o quinquênio inicial observado (2000 a 2005). As regiões Sudeste e Nordeste foram responsáveis por mais de 85,8% das pessoas que fixaram moradia no estado. Por outro lado, 33,5 mil pessoas emigraram para outros estados, sendo que a maior parte (69,9%) teve como destino a região Sudeste e 17,6% o Nordeste. Assim, nos últimos cinco anos, a migração líquida resultou em 21,6 mil novos residentes no estado, o terceiro menor valor desde o quinquênio inicial observado.

## Fluxos migratórios. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

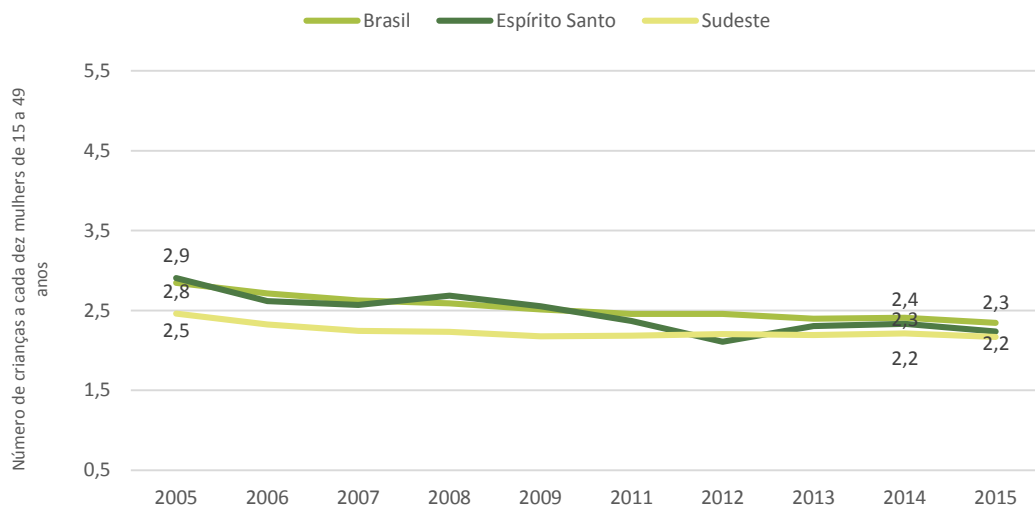
## Composição dos fluxos migratórios por região. Espírito Santo, 2010 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



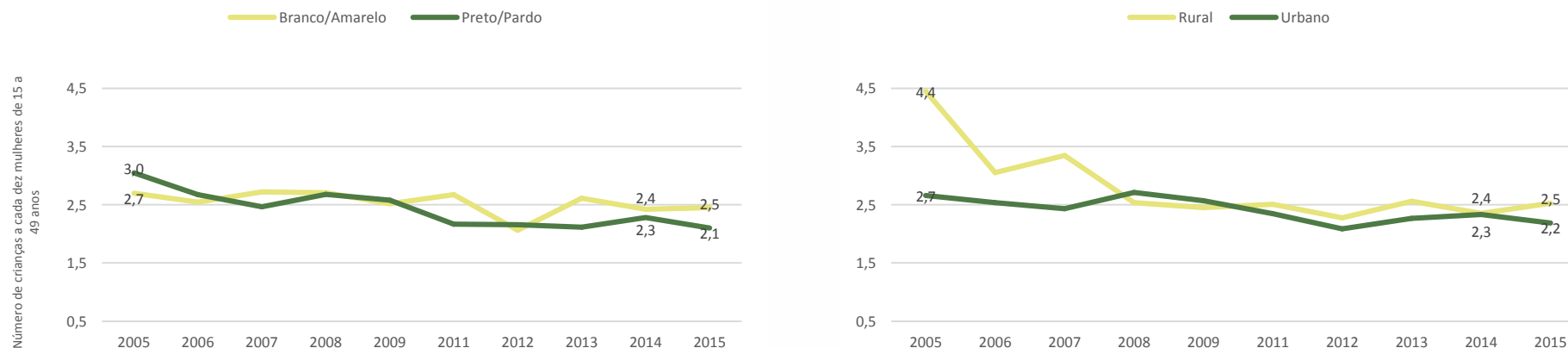
## Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 49 anos. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Em 2015, o número de crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres residentes em idade reprodutiva (15 a 49 anos) no Espírito Santo foi de 2,2, levemente inferior à registrada em 2014 (2,3). No Brasil essa relação foi maior que no estado (2,3), enquanto no Sudeste a relação criança-mulher foi igual. O grupo de mulheres na categoria branco/amarelo em idade reprodutiva do Espírito Santo contabilizou 2,5 crianças a cada 10 mulheres, enquanto preto/pardo 2,1. Nas áreas urbana e rural do estado, os indicadores também foram relativamente próximos, tendo se distanciado em 2015, mas ambos com queda desde 2005 (principalmente a zona rural).

## Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 49 anos por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

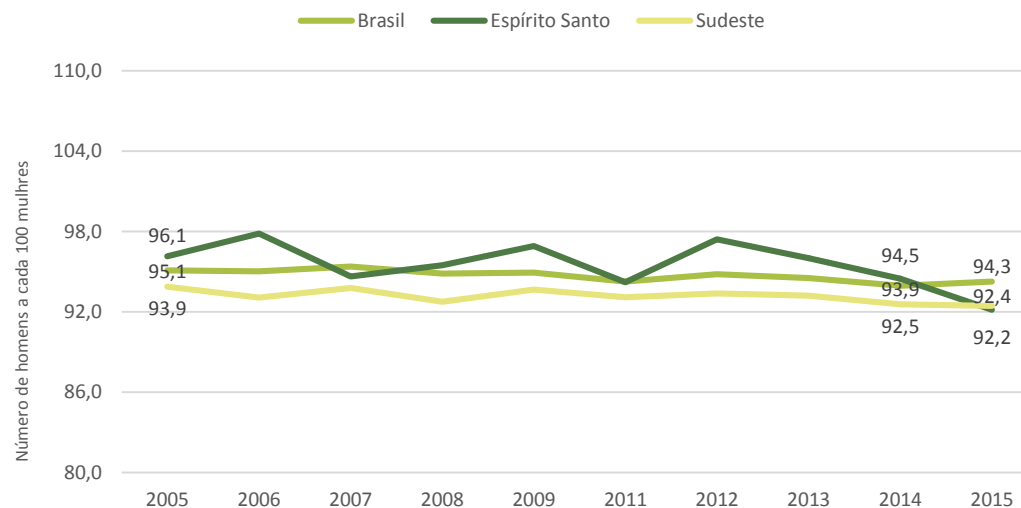


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



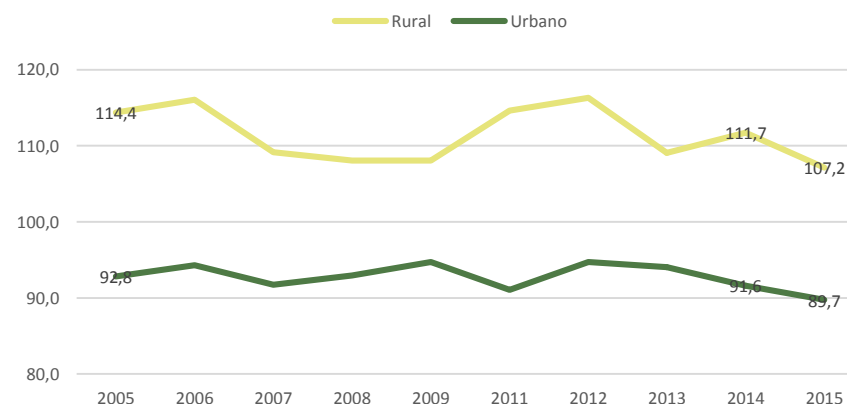
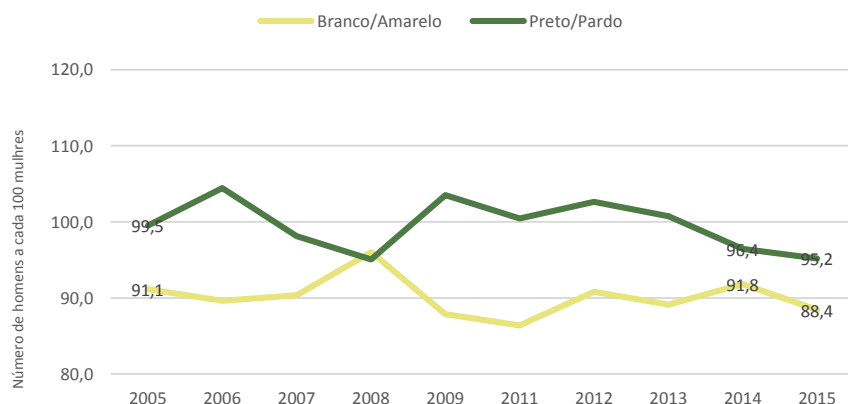
A razão de sexo mostra a quantidade de homens na população a cada 100 mulheres. Através deste indicador é possível perceber que a população feminina predomina tanto no estado, quanto no Sudeste e no Brasil. Ao longo dos últimos anos as razões de sexo se situaram relativamente próximas umas das outras. Em 2015, a cada 100 mulheres residentes existiam 92,4 homens no Espírito Santo, 92,2 no Sudeste e 94,3 no Brasil. Na população autodeclarada branca/amarela do Espírito Santo foram registrados 88,4 homens para cada 100 mulheres, enquanto que na categoria preto/pardo a relação é 95,2 homens para cada 100 mulheres. Também é possível perceber que na área urbana preponderou as mulheres (89,7 homens a cada 100 mulheres), ao passo que na área rural predominou os homens (107,2 homens a cada 100 mulheres).

### Razão de Sexo. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

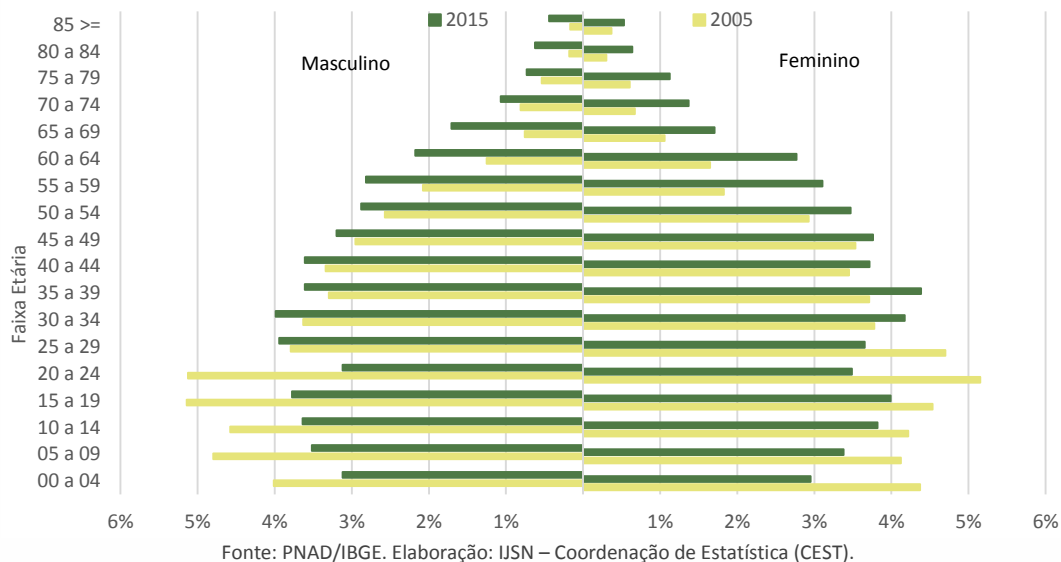
### Razão de sexo por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

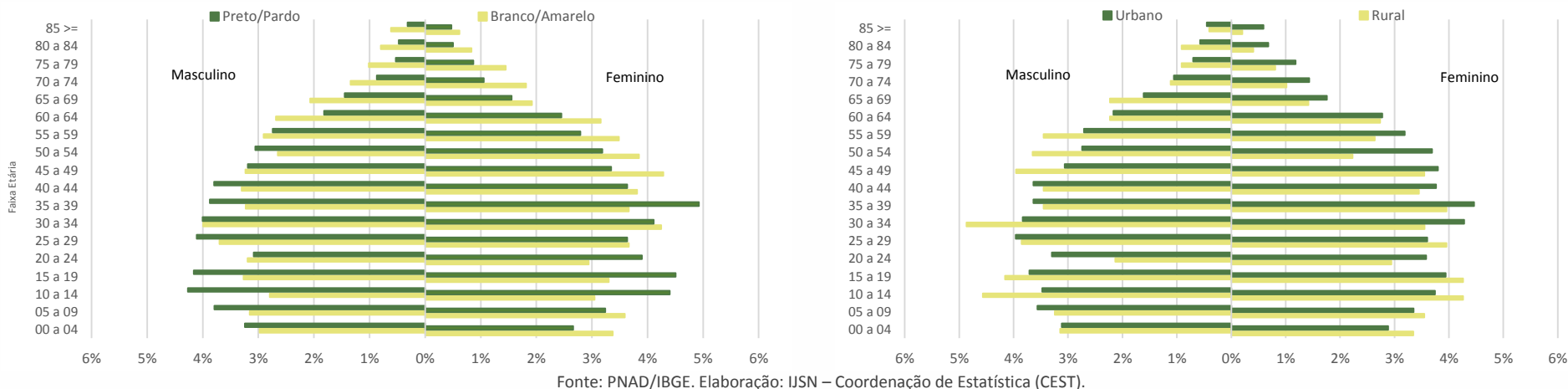


### Estrutura etária. Espírito Santo, 2005 e 2015



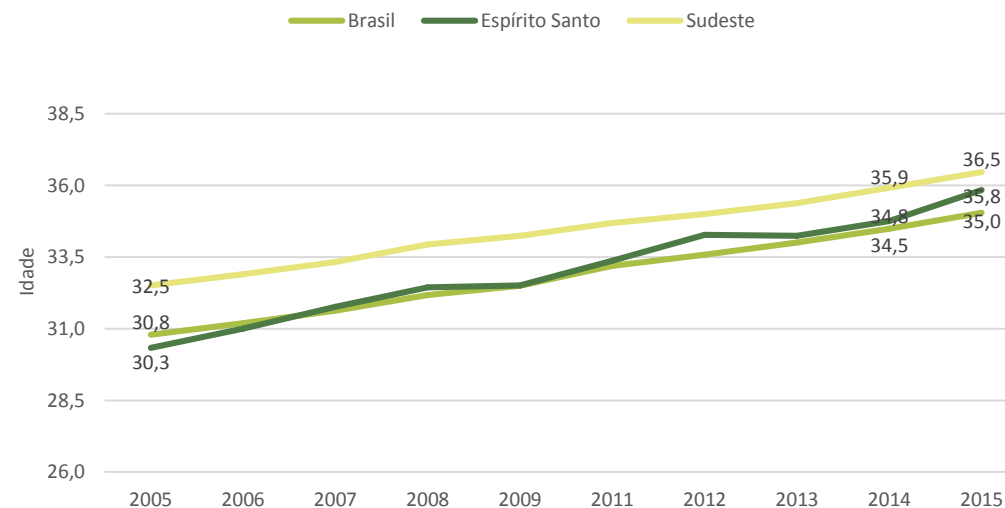
A estrutura etária da população capixaba se transformou nos últimos anos, distanciando-se um pouco da forma piramidal tradicional. Em 2015, 13% da população do estado tinha até nove anos de idade, sendo que em 2005 essa participação era de 17,3%. Por outro lado, a população idosa (com 60 anos ou mais de idade) representou 14,9% dos habitantes totais no último ano, enquanto que em 2005 alcançou 8,4%. Nas faixas etárias mais jovens ocorreu diminuição da participação enquanto nas faixas etárias mais elevadas ocorreu crescimento da participação. A população de cor ou raça preto/pardo mostrou-se mais jovem que a população branca/amarela, enquanto branco/amarelo são maioria entre os mais velhos (principalmente entre as mulheres). Na área rural, a faixa de homens de 30 a 34 anos é a que concentrou a maior parcela desta população, 4,9%, ao passo que na área urbana ressalta-se a importância da população feminina na faixa de 35 a 39 anos (4,5%) e idosa.

### Estrutura etária por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015



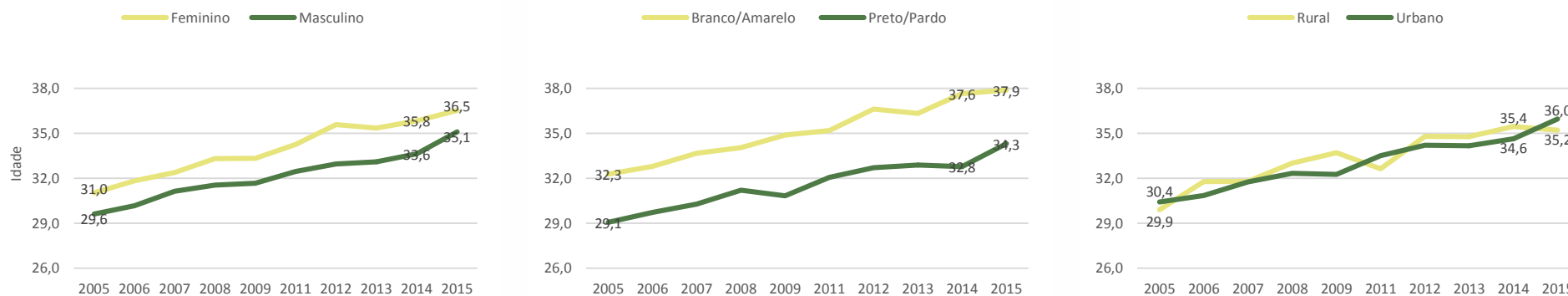
Em 2015, tanto a idade média da população do Sudeste quanto a do Brasil continuaram com a tendência de crescimento registrada nos anos anteriores, alcançando 36,5 anos e 35 anos, respectivamente. No Espírito Santo, após leve queda neste indicador em 2013, voltou a subir para 34,8 anos de idade em 2014 e 35,8 anos de idade em 2015. A idade média das mulheres foi, durante todo o período de análise, superior à idade média dos homens. Em 2015 a diferença alcançou 1,4 pontos percentuais. A idade média da população de cor ou raça branca/amarela, como nos anos anteriores, ficou acima da população preta/parda, 37,9 anos frente a 34,3 anos de idade, enquanto que os habitantes das áreas rural e urbana apresentaram idades médias muito próximas, com leve superioridade para a zona urbana em 2015 (36 anos de idade).

### Idade média da população residente. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

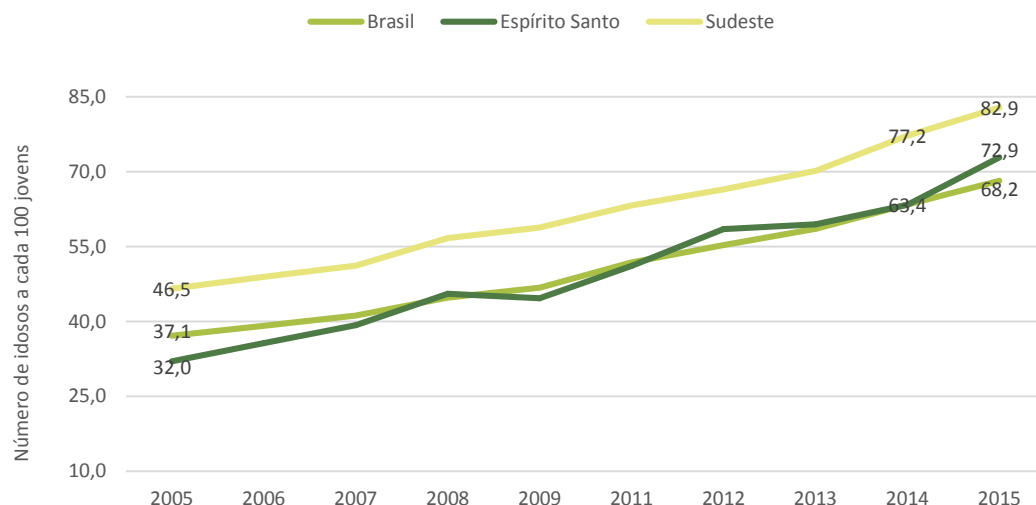
### Idade média da população residente por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



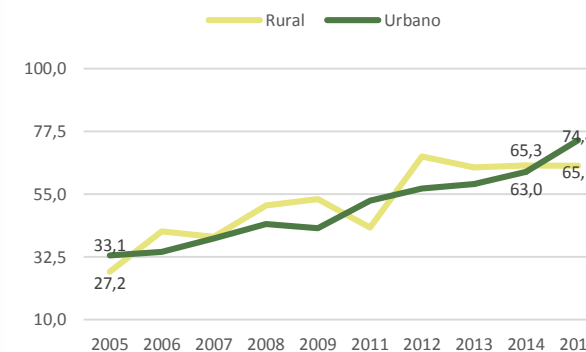
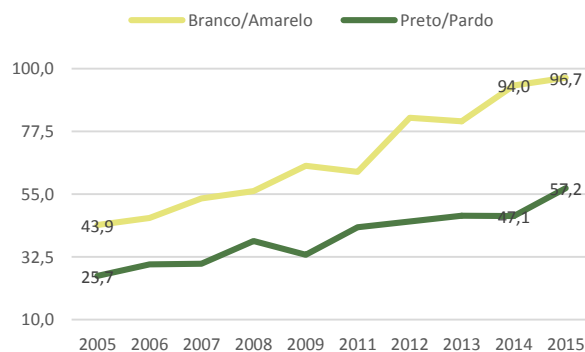
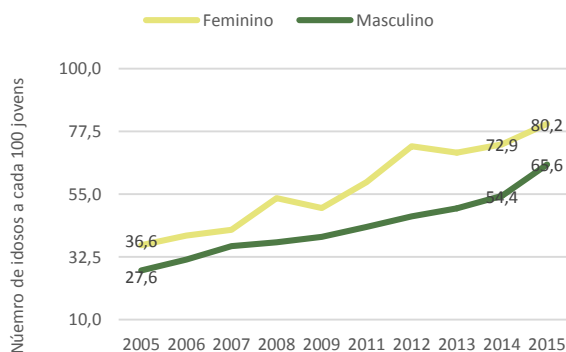
## Índice de envelhecimento. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

O índice de envelhecimento mede o número de idosos (60 anos ou mais de idade) a cada 100 jovens (0 a 14 anos de idade) na população. Em 2015, e seguindo a tendência observada nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no Sudeste e no Espírito Santo houve um aumento do peso da população idosa. O indicador apresentado pelo Espírito Santo, de 72,9 idosos para cada 100 jovens, foi superior ao do Brasil, mas inferior ao do Sudeste (82,9), tendo este último crescido 9,5 pontos percentuais em relação a 2014. A população capixaba feminina está mais envelhecida que a masculina e contou, em 2015, com 80,2 idosas para cada 100 mulheres jovens. Também se destaca o índice de envelhecimento da população de cor ou raça branca/amarela (96,7) frente a preto/pardo (57,2). Comparando o indicador da área urbana com a rural, a primeira (74,4) apresentou-se mais envelhecida que a segunda (65,1) em 2015. Nota: O grupo etário da população idosa foi determinada com base no Estatuto do Idoso.

## Índice de envelhecimento por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

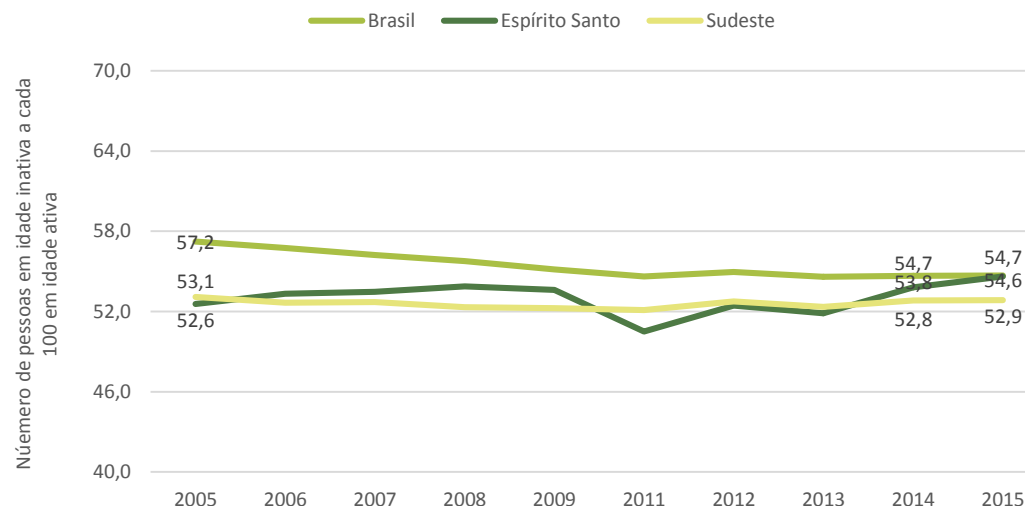


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



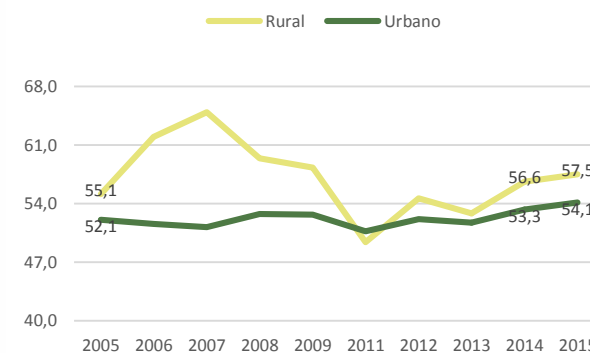
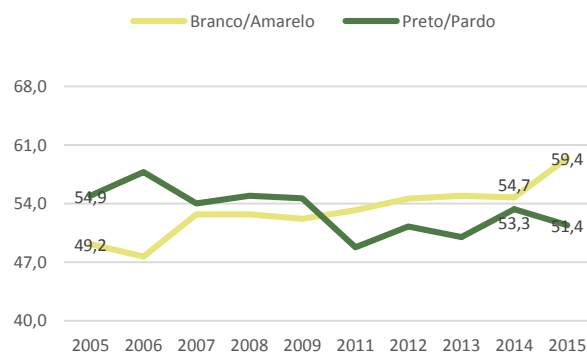
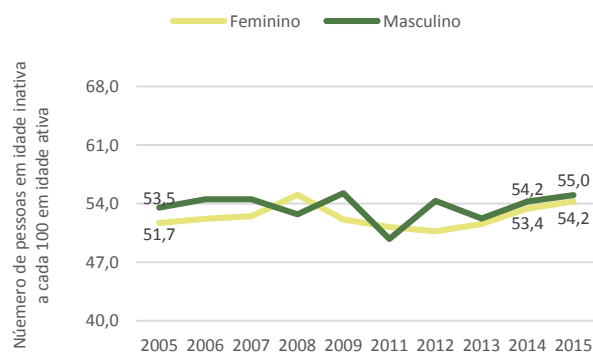
A razão de dependência evidencia o peso relativo da população considerada inativa (0 a 14 anos e acima de 60 anos) sobre a população ativa (de 15 a 59 anos). Em toda a série analisada, a razão de dependência no Espírito Santo se situou abaixo da registrada no Brasil. Em 2015, para cada 100 pessoas em idade ativa no estado existiam aproximadamente 54,6 pessoas em idade inativa, enquanto no Brasil este número foi de 54,7 e no Sudeste 52,9. A análise por gênero mostra que na população masculina a razão de dependência foi um pouco maior que na população feminina. Enquanto foi contabilizada 54,2 mulheres em idade inativa para cada 100 mulheres em idade ativa, a relação masculina foi de 55 homens em idade inativa para cada 100 em idade ativa. No estudo por cor ou raça, a população branca/amarela registrou uma razão de dependência de 59,4 ante 51,4 da população de cor ou raça preto/pardo. Em relação à situação do domicílio, a razão de dependência foi de 54,1 para o urbano e de 57,5 para o rural.

**Razão de dependência.  
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

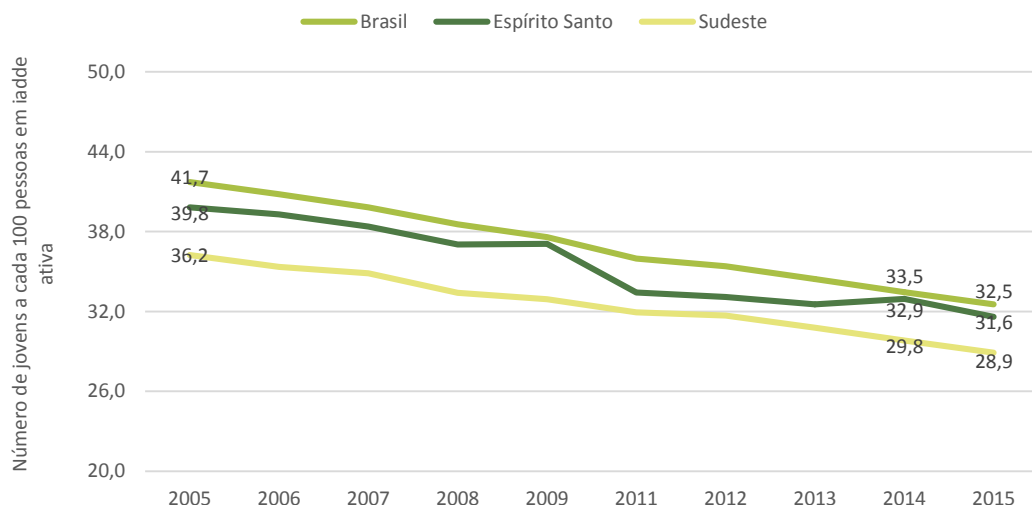
**Razão de dependência por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.  
Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



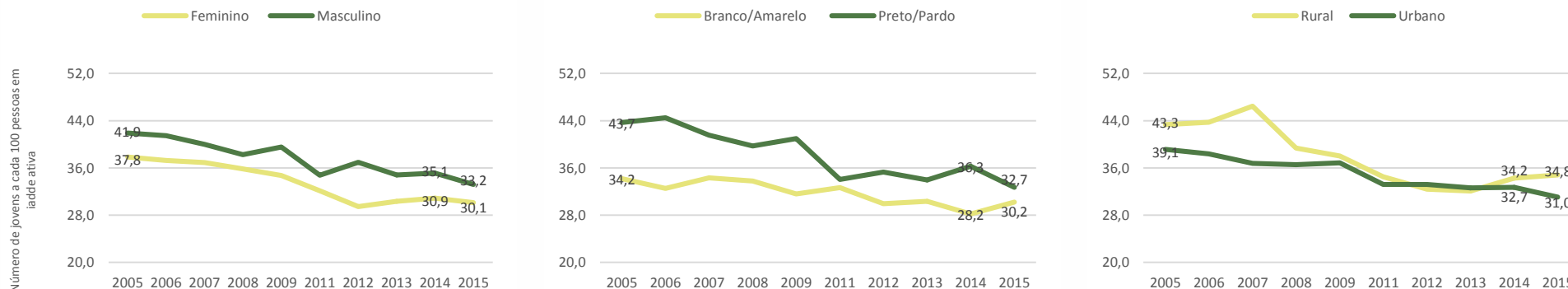
### Razão de dependência jovem. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A razão de dependência jovem, que mostra quantas pessoas de 0 a 14 anos existem para cada 100 habitantes em idade ativa (de 15 a 59 anos), vem declinando nos últimos anos. Em 2015, o indicador do grupo etário jovem para o Espírito Santo (31,6) situou-se abaixo do registrado pelo Brasil (32,5), mas acima do apresentado pelo Sudeste (28,9). A população feminina contabilizou 30,1 jovens a cada 100 mulheres em idade ativa, ao passo que a população masculina apresentou uma relação mais elevada, de 33,2 jovens para cada 100 homens em idade ativa. Diferentemente do que ocorreu com o indicador total (razão de dependência), a razão de dependência jovem da população de cor ou raça branca/amarela (30,2) foi inferior à da população autodeclarada como preto/pardo (32,7). No que se refere à situação do domicílio (rural ou urbana), o indicador ficou bem próximo nas duas áreas entre 2009 e 2013, com superioridade na zona rural em 2014 e 2015 (34,2 e 34,8, respectivamente).

### Razão de dependência jovem por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



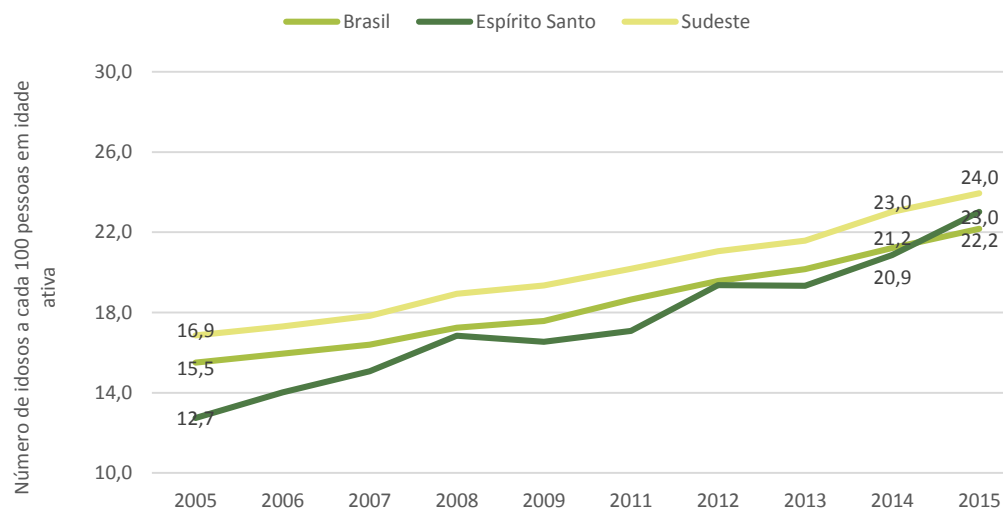
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



A razão de dependência dos idosos apresentou nos últimos anos uma tendência ascendente, resultado do aumento das pessoas com 60 anos ou mais de idade na população. Em 2015, no Espírito Santo, para cada 100 pessoas em idade ativa (15 a 60 anos) existiam 23 idosos, relação superior à registrada no Brasil (22,2) e inferior ao Sudeste (24,0). Na análise por gênero, as mulheres idosas apresentam uma razão de dependência superior à dos homens (24,1 contra 21,8). No grupo das pessoas com 60 anos ou mais de idade de cor ou raça branca/amarela foram contabilizados 29,2 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, enquanto que no grupo preto/pardo essa relação foi 18,7. Na classificação de acordo com a situação do domicílio, se urbano ou rural, as razões de dependência ficaram próximas, 23,1 e 22,7, respectivamente.

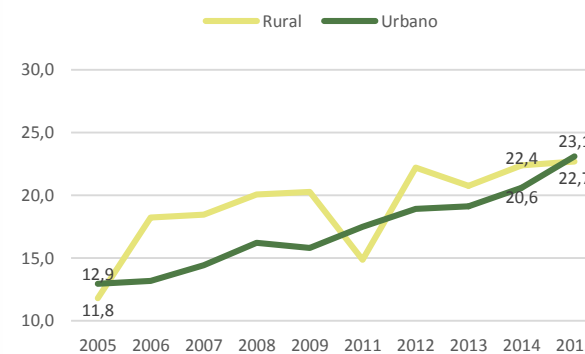
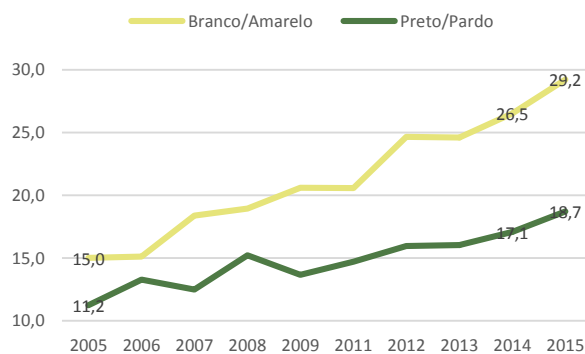
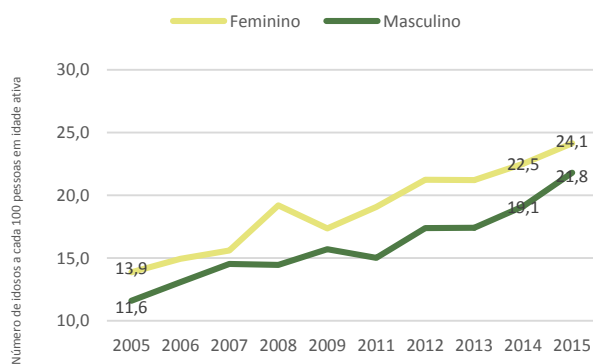
Nota: O grupo etário da população idosa foi determinada com base no Estatuto do Idoso.

**Razão de dependência idoso.  
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

**Razão de dependência idoso por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.  
Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



DOMICÍLIOS

**N**esta seção são apresentados indicadores sobre domicílios que se inserem na dimensão social da presente síntese, observada a evolução da série histórica decenal no período 2005 a 2015. Os resultados foram extraídos com base na PNAD e encontram-se desagregados por escalas territoriais: Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo. Os indicadores mensuram também aspectos socioeconômicos e geográficos como rendimento da população (<=3 salários mínimos (3SM) ou >3SM), e se está situado em zona urbana ou rural. O domicílio é definido como local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos, destinado à habitação de uma ou mais pessoas, cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência (PNAD, 2013)<sup>1</sup>. Os domicílios podem ser classificados em particular e coletivo (p.e.: penitenciárias, orfanatos, quartéis), porém, para os limites desse trabalho, serão considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Os indicadores que compõem a dimensão “domicílios” contemplados nesta seção são: total de domicílios particulares permanentes, acesso à rede coletora de esgoto, esgotamento sanitário adequado, abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação elétrica, telefonia fixa, telefonia celular, posse de bens móveis, domicílios por tipo de ocupação (próprios, alugados e cedidos) e domicílios adequados.

No Espírito Santo, de uma maneira geral, os indicadores relativos aos domicílios tende a acompanhar a evolução gradativa da oferta dos serviços urbanos que norteiam a condição de moradia no Brasil e na Região Sudeste, contudo, há variações conforme seja o serviço. O Espírito

Santo manteve-se ao longo do período decenal 2005/2015 no patamar inferior em relação ao Brasil e ao Sudeste quanto ao indicador “domicílios particulares permanentes”. Entretanto, nos demais indicadores contemplados na análise dos domicílios, o estado manteve-se acima dos percentuais de serviços ofertados em relação ao Brasil e abaixo dos percentuais alcançados pela Região Sudeste.

No Espírito Santo houve um acréscimo de **342** mil domicílios no período entre 2005 e 2015, o que representa 33,5% a mais de domicílios, com concentração de 85,4% na zona urbana, enquanto a zona rural manteve-se no patamar inferior com apenas 14,6% do total de domicílios particulares do estado. Esse quadro reforça a tese de que o Espírito Santo sofre processo de crescente urbanização, conforme se verifica no território nacional. A evolução do indicador “abastecimento de água” no estado sofreu oscilações no período analisado, sendo que a partir de 2008 o gráfico torna-se ascendente atingindo 86,9% dos domicílios em 2015, porém, representa uma evolução pequena de 3,2 p.p. no período decenal. No Espírito Santo, alguns serviços de saneamento alcançaram em 2015 patamares superiores aos registrados para o Brasil, conforme seja; 78,5% no acesso à rede coletora de esgoto; 87,9% do esgotamento sanitário adequado e 91,5% da coleta de lixo. Os pontos percentuais positivos do Espírito Santo em relação ao Brasil foram de 13,2 p.p. no acesso à rede coletora de esgoto; 7,3 p.p. para esgotamento sanitário adequado e de 1,7 p.p. para a coleta de lixo. Quanto aos indicadores já citados, há predominância dos serviços na zona urbana com acentuada diferença em relação à zona rural, mesmo porque o número de domicílios é expressivamente menor na zona rural, assim

---

<sup>1</sup> IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2013. Glossário. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 32. Rio de Janeiro: 2013.

como as classes com renda >3 salários mínimos são mais contempladas nos serviços do que as classes com renda ≤3SM.

No Espírito Santo, o percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado é relativamente maior na variável “fossa rudimentar” atingindo 51,7% do estado, apesar da série histórica mostrar uma evolução ascendente da variável “rio, lago, mar” desde 2013, atingindo o percentual de 35,3% em 2015. Vale ressaltar que a inadequação do esgoto sanitário por fossa rudimentar é mais frequente na zona rural, sendo que a inadequação do esgotamento em rios, lagos e mar é gradativamente crescente e mais acentuada na zona urbana. A iluminação elétrica está praticamente universalizada para todo o território do Espírito Santo (100%) acompanhando os demais contextos, nacional e regional.

Em todas as escalas territoriais analisadas ocorre uma redução gradativa e acelerada do uso de telefonia fixa, sendo que no Espírito Santo foi mais acentuado atingindo o percentual negativo de -18,3 p.p. na série histórica decenal. Por outro lado, os domicílios particulares permanentes têm apresentado uma crescente utilização da telefonia celular entre 2005 e 2015 em todas as escalas territoriais. O crescimento deste serviço foi de 32,1 p.p. no Brasil, de 28,6 p.p na Região Sudeste e de 34,7 p.p. no Espírito Santo que atingiu 94,7% de cobertura no estado, com evolução acentuada de 55,9 p.p. na zona rural, passando de 30,5% para 86,4%, e na zona urbana evolução de 29,6 p.p., passando de 66,5% para 96,1%. Na série histórica 2005/2015, houve alteração no ranking dos bens duráveis no Espírito Santo: a máquina de lavar alcançou maior percentual de crescimento em relação à série anterior, passando 28,2% (2005) para 64,0% (2015). Ainda assim, o percentual de aumento de computador e computador com internet continua a crescer consideravelmente nos domicílios do estado, atingindo 47,5% e 41,7%, respecti-

vamente. Os indicadores evidenciam maior acesso às tecnologias de informação e comunicação no território, bem como o gradativo aumento dos bens duráveis.

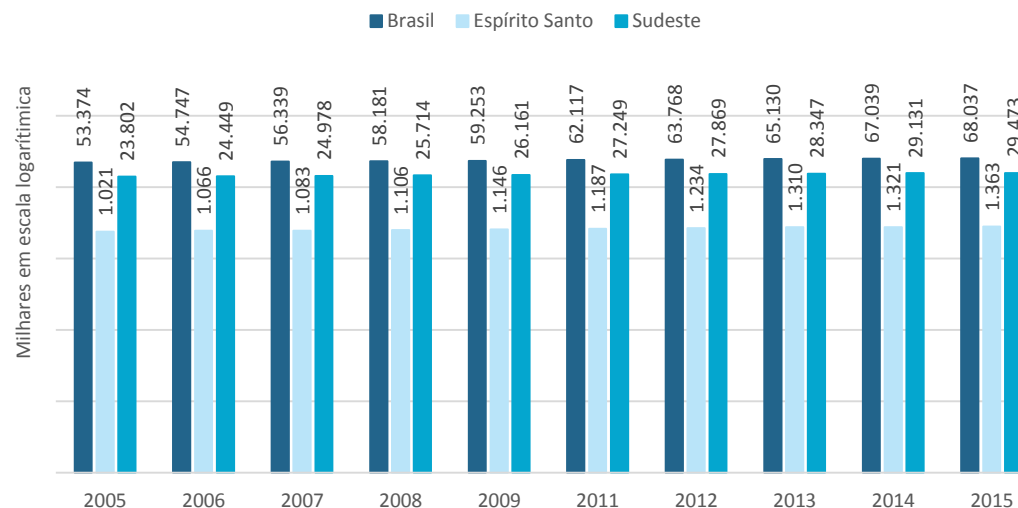
No Espírito Santo, o indicador “domicílios por tipo de ocupação” mostra uma predominância dos domicílios próprios com percentual de 72,6% (2015) sobre as demais categorias de ocupação em ambas as classes de renda: 68,5% para ≤3SM e de 78,3% para >3SM. A distribuição das categorias de ocupação por aluguel é mais frequente na zona urbana e não houve mudança significativa no percentual de 20,5% no período decenal, contudo, na zona rural o percentual é baixo, atingindo apenas 4,8% de domicílios alugados em 2015. Quanto ao indicador “domicílios adequados”, o estado ficou no patamar superior ao contexto nacional com 72,2% (2015) de adequação dos domicílios e com acréscimo de 13,4 p.p. no período decenal. A adequação domiciliar é mais presente na zona urbana contemplando 82,3% dos domicílios em 2015, já na zona rural atinge apenas 13,0% dos domicílios.

A melhora dos indicadores demonstra a expansão de serviços considerados essenciais nas condições de vida da população em todas as dimensões, tanto no âmbito da moradia como também melhoria nas condições de saúde, o que reduz potencialmente a ocorrência de doenças. Os resultados dos indicadores que compõem a dimensão social “domicílio” assume particular relevância por mensurar e nortear a ação do Estado quanto aos objetivos relacionados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social, contribuindo para subsidiar o planejamento e a formulação de políticas públicas.



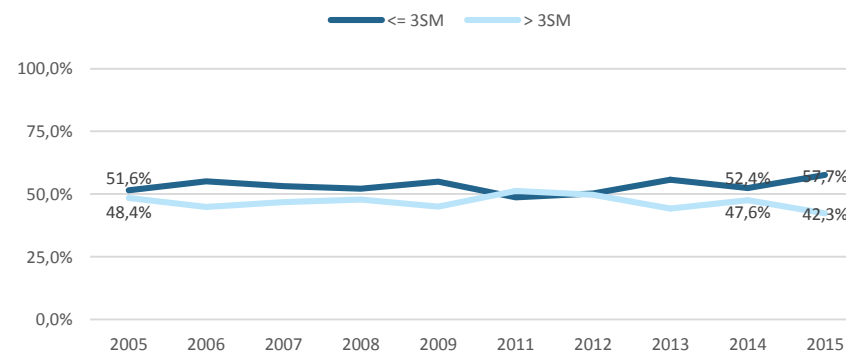
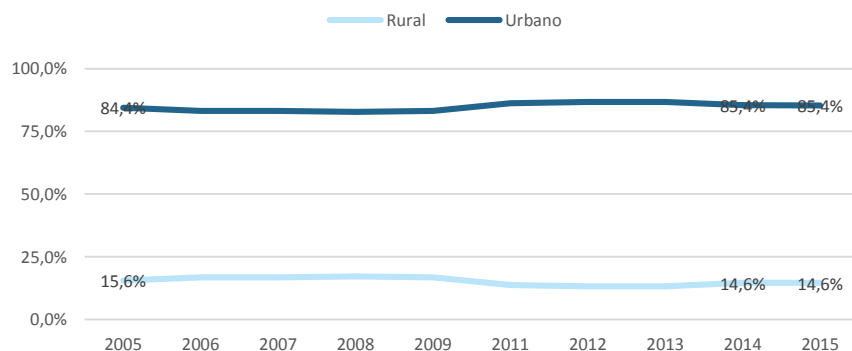
O número total de domicílios particulares permanentes aumentou nas três regiões analisadas. No Brasil foram 14.663 milhões domicílios a mais entre 2005 e 2015, representando um acréscimo de 27,5%. Na Região Sudeste, houve 5.671 milhões de novos domicílios com acréscimo de 23,8%. No Espírito Santo houve um acréscimo 342 mil domicílios, representando uma evolução positiva de 33,5% entre 2005 e 2015, sem grandes alterações na distribuição de domicílios particulares permanentes tanto na zona urbana como na rural. Em 2015, a zona urbana concentrou 85,4% dos domicílios, mesmo percentual do ano anterior (2014), com um acréscimo de apenas 1,0 p.p em relação a 2005. Já a zona rural apresentou um percentual de 14,6% de domicílios em 2015, representando uma redução de -1,0 p.p em relação a 2005 (15,6%). No período de 2005 a 2015, a variação da distribuição de domicílios entre as duas classes de renda (<=3SM e >3SM) foi maior que no ano de 2014, com aumento de 5,3 p.p de domicílios na faixa de renda <=3sm, sendo que na faixa de renda >3SM houve decréscimo de -5,3 p.p. em relação ao ano anterior. Entre o ano de 2014 e 2015, houve um afastamento de 15,4% na escala gráfica entre as duas classes: classe de renda >3SM com 42,3% e os domicílios com renda <=3SM com 57,7%, percentuais relativos a 2015.

**Total de domicílios.  
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

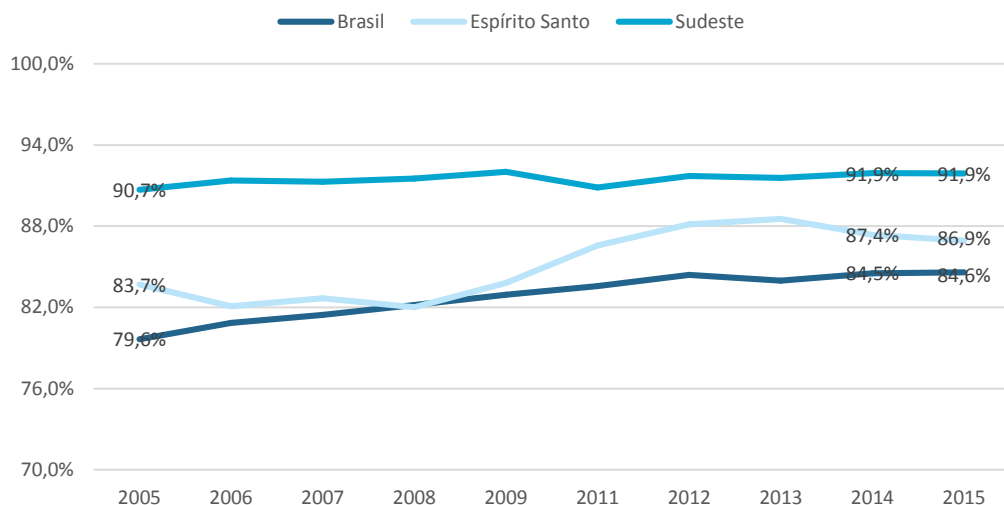
**Distribuição de domicílios segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos.  
Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



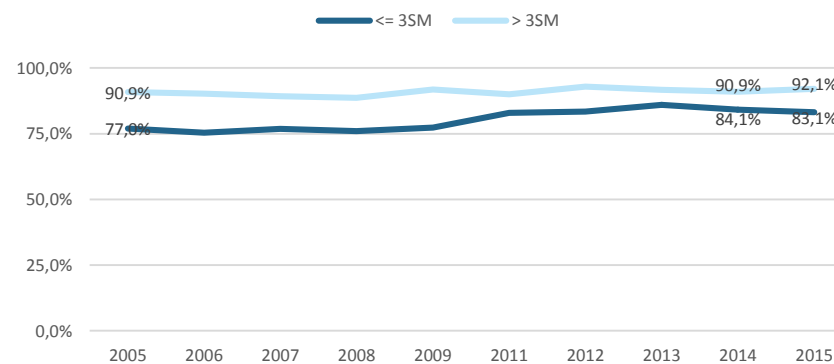
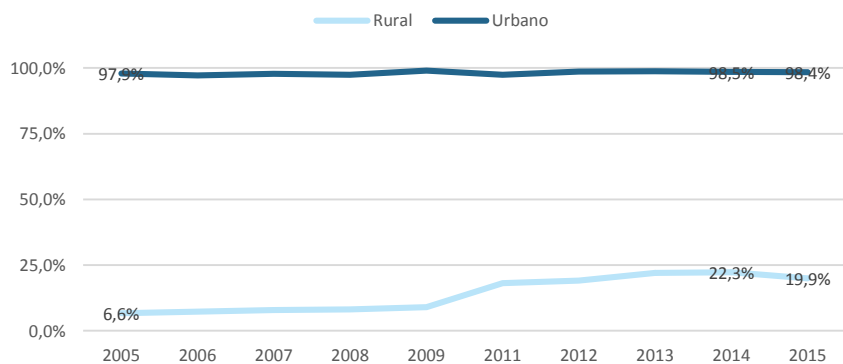
## Percentual de domicílios com abastecimento de água da rede geral de distribuição. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

O abastecimento de água da rede geral de distribuição dos domicílios brasileiros entre 2005 e 2015 aumentou em 5,0 p.p. com evolução de 79,5% para 84,6%. Na Região Sudeste, o percentual de abastecimento de água no mesmo período manteve-se estável com pequena variação de 1,2 p.p. com 91,9% dos domicílios atendidos em 2015. No Espírito Santo, houve um pequeno aumento de 3,2 p.p. entre 2005 e 2015, alcançando 86,9% dos domicílios. A evolução deste indicador no estado sofreu variações no período analisado com acréscimos e decréscimos, sendo o ano de 2008 o período de inflexão na série, a partir do qual o gráfico torna-se consideravelmente ascendente, atingindo 88,5% em 2013 e apresentando um decréscimo em 2014 para 87,4%. Em 2015, verifica-se novo decréscimo de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior. No Espírito Santo, o percentual de domicílios com abastecimento de água na área urbana é de 98,4% e na área rural de 19,9% em 2015, porém há um decréscimo na área rural de -2,4 p.p em relação ao ano anterior. Em 2015, os domicílios com renda domiciliar >3 SM alcançaram 92,1% no abastecimento de água e 83,1% para renda <= 3SM, esta classe com decréscimo -1,0 p.p. em relação ao ano anterior. Porém na classe >3SM houve acréscimo de 1,2 p.p.

## Percentual de domicílios com abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2005 a 2015

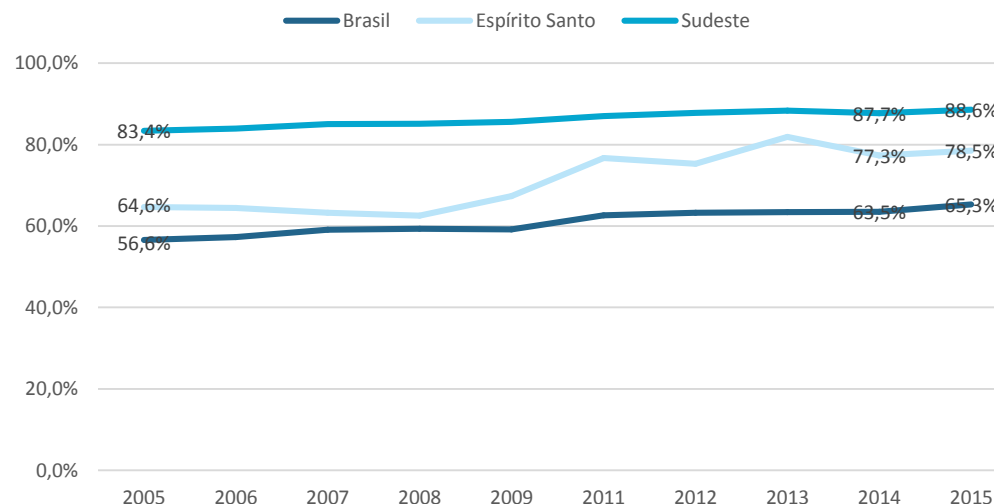


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



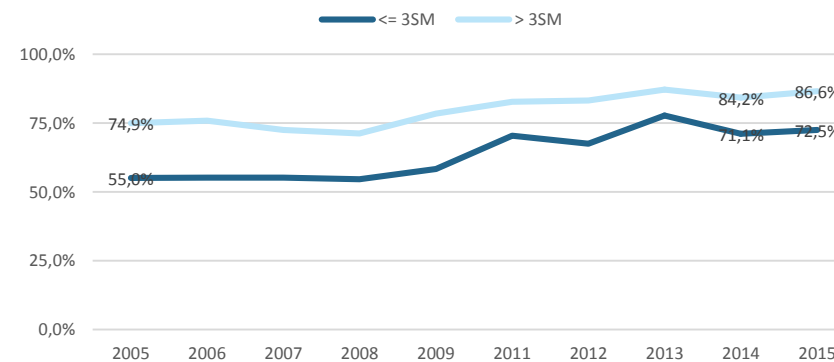
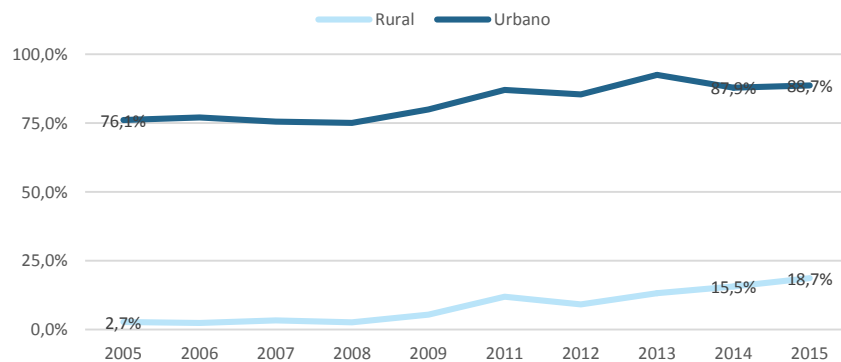
No Brasil, o percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto aumentou em 8,7 p.p. entre 2005 e 2015, mantendo-se gráfico ascendente na série decenal. Na Região Sudeste, o processo é similar com o aumento de 5,2 p.p. No Espírito Santo, o acesso à rede coletora em 2015 é de 78,5% com acréscimo expressivo de 13,9 p.p no período decenal e aumento de 1,2 p.p. em relação ao ano de 2014. Quanto à cobertura do serviço, verifica-se que o Espírito Santo se encontra acima da média nacional e abaixo da média regional, considerando a série histórica decenal. No estado, a coleta de esgoto, como esperado, concentra-se na zona urbana atingindo 88,7% e na zona rural 18,7% em 2015. Na zona rural, a curva manteve-se ascendente com aumento de 16,7 p.p. no período 2005/2015. Em 2015, 72,5 % dos domicílios com renda domiciliar  $\leq$  3 SM apresentaram acesso à rede coletora de esgoto, enquanto aqueles com renda domiciliar  $>$ 3 SM tiveram cobertura de 86,6% deste serviço. Ambas as faixas de renda apresentam gráfico ascendente nos últimos dois anos, porém a faixa  $\leq$  3SM apresentou maiores oscilações no período decenal.

### Percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

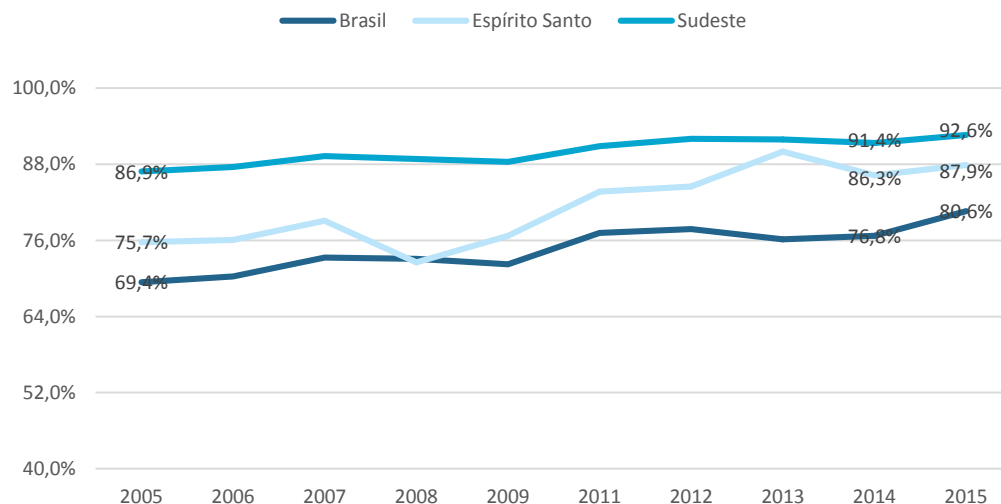
### Percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



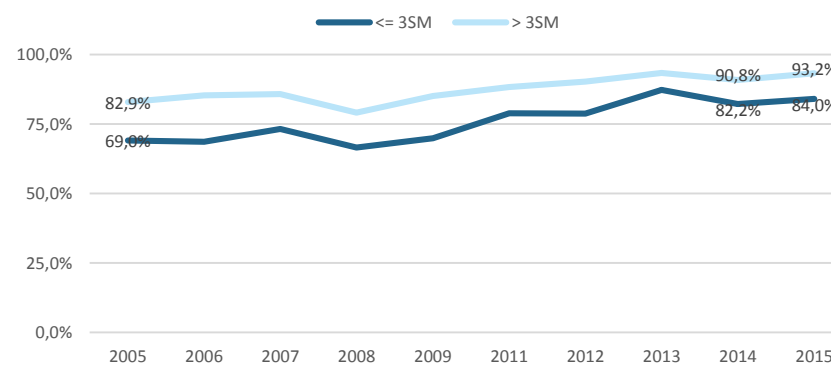
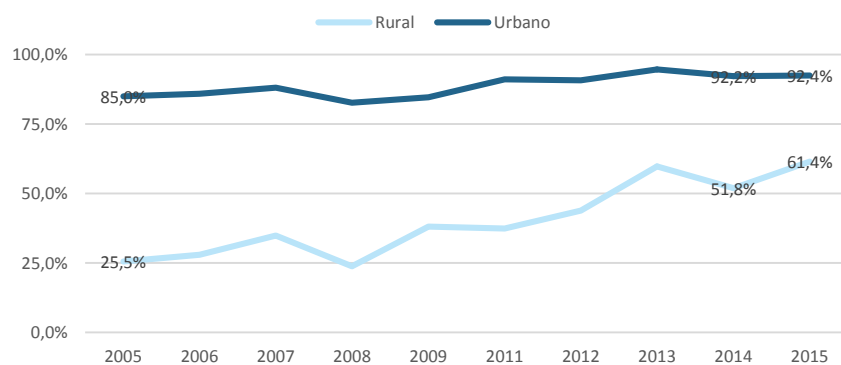
### Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No Brasil, observa-se uma evolução contínua no serviço de esgotamento sanitário adequado que inclui fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial, passando de 69,4% para 80,6% na série decenal, com acréscimo de 11,2 p.p. Na Região Sudeste, houve uma evolução de 5,7 p.p. atingindo cobertura de 92,6% em 2015. No Espírito Santo, houve oscilações na série histórica decenal, entretanto, o percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado apresentou um crescimento de 12,2 p.p., passando de 75,7% para 87,9% em 2015, percentual acima do contexto nacional. Em 2015, o percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado continuou substancialmente maior na zona urbana (92,4%) do que na zona rural (61,4%). Contudo, comparativamente, o percentual de acréscimo foi maior na zona rural atingindo 35,9 p.p., passando de 25,5% (2005) para 61,4% (2015), enquanto na zona urbana o acréscimo foi de 7,4 p.p. no período decenal. O maior percentual acumulado na série histórica decenal se verifica nas classes de rendimento  $\leq 3SM$  com aumento de 15,0 p.p., passando de 69,0% para 84,0% em 2015. Na classe de renda  $>3SM$ , o percentual de evolução foi menor (10,3 p.p.), passando de 82,9% para 93,2%. Porém, mantém-se percentual de atendimento maior na classe de renda  $>3SM$  se comparado à classe de menor renda.

### Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2005 a 2015

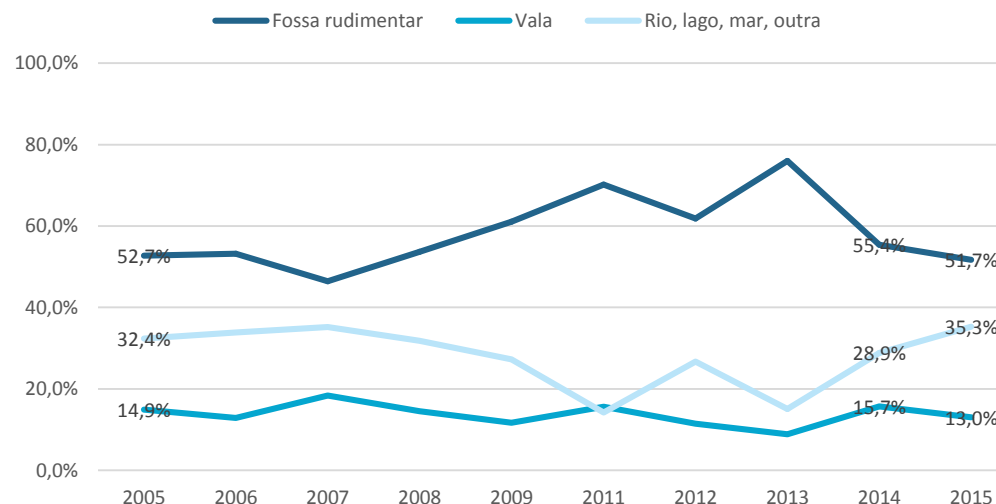


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



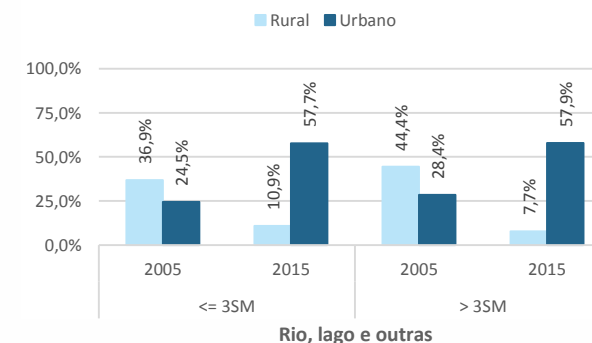
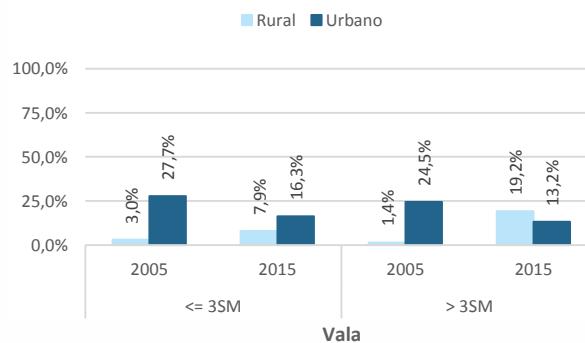
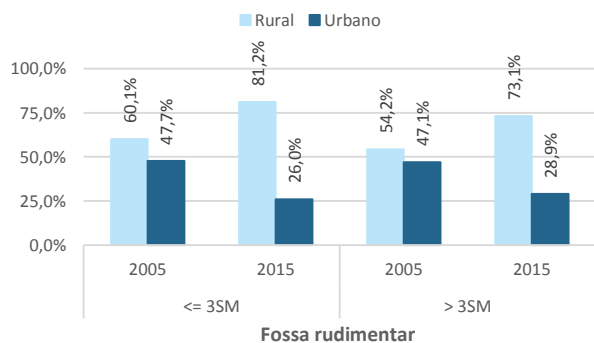
No Espírito Santo, o percentual de domicílios com esgotamento sanitário por tipo de inadequação é relativamente maior na variável “fossa rudimentar”, apesar da série histórica revelar uma queda gradativa desde 2013 (76,9%), passando para 55,4% em 2014 e 51,7% em 2015. No entanto, a série mostra uma acentuada evolução para a variável “rio, lago, mar” desde 2013, atingindo o percentual de 35,3% em 2015. Nos últimos três anos, a “fossa rudimentar” apresenta gráfico descendente e o esgotamento inadequado “praia, lago, mar” apresenta gráfico ascendente. Analisando a série histórica 2005 a 2015, observa-se na zona rural um aumento da inadequação por fossa de 21,1 p.p. para classe de renda <=3SM e de 18,9 p.p. para classe >3SM. Na zona urbana houve decréscimo em ambas as classes de renda, sendo de -21,7 p.p. para renda <=3SM e de -18,2 p.p. para a classe >3SM. O esgotamento sanitário destinado aos rios, lagos ou mar é o segundo maior tipo de inadequação com aumento significativo na zona urbana tanto para a classe de renda <=3SM (33,2 p.p.) como para a renda >3SM (29,5 p.p.). Entretanto, na zona rural, há decréscimo para ambas as classes de renda: de -26,0 p.p. para classe de <=3SM e de -36,7 p.p. para classe >3SM. A inadequação por valas é a que tem menor percentual em relação às demais inadequações, com 13,0% das inadequações em 2015 no estado, e torna-se mais expressiva nos domicílios urbanos com renda <=3SM e na zona rural para renda >3SM.

### Percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado, por tipo de inadequação. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

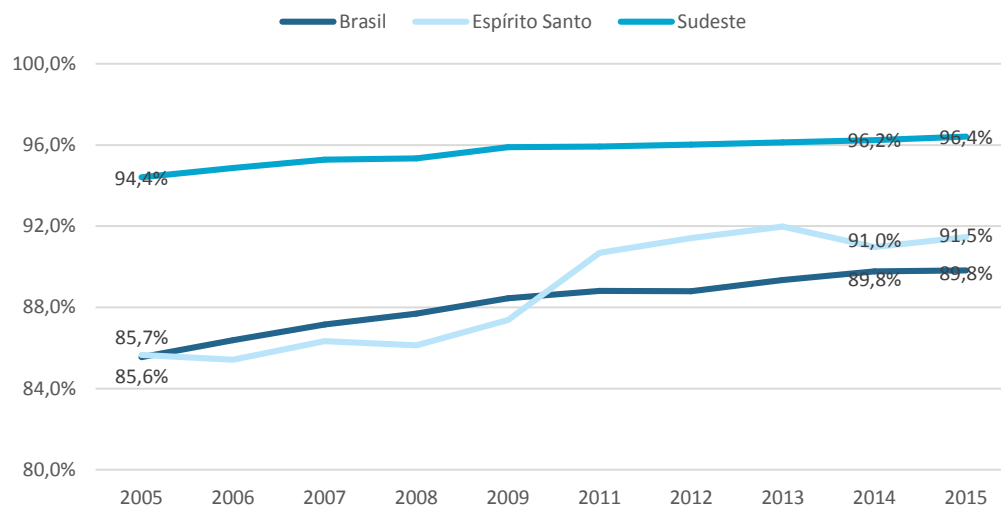
### Percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado, por tipo de inadequação, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2005 e 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



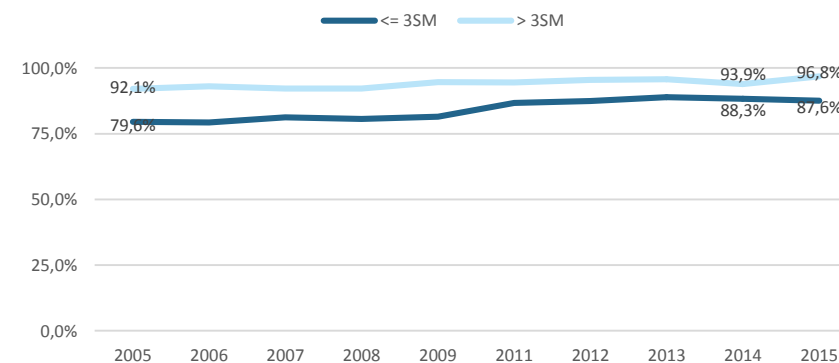
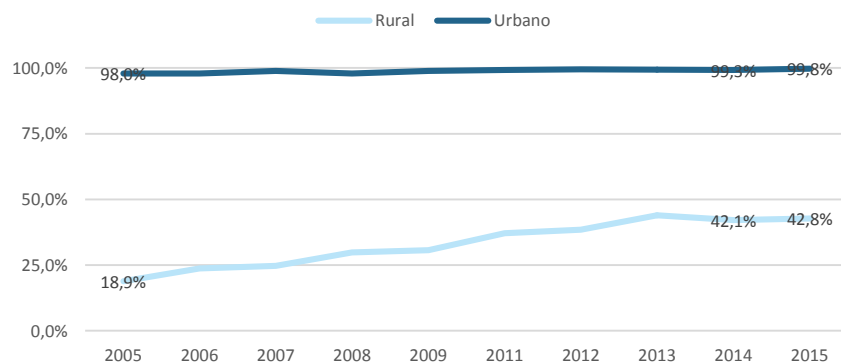
## Percentual de domicílios com coleta de lixo. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A coleta de lixo compõe, junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, os serviços públicos de saneamento fundamentais para o bem-estar da população. No Brasil, o serviço de coleta de lixo alcançou 89,8% em 2015, e no Sudeste 96,4%. O Espírito Santo apresenta percentual de 91,5% domicílios atendidos na coleta de lixo em 2015, acima da cobertura nacional (89,8%) e abaixo da cobertura regional (96,4%). Na zona urbana do Espírito Santo, o serviço de coleta de lixo está praticamente universalizado com 99,8% dos domicílios contemplados em 2015. Na zona rural, o percentual é bem menor, contemplando apenas 42,8% dos domicílios, porém, deve-se registrar o considerável aumento de 23,9 p.p. na prestação desse serviço na zona rural observado na série histórica decenal. Os domicílios com renda  $\leq 3$  SM apresentaram cobertura da coleta de lixo menor (87,6%) do que a cobertura do serviço nos domicílios com renda domiciliar  $> 3$  SM (96,8%). A série histórica decenal apresenta um gráfico ascendente para classe de renda  $\leq 3$  SM com aumento de 8,0 p.p, mas se comparado ao ano de 2014, mas o percentual do serviço é ligeiramente menor em 2015 (-0,7 p.p.). Para a classe de renda  $> 3$  SM, houve um acréscimo de 2,9 p.p. do ano de 2014 para 2015.

## Percentual de domicílios com coleta de lixo, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2005 a 2015

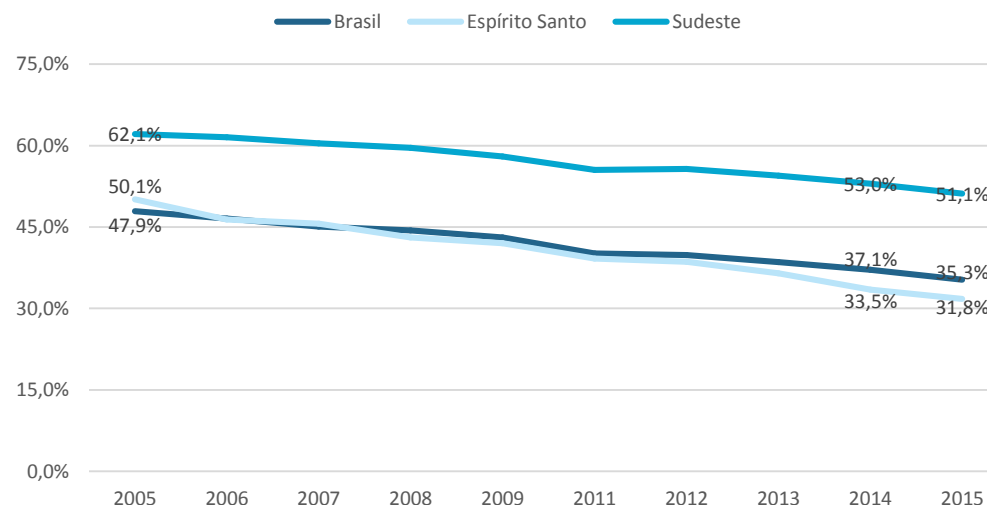


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



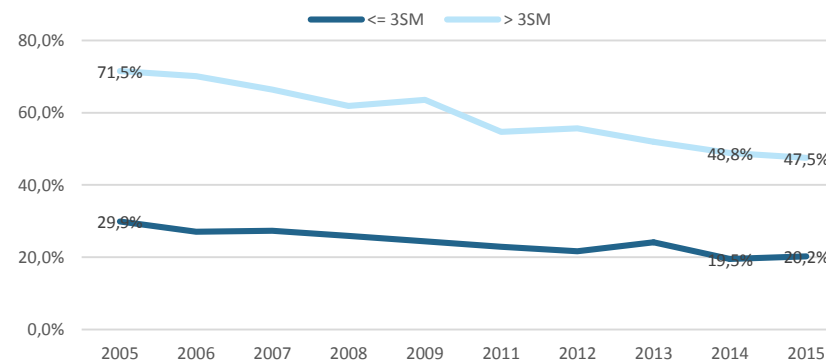
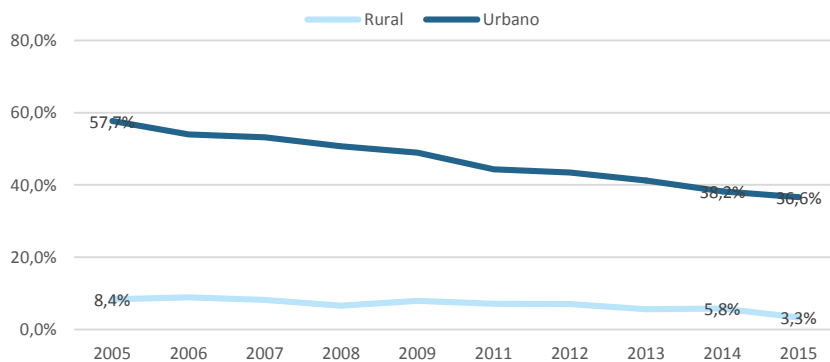
A análise da série histórica decenal aponta para uma redução expressiva e gradativa de telefone fixo nos domicílios, tanto no Brasil (-12,6 p.p.) como na Região Sudeste (-11,0 p.p.). O mesmo processo ocorre no Espírito Santo, onde a redução de telefonia fixa foi mais acentuada atingindo o percentual de -18,3 p.p. na série histórica. Nos domicílios urbanos, verifica-se uma queda substancial do serviço, passando de uma cobertura de 57,7% em 2005 para 36,6% em 2015, ou seja, uma redução no serviço de -21,1 p.p. Houve também decréscimo do número de domicílios com telefone fixo na zona rural entre 2005 e 2015, que passou de 8,4% para 3,3% atingindo -5,1p.p., mesmo considerando baixo o percentual de oferta do serviço na zona rural historicamente, se comparado à zona urbana. Analisando o percentual de domicílios com telefonia fixa nas duas classes de renda, verifica-se um expressivo decréscimo deste serviço na classe >3SM atingindo -24,0 p.p. na série histórica, com percentual de atendimento variando de 71,5% para 47,5%. Na classe de renda <=3SM também se verifica uma redução gradativa de -9,7p.p., variando de 29,9% em 2005 para 20,2% em 2015.

**Percentual de domicílios com telefonia fixa. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

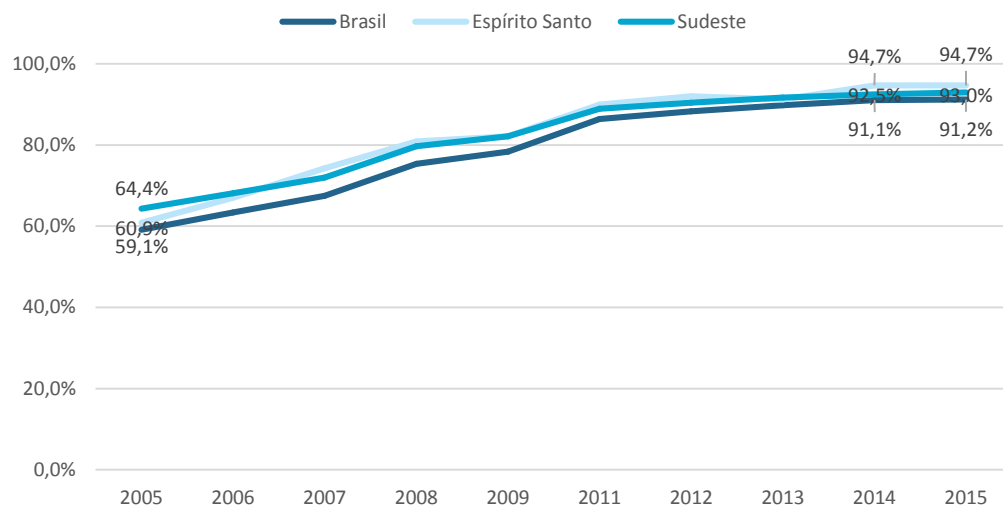
**Percentual de domicílios com telefonia fixa, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



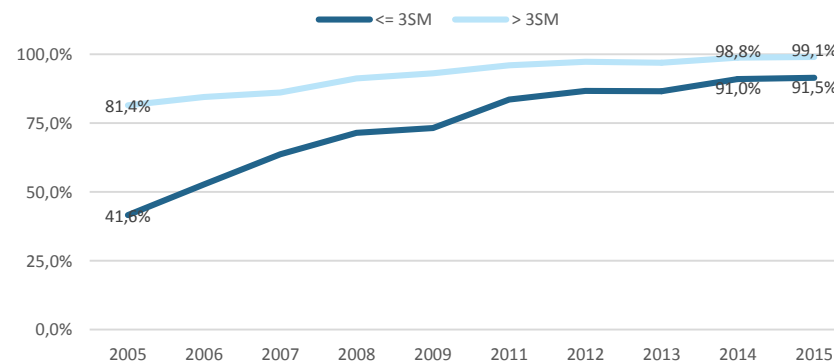
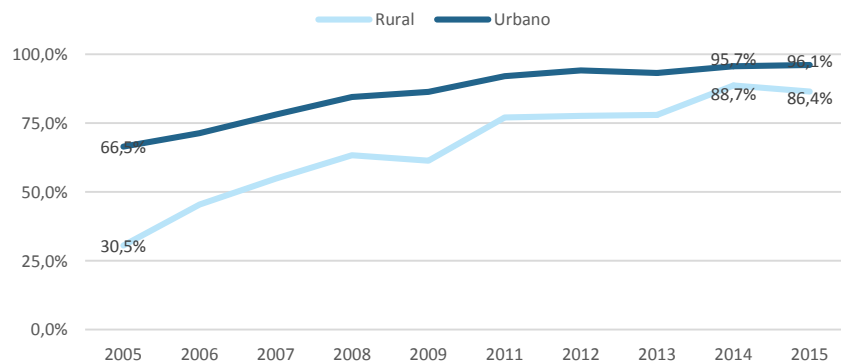
## Percentual de domicílios com telefonia celular. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Em compensação à redução gradativa do uso de telefones fixos, os domicílios particulares permanentes têm apresentado uma crescente utilização da telefonia celular entre 2005 e 2015, com acentuada progressão na série histórica decenal. Conforme se observa na série, o crescimento deste serviço no país foi de 32,1 p.p., de 28,6 p.p na Região Sudeste e de 34,7 p.p. no Espírito Santo, percentual que acompanha o contexto nacional e regional. Na área urbana e, em especial na área rural, houve um aumento expressivo no estado do número de domicílios com telefonia celular no período analisado, com evolução positiva na zona rural de 55,9 p.p., passando de 30,5% para 86,4%, e na zona urbana houve uma evolução positiva de 29,6 p.p., passando de 66,5% para 96,1%. Consideradas as classes de renda para telefonia celular no período decenal de 2005 a 2015, houve um aumento mais considerável no acesso à telefonia celular na classe de renda <=3SM com evolução positiva de 49,9 p.p., passando de 41,6% para 91,5%, se comparada à classe >3SM com evolução positiva de 30 p.p., passando de 81,4% para 99,1%. Os domicílios com renda familiar >3SM detiveram uma maior cobertura em 2015 contemplando 99,1% do total de domicílios, enquanto os domicílios com renda <=3sm atingiram o percentual de 91,5%.

## Percentual de domicílios com telefonia celular, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2005 a 2015

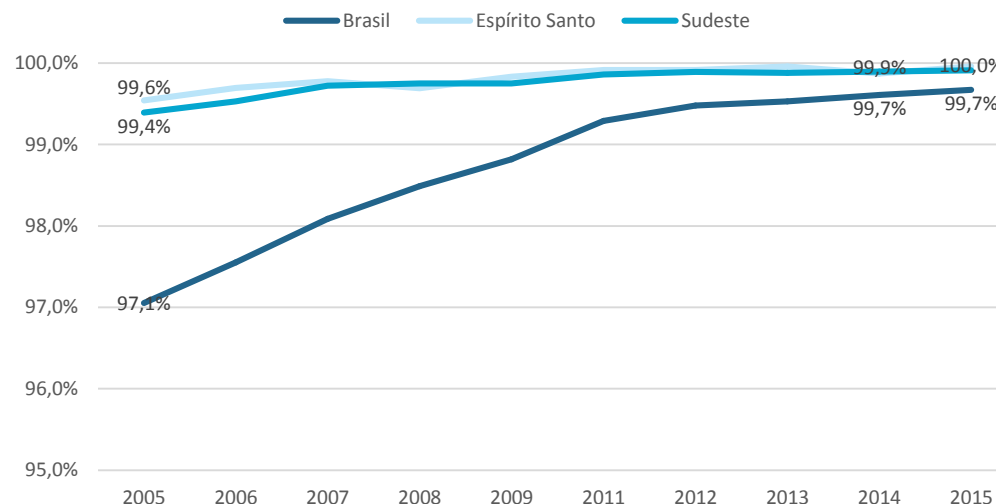


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



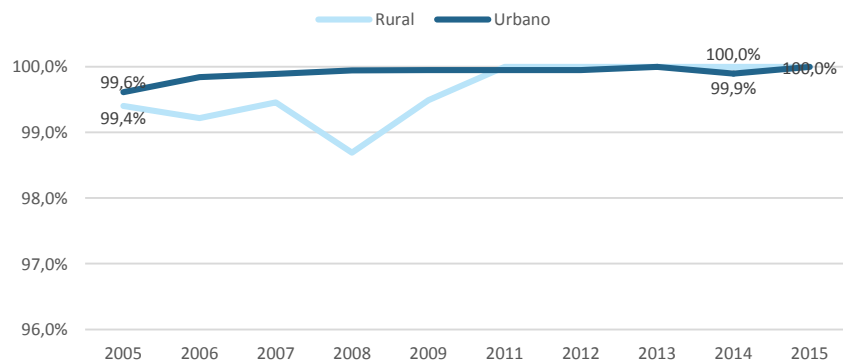
A cobertura do serviço de iluminação elétrica domiciliar está praticamente universalizada atingindo 99,7% dos domicílios do país, 100% dos domicílios da Região Sudeste e 100% dos domicílios do Espírito Santo. Considerada a série histórica 2005 a 2015, a evolução foi relativamente maior no contexto regional e estadual do que no contexto nacional. A prestação do serviço na área urbana teve uma evolução quase linear sem grandes alterações na série decenal analisada, sendo que a zona rural também atingiu a cobertura universal no Espírito Santo no ano de 2015. Na cobertura do serviço de iluminação elétrica, quanto às classes de renda, observa-se uma evolução linear para as classes com renda >3SM, e uma série decenal mais oscilante para a classe de renda <=3SM. Vale ressaltar o avanço na cobertura da iluminação elétrica no Espírito Santo, posto que ambas as classes de renda, assim como as zonas urbana e rural, atingiram 100% no ano de 2015.

**Percentual de domicílios com iluminação elétrica. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015**

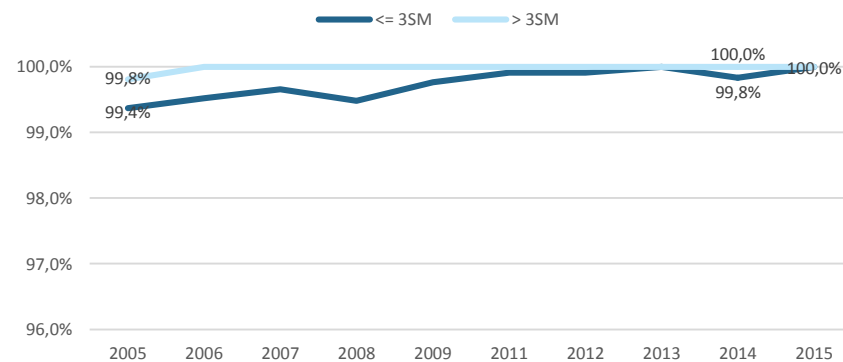


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

**Percentual de domicílios com iluminação elétrica, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2005 a 2015**

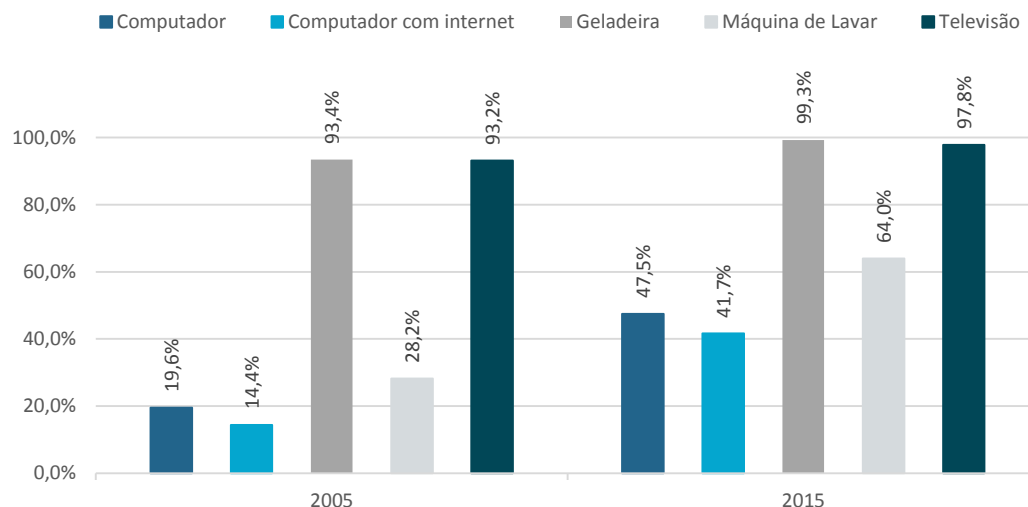


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).





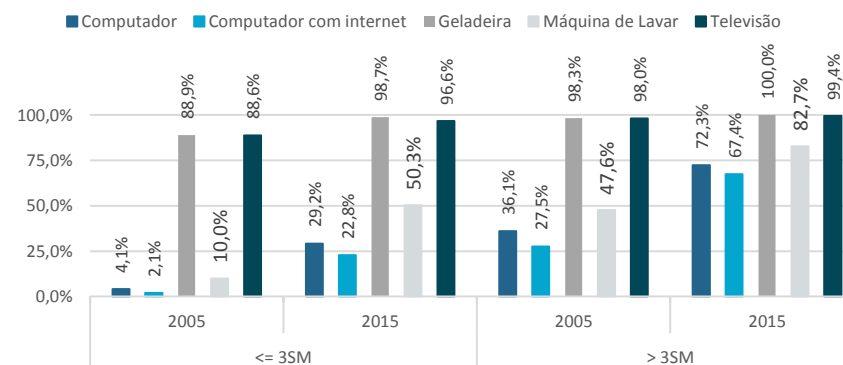
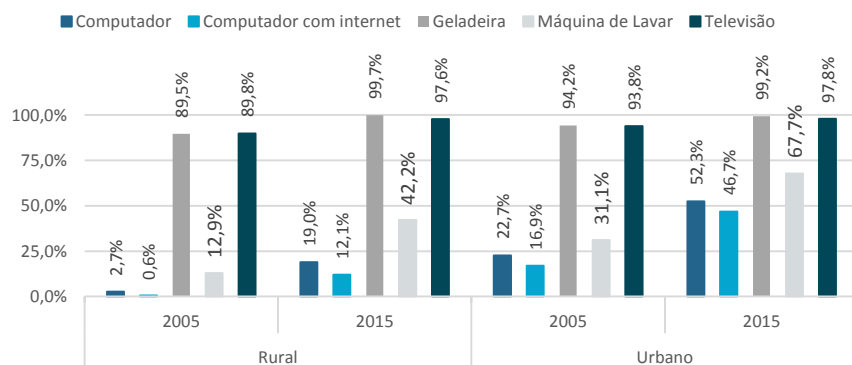
## Percentual de domicílios por existência de alguns bens duráveis. Espírito Santo, 2005 e 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A série histórica dos bens duráveis no Espírito Santo mostra um aumento expressivo nos domicílios da máquina de lavar (35,8 p.p.), seguido de posse de computador (27,9 p.p.), e computador com internet (27,3 p.p.). Se comparado à série decenal (2005/2015,) houve alteração no ranking dos bens duráveis: a máquina de lavar alcançou maior percentual de crescimento passando 28,2% (2005) para 64,0% (2015). Ainda assim o percentual de computador e computador com internet continua a crescer consideravelmente nos domicílios, atingindo 47,5% e 41,7% (2015), respectivamente. Quando se analisa a situação dos domicílios na zona urbana e na rural, assim como a distribuição por classes de renda (<=3SM e >3SM), observa-se a presença da televisão e da geladeira quase em sua totalidade, variando de 96,6% a 100%. Em relação à máquina de lavar, posse de computador, computador com internet, verifica-se um diferencial entre os domicílios localizados no meio urbano e no rural, apresentando em 2015, uma maior parcela de participação na zona urbana (67,7%, 52,3%, 46,7%, respectivamente) do que nos domicílios rurais (42,2%, 19,0%, e 12,1%, respectivamente). Os três bens duráveis de maior crescimento na série, quanto à classe de renda, estão mais presentes na classe >3SM, sendo 82,7% (máquina lavar); 72,3% (computador) e 67,4% (computador com internet). Na classe de renda <=3SM, os percentuais são de 50,3%, 29,2% e 22,8%, respectivamente aos mesmos bens duráveis referidos.

## Percentual de domicílios por existência de alguns bens duráveis, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2005 e 2015

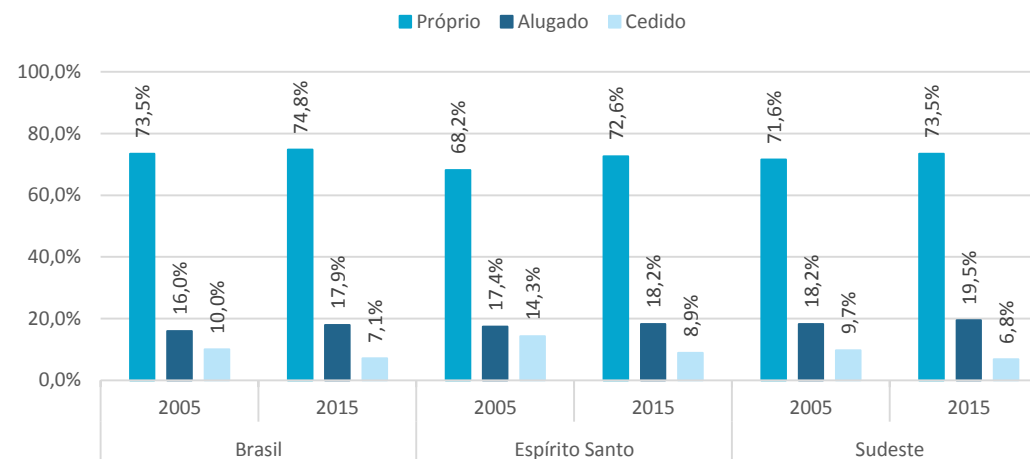


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



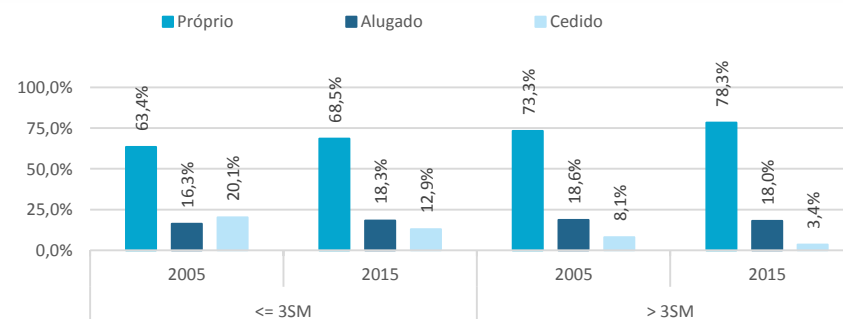
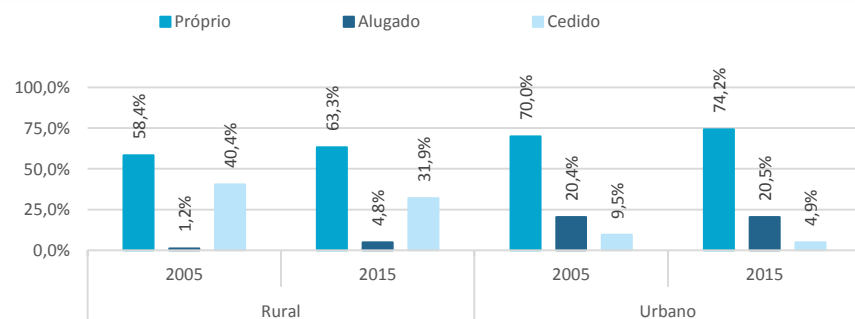
A série histórica do indicador mostra uma predominância dos domicílios próprios sobre as demais categorias de ocupação em todos os contextos territoriais analisados no ano de 2015: Brasil (74,8%), Sudeste (73,5%) e no Espírito Santo (72,6%), com pequena evolução nos percentuais relativos ao ano de 2005. Já os domicílios alugados e cedidos, se comparados aos domicílios “próprios” apresentaram percentuais relativamente mais baixos e mantiveram-se estáveis na série decenal, com pequena redução verificada para os domicílios cedidos. No Espírito Santo, as categorias de ocupação na zona urbana e rural diferem entre si: os domicílios alugados são mais frequentes na zona urbana e não houve alteração significativa no percentual de 20,5% na série decenal, contudo, na zona rural o percentual é baixo, atingindo 4,8% em 2015. Na zona rural, há predomínio dos domicílios próprios com variação positiva de 4,9 p.p., e uma redução maior para domicílios cedidos de -8,5 p.p. Na zona urbana houve pequeno acréscimo de 4,2 p.p. para os domicílios próprios e redução nos domicílios cedidos de -4,6 p.p. Em relação ao rendimento, há predomínio dos domicílios próprios para ambas as classes de renda: 68,5% para  $\leq 3SM$  e de 78,3% para domicílios com renda  $> 3SM$  verificados em 2015. Os domicílios alugados e cedidos apresentam percentuais baixos em ambas as classes de renda com percentual de aluguel em torno de 18,0% (2015).

## Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 e 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

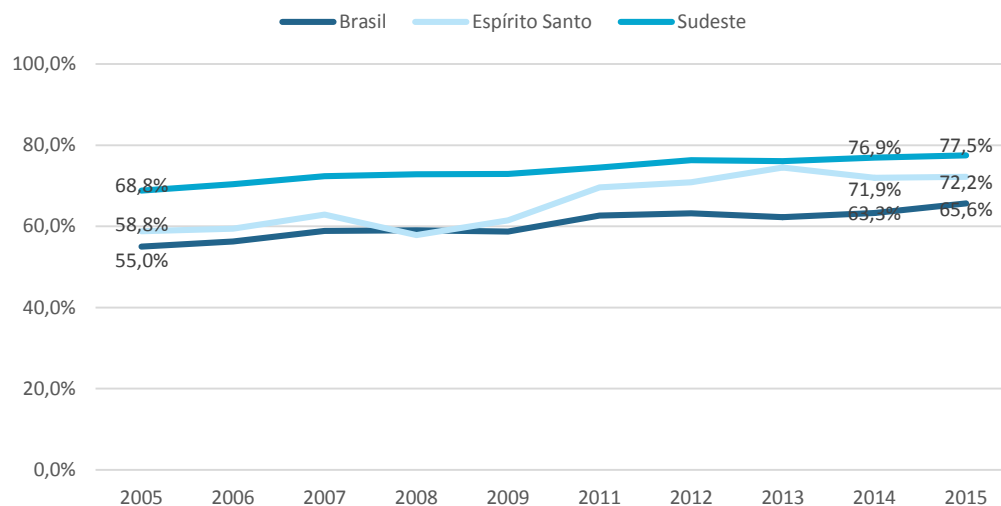
## Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2005 e 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



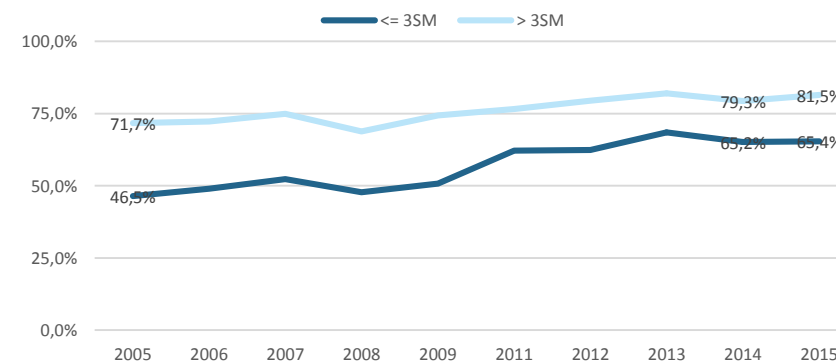
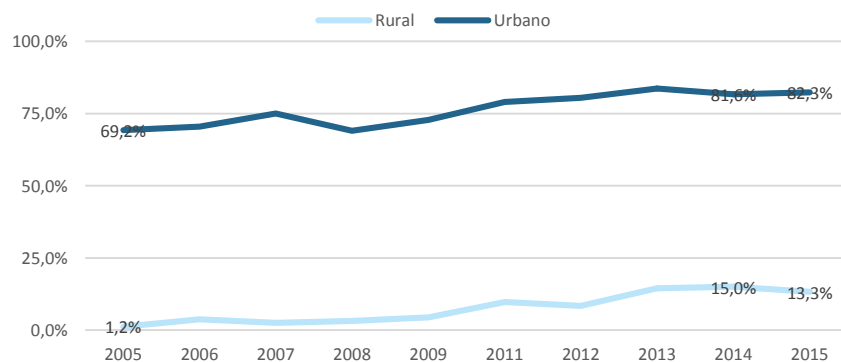
### Percentual de domicílios adequados. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A proporção de domicílios adequados aumentou entre 2005 e 2015 nos três recortes territoriais analisados, com destaque para a Região Sudeste (77,5% em 2015). O Espírito Santo ficou no patamar superior ao contexto nacional com 72,2% de adequação dos domicílios em 2015, e acréscimo de 13,4 p.p. na série histórica decenal. A adequação domiciliar é maior na zona urbana com aumento de 13,1 p.p. no período de 2005 a 2015, contemplando 82,3% dos domicílios em 2015. Na zona rural, apenas 13,3% dos domicílios estão classificados como adequados em 2015, observada uma queda de 1,7 p.p. em relação ao ano de 2014. Portanto, há uma diferença expressiva entre números de domicílios adequados entre as zonas urbana e rural, sendo que na zona urbana é bem superior à zona rural. Os domicílios considerados adequados tiveram evolução positiva no período analisado, segundo classes de renda, sendo maior para a classe  $\leq 3SM$  com crescimento de 18,9 p.p. (de 46,5% para 65,4%) e menor para a classe de renda  $> 3SM$  com evolução de 9,8 p.p. (de 71,7% para 81,5%). Em relação às classes de renda, os gráficos se aproximam mais do que em relação às categorias zona urbana e rural, bem distintas quanto à adequação de domicílios.

### Percentual de domicílios adequados, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



DISTRIBUIÇÃO DE RENDA  
e CLASSES ECONÔMICAS

A desigualdade de renda e a redução dos níveis de pobreza e extrema pobreza ocupam um lugar de destaque na agenda de diversos setores da sociedade brasileira e de organizações internacionais. Não por acaso, erradicar a extrema pobreza e a fome consiste no primeiro dos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM1) e dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que prossegue e amplia a agenda do ODM.

A evolução da renda e sua distribuição são abordadas nessa seção com base nos indicadores de renda domiciliar per capita, pobreza e extrema pobreza, coeficiente de Gini e classes econômicas. Os indicadores foram elaborados a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As séries foram construídas de maneira que se possa comparar a situação do Espírito Santo com a do Sudeste e do Brasil, e na maioria dos casos, as análises contemplam comparações em função da distribuição por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.

A comparação entre os dados de 2005 e 2015 revela, para o Espírito Santo, um cenário de crescimento da renda, queda da desigualdade e, reduções, nas taxas de pobreza e extrema pobreza. Entretanto, em 2015, comparativamente ao ano anterior, houve um aumento da pobreza (7,5% para 8,8%) e extrema pobreza (1,7% para 3%) no estado, seguido de diminuição da renda (-8,8%) e um pequeno aumento da desigualdade. O Espírito Santo continua com a menor taxa de pobreza da região Sudeste, o equivalente à metade da proporção de pobres no Brasil (17,6%). Em relação à taxa de extrema pobreza, o estado ficou acima da região Sudeste (2,5%) e abaixo da média nacional (5,9%).

Para analisar a distribuição de renda, o indicador mais comumente utilizado é o Coeficiente de Gini. Este coeficiente varia entre 0 e 1, no qual

0 corresponde a uma distribuição igualitária da renda e 1 corresponde à concentração de toda a renda em um único indivíduo. Entre 2005 e 2015, o Estado apresentou uma melhora significativa na distribuição da renda e o coeficiente de Gini reduziu de 0,555, em 2005, para 0,488 em 2015.

Entretanto, o indicador de renda média real de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais revela o quanto ainda é preciso avançar no estado, em direção a uma sociedade mais justa. No Espírito Santo em 2015, a renda média real das mulheres representou 60,1% da dos homens, e pretos e pardos tiveram renda média real de 59,9% do valor da renda média real dos brancos e amarelos.

## CLASSES ECONÔMICAS

Para a determinação das classes econômicas utilizou-se a seguinte divisão baseada nas metodologias de Neri (2008)<sup>1</sup> e Rocha (2000)<sup>2</sup>:

### Determinação das classes econômicas segundo a renda domiciliar per capita, Espírito Santo, 2015

Classes econômicas	Renda Domiciliar per capita (R\$ setembro de 2015) - Área Urbana	Renda Domiciliar per capita (R\$ setembro de 2015) - Área Rural
AB	mais de R\$ 1.884,47	mais de R\$ 1.714,74
C	de R\$ 437,13 a R\$ 1.884,47	de R\$ 397,75 a R\$ 1.714,74
D	de R\$ 231,94 até R\$ 437,13	de R\$ 197,95 a R\$ 397,75
E	menos de R\$ 231,94	menos de R\$ 197,95

Nota: A classe econômica E de acordo com o critério de renda domiciliar per capita equivale a pobreza. Para os extremamente pobres, os valores são a metade dos considerados para a classe E.

<sup>1</sup> NERI, M.C. (Coordenação). A nova classe média: O lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

<sup>2</sup> ROCHA, S. Opções Metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Texto para discussão nº 720. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

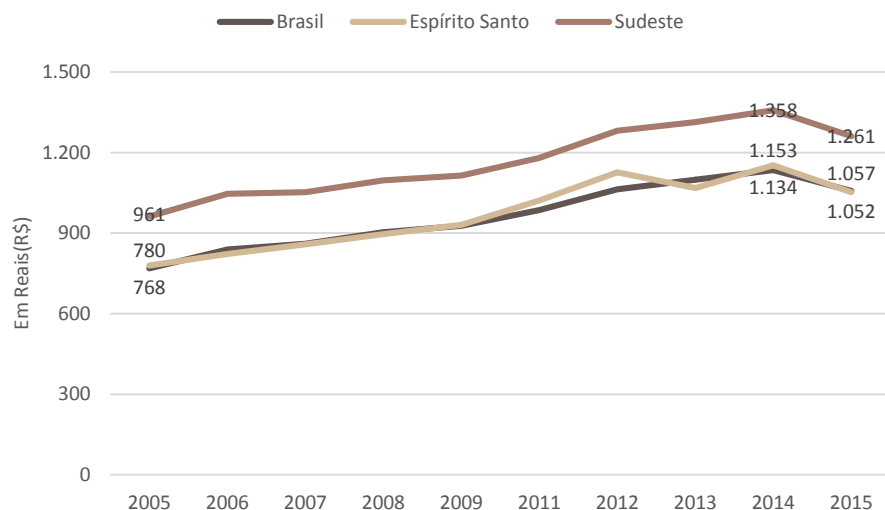
No Espírito Santo, os dados demonstram que a redução da desigualdade na distribuição da renda observada nos últimos 10 anos foi acompanhada pelo crescimento da renda domiciliar per capita (3,0% a.a.), diminuição da pobreza (-61,4%) e da extrema pobreza (-55,9%), bem como pela redução da classe D (-21,1%) e aumento das classes C (42,2%) e AB (50,0%).

Entretanto, considerando os dados de 2015, em relação a 2014, nota-se uma ruptura nessa trajetória sinalizada, com aumento da pobreza, extrema pobreza e da classe D (25,7%), acompanhado de uma redução das classes C e AB (-6,6% e -10,6%, respectivamente). A crise da economia brasileira, o desemprego e a inflação de 2015 contribuíram para esse cenário no estado.





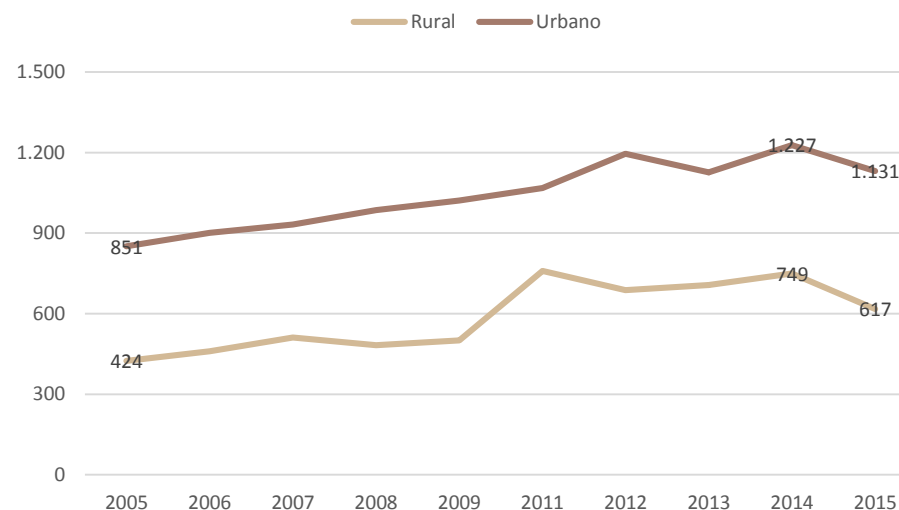
## Renda média domiciliar per capita real (R\$). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A renda domiciliar per capita real aumentou no Brasil, no Sudeste e no Espírito Santo entre 2005 e 2015. A renda per capita mensal das famílias capixabas passou de R\$780 para R\$1.052 um crescimento de 3,0% a.a. no período, algo próximo do crescimento apresentado pela renda per capita mensal das famílias brasileiras. Os valores apresentados pelo Espírito Santo em 2015 (R\$1.052) foram semelhantes aos valores apresentados pelo Brasil (R\$1.057) e inferiores aos valores apresentados pela região Sudeste (R\$1.261). Comparativamente ao ano anterior a renda domiciliar per capita apresentou queda no Espírito Santo (-8,8%), na região Sudeste (-7,1%) e no Brasil (-6,8%). A diferença entre a renda domiciliar do estado e da região Sudeste foi de 19,9%.

## Renda média domiciliar per capita real (R\$) por situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

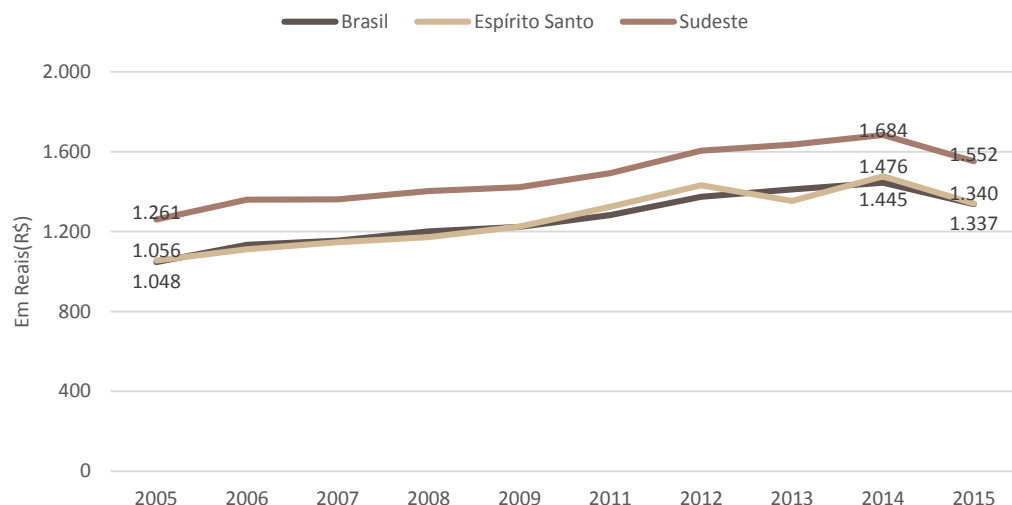


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No Espírito Santo, os domicílios localizados em áreas urbanas apresentam, em média, rendas maiores que os domicílios localizados em áreas rurais. Em 2015, a diferença entre a renda média em áreas urbanas (R\$1.131) e rurais (R\$617) foi de (83,3%). No ano de 2015, comparativamente ao ano anterior, a renda média domiciliar per capita reduziu-se de forma mais acentuada na área rural (-17,6%) do que na área urbana (-7,8%).



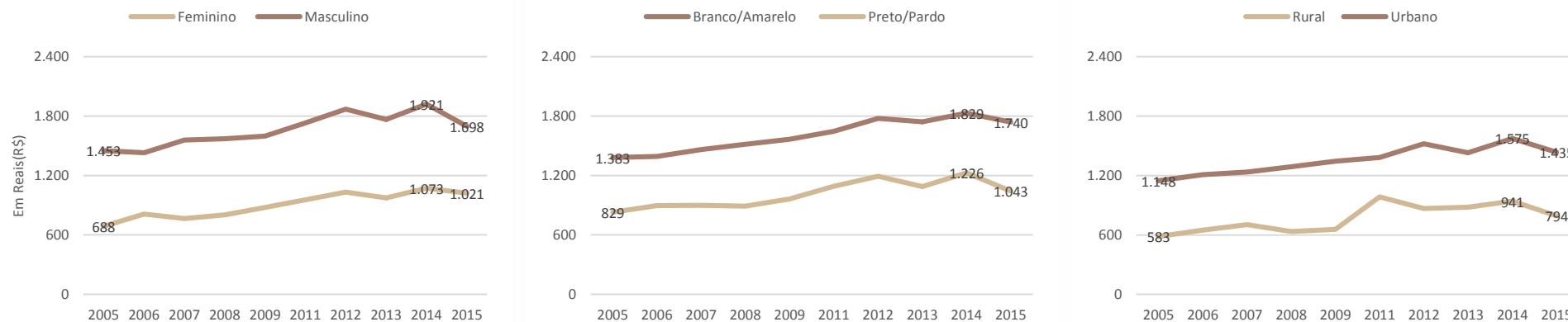
## Renda média real de todas as fontes (R\$) das pessoas de 15 anos ou mais de idade. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A renda média real (RMR) de todas as fontes apresentou crescimento de 2005 a 2014, para o Brasil e região Sudeste. O Espírito Santo também apresentou crescimento nesse período, oscilando para baixo na comparação entre 2012 e 2013, mas voltando a crescer em 2014. A renda no Espírito Santo apresenta trajetória e níveis próximos à renda média real brasileira, porém abaixo na comparação com a região Sudeste. Em 2015, comparativamente, ao ano anterior a RMR apresentou queda no Espírito Santo (-9,2%), na região Sudeste (-7,8%) e no Brasil (-7,5%). A diferença entre a RMR de todas as fontes da região Sudeste com relação ao Espírito Santo alcançou 14% em 2015. Uma análise mais detalhada para o estado mostrou que, em 2015, as mulheres tiveram renda média 39,9% menor que a dos homens, pretos e pardos tiveram renda média 40,1% menor que brancos e amarelos, e residentes na área rural tiveram renda 44,7% menor que residentes na área urbana.

## Renda média real de todas as fontes (R\$) das pessoas de 15 anos ou mais de idade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

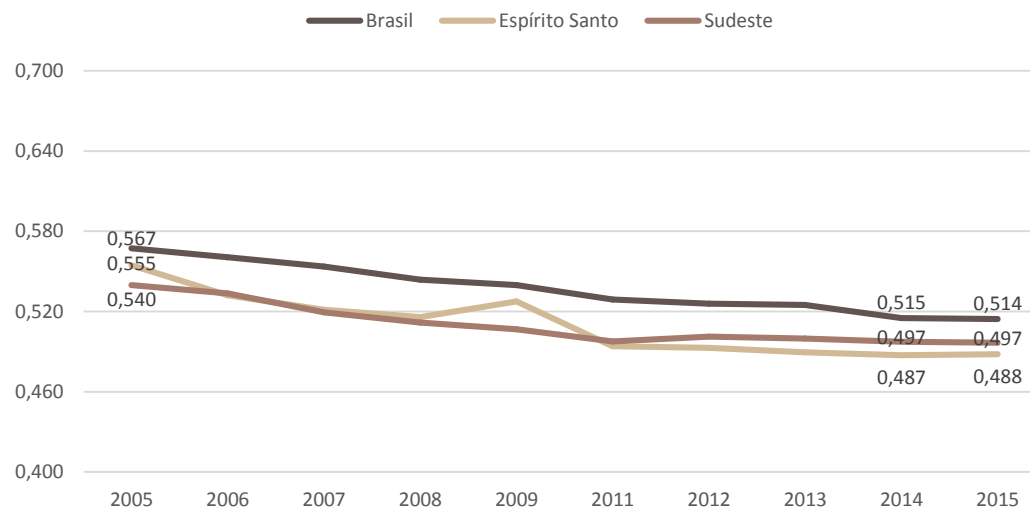


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



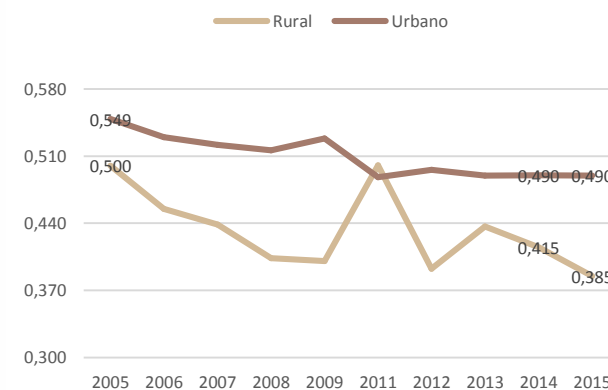
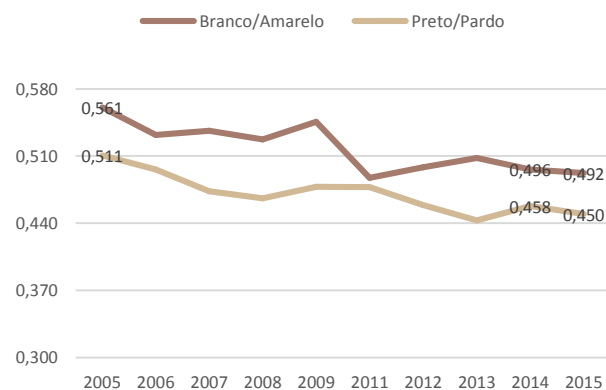
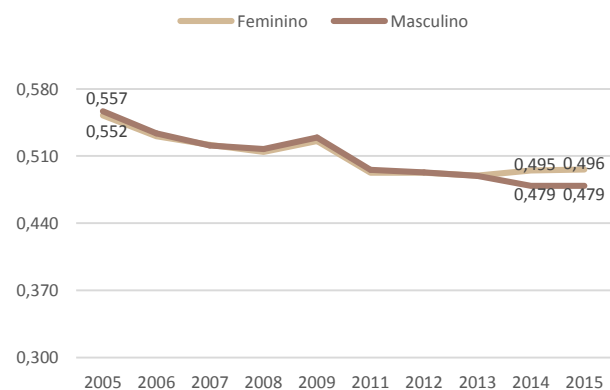
Entre 2005 e 2015, o Espírito Santo reduziu a desigualdade na distribuição de renda, tal qual ocorreu no Brasil e na região Sudeste. No caso específico do estado houve, durante esse intervalo, dois períodos nos quais a concentração de renda aumentou: entre 2008 e 2009 e um pequeno aumento entre 2014 e 2015. O indicador possui trajetória e nível bastante próximos quando se considera de forma separada a renda dos homens e mulheres, tendência interrompida nos anos 2014 e 2015, nos quais observa-se um aumento da concentração de renda entre as mulheres (0,495 e 0,496) comparativamente ao ano de 2013 (0,490), ao passo em que a desigualdade de renda entre os homens que estava em queda, manteve-se estável (0,479). Em 2015, entre as pessoas que se autodeclararam de cor ou raça preta/parda, a concentração de renda reduziu de 0,458 (2014) para 0,450. Entre 2005 e 2015, apenas em 2011, os domicílios situados em áreas rurais não apresentaram uma distribuição da renda menos desigual do que os domicílios localizados nas áreas urbanas. Em 2015, comparativamente a 2014, a desigualdade de renda diminuiu nas áreas rurais (de 0,415 para 0,385) e manteve-se estável nas áreas urbanas (0,490).

**Coeficiente de Gini.  
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

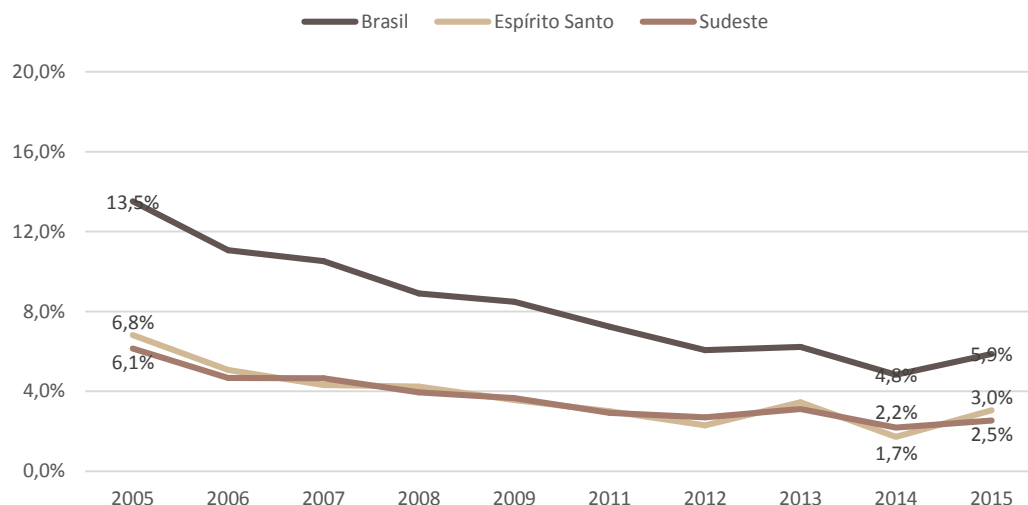
**Coeficiente de Gini por gênero, por cor ou raça e situação domicílio.  
Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



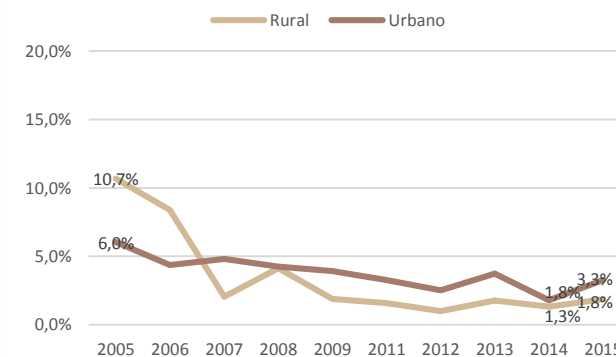
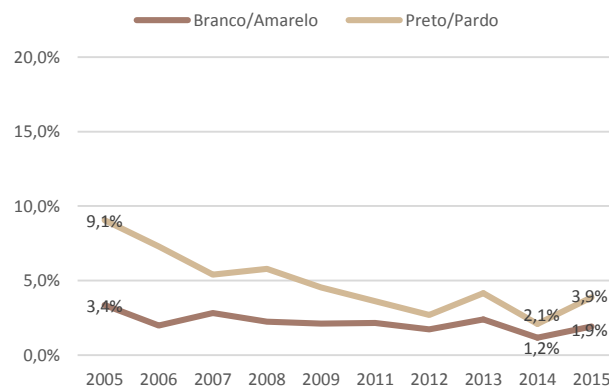
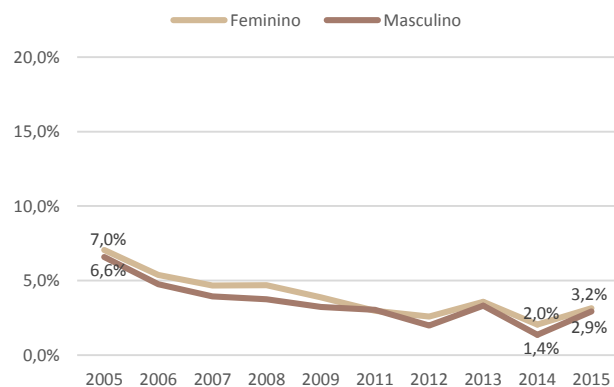
## Percentual de pessoas extremamente pobres. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Entre 2005 e 2012, o Espírito Santo apresentou intensa redução na proporção da população de extremamente pobres, de 6,8% para 2,3%. Em 2015, essa trajetória de queda, que havia sido retomada em 2014, após o aumento registrado em 2013, foi novamente interrompida no estado, no Brasil e na região Sudeste. Em 2015, a extrema pobreza no estado aumentou de 1,7% (2014) para 3,0%. Adicionalmente, o estado apresentou números inferiores aos do Brasil (5,9%) e acima da região Sudeste (2,5%). A extrema pobreza foi maior entre as mulheres (3,2%) que entre os homens (2,9%); em relação ao ano anterior essa diferença reduziu à metade (0,3 p.p.). O percentual de pessoas de cor preta e parda extremamente pobre (3,9%) é superior ao de pessoas de cor branca e amarela (1,9%). A proporção de extremamente pobres na área rural (1,8%) é inferior a área urbana (3,3%).

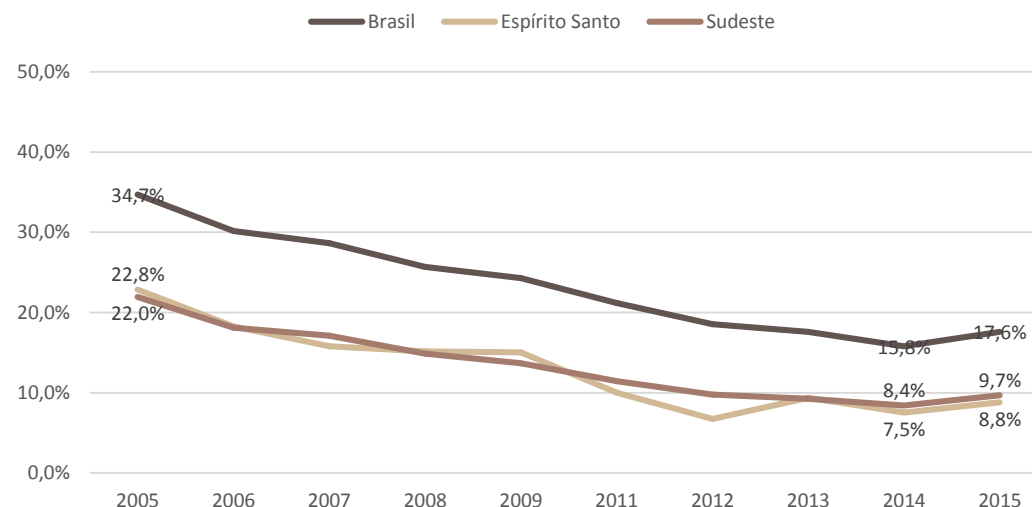
## Percentual de pessoas extremamente pobres por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

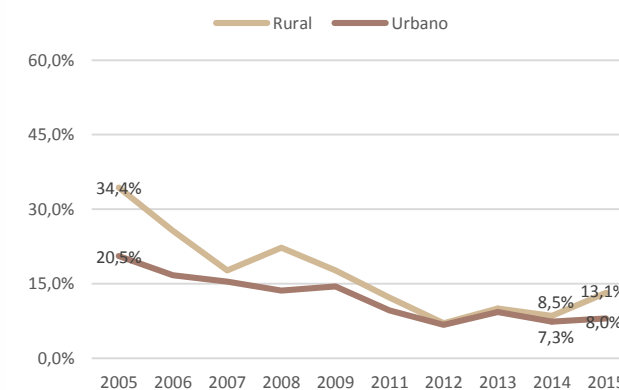
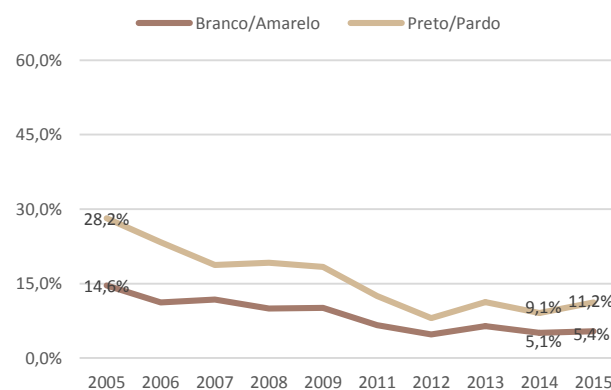
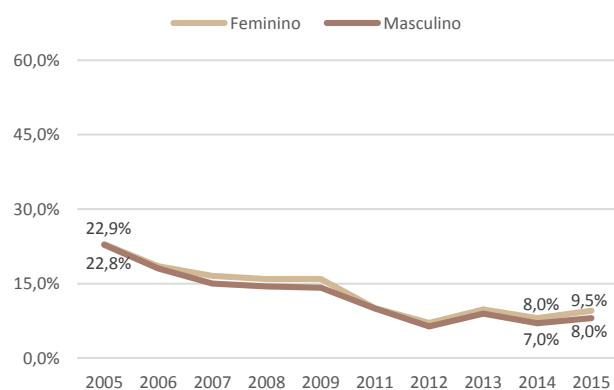
Entre 2005 e 2012, houve no Espírito Santo uma considerável redução na proporção de pessoas vivendo em situação de pobreza, de 22,8% para 6,7%, queda de 70,6%. Nesse período uma redução importante, embora menos acentuada, também ocorreu no Brasil (-46,7%) e na região Sudeste (-55,5%). Essa trajetória de queda foi interrompida no estado, no ano de 2013, quando a porcentagem de pobres alcançou 9,4%, e foi retomada em 2014, ano em que o Espírito Santo voltou a reduzir a pobreza para 7,5%. Em 2015 a porcentagem de pobres voltou a subir no estado para 8,8%, aumento de 1,3 (p.p.), que representa 60 mil pessoas a mais na condição de pobreza. O aumento da pobreza também ocorreu no Brasil 1,8 (p.p.) e na região Sudeste 1,3 (p.p.). A proporção de homens pobres (8,0%) foi inferior à das mulheres (9,5%). Entre as pessoas de cor branca e amarela (5,4%) houve menor porcentagem de pobres do que entre as pessoas de cor preta e parda (11,2%). Em 2015, comparativamente ao ano anterior a pobreza teve um aumento mais elevado na área rural 4,6 (p.p.) do que na área urbana 0,7 (p.p.).

**Percentual de pessoas pobres.  
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015**



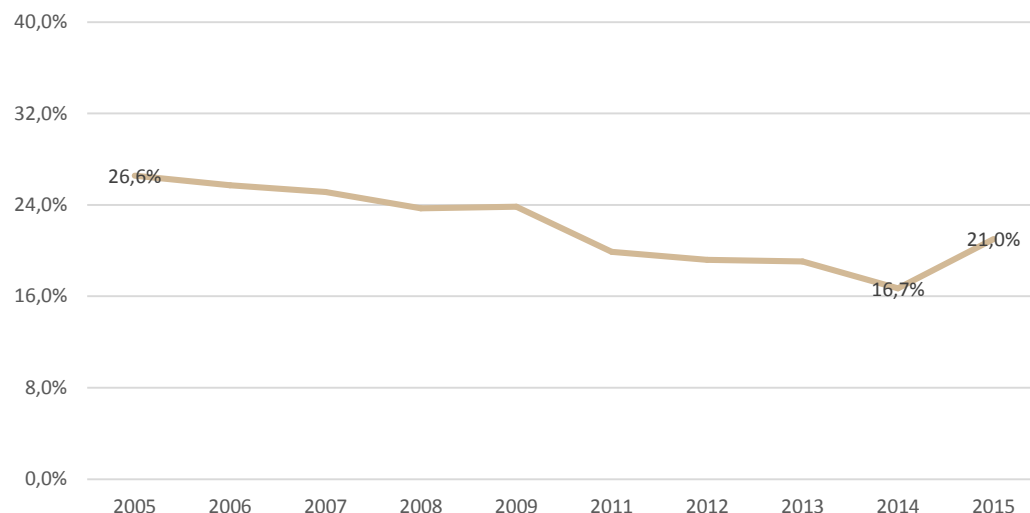
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

**Percentual de pessoas pobres por gênero, por cor ou raça e situação domicílio.  
Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

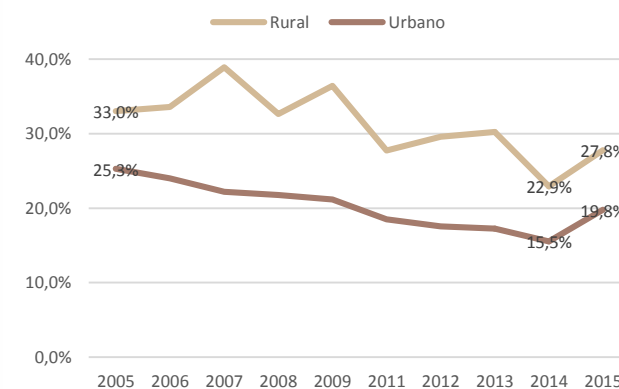
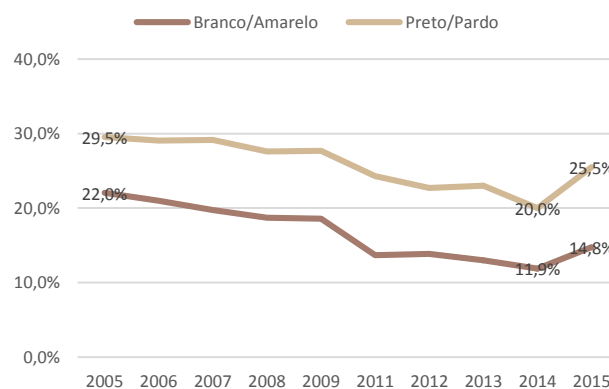
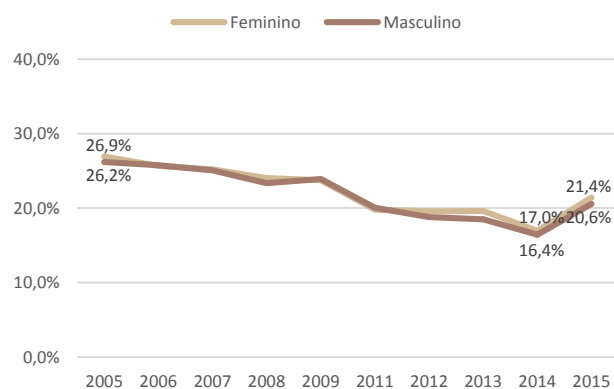
**Percentual de pessoas na classe D.  
Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No Espírito Santo, a porcentagem de pessoas pertencentes a classe D, diminuiu de 26,6% em 2005 para 21,0% em 2015, uma redução de - 21,1%. Entretanto, considerando os dados de 2015, em relação a 2014, a classe D teve um aumento de 25,7%. A proporção de homens na classe D (20,6%) foi inferior à proporção de mulheres (21,4%). A proporção de pretos e pardos na classe D (25,5%) é superior à de brancos e amarelos (14,8%). Entre 2014 e 2015, a proporção de pessoas na classe D que vivem em área rural aumentou de 22,9%, para 27,8%; já na área urbana esse aumento foi menor, de 15,5%, para 19,8%.

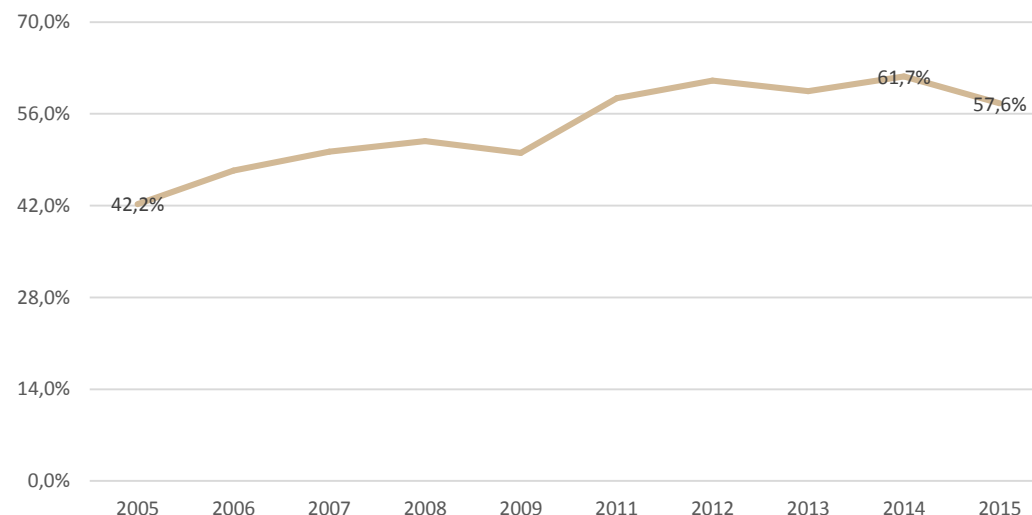
**Percentual de pessoas na classe D por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.  
Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

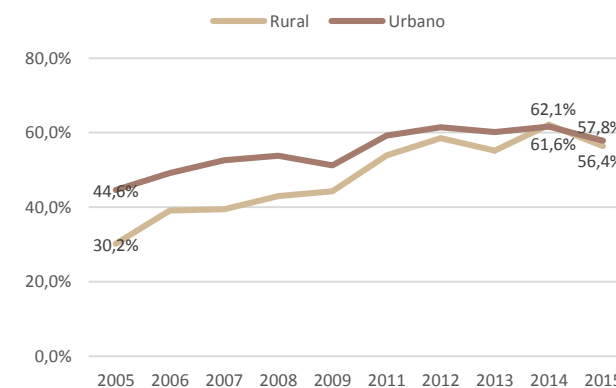
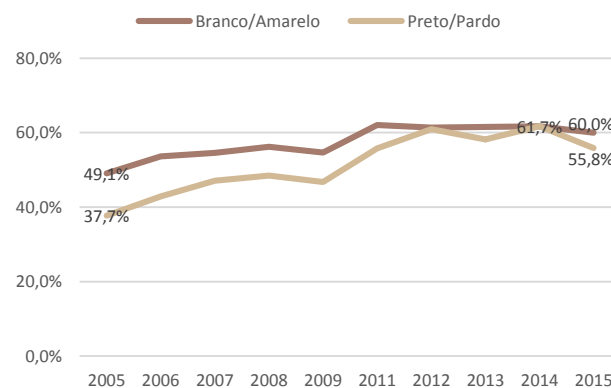
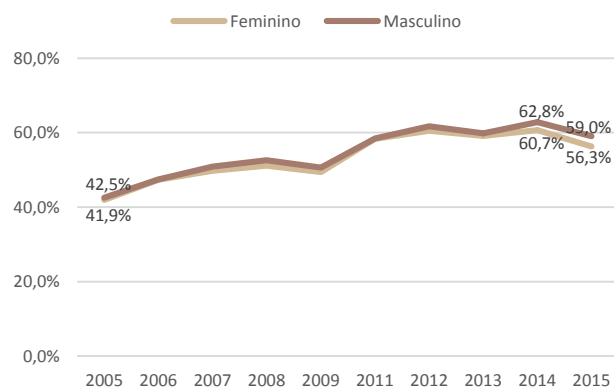
No Espírito Santo, ocorreu importante elevação da classe C, de 42,2% em 2005 para 57,6% em 2015, crescimento de 36,5% no período. Em 2015, comparativamente ao ano anterior, houve redução de 6,6%. Entre os homens (59,0%) houve maior porcentagem de pessoas na classe C do que entre as mulheres (56,3%), muito embora esse indicador apresente trajetória e valores muito próximos ao longo do período. Em 2015, a proporção de pretos e pardos na classe C (55,8%) foi menor que a de brancos e amarelos (60,0%). A área rural e a urbana apresentaram percentuais próximos de pessoas na classe C (57,8% e 56,4, respectivamente).

### Percentual de pessoas na classe C. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

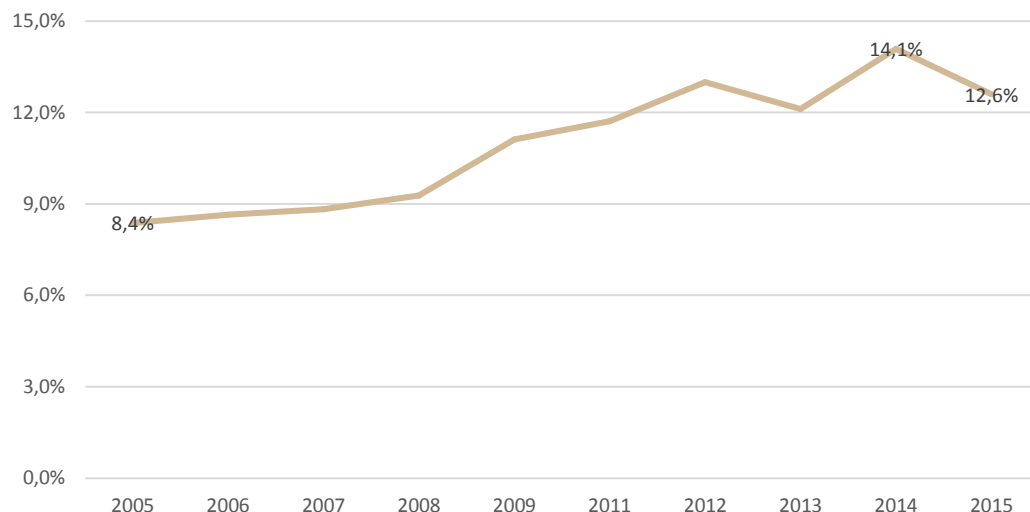
### Percentual de pessoas na classe C por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



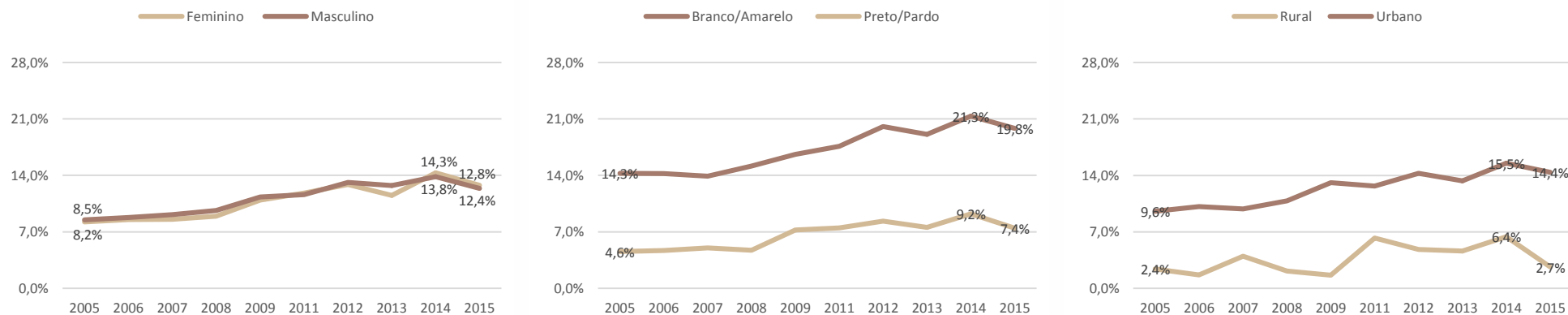
### Percentual de pessoas na classe AB. Espírito Santo, 2005 a 2015



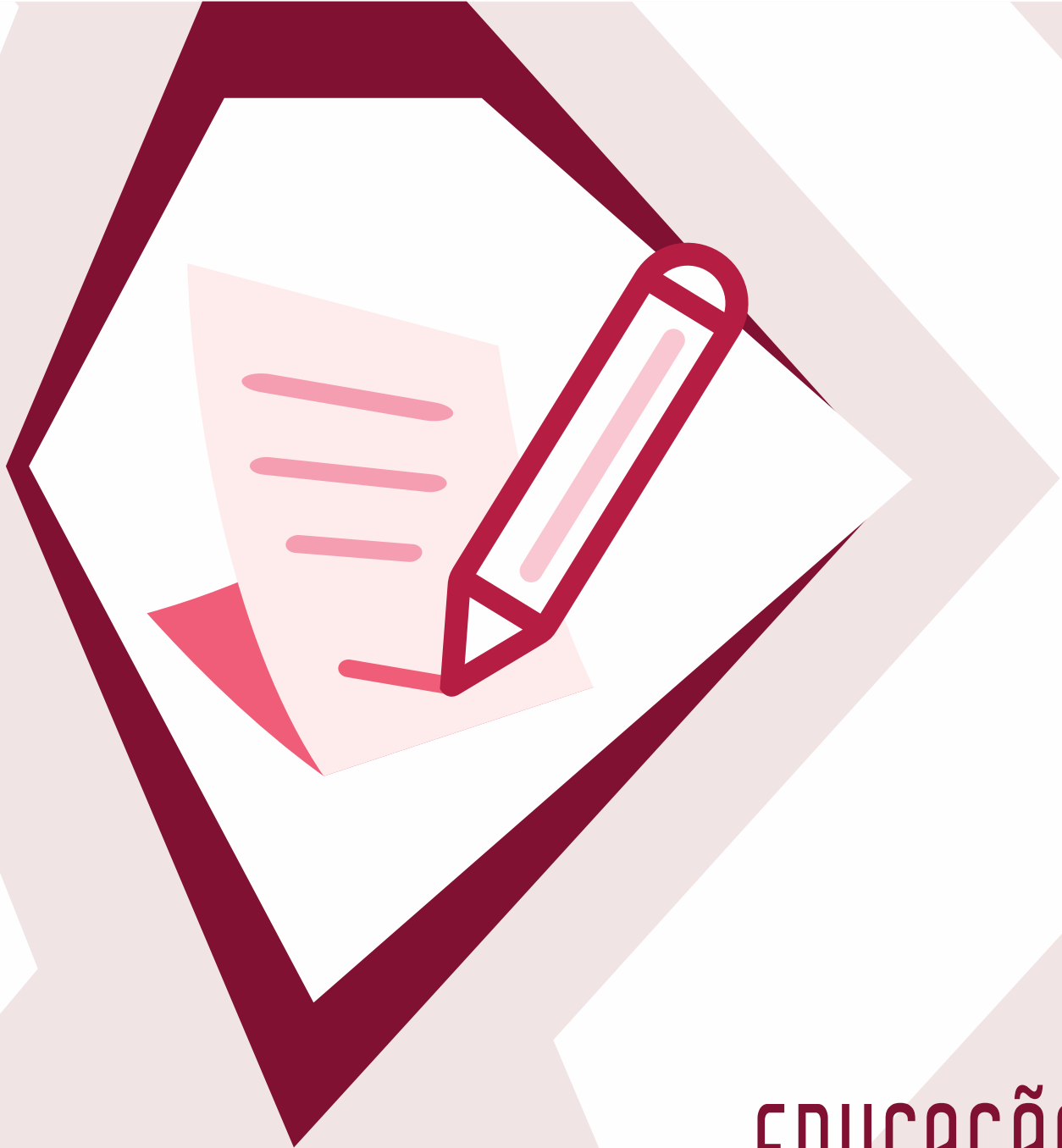
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No Espírito Santo, também ocorreu elevação da proporção de pessoas pertencentes a classe AB, de 8,4% em 2005, para 12,6% em 2015, crescimento de 50,0% no período. Em 2015, comparativamente ao ano anterior, houve redução de 10,6%. A proporção de mulheres nessa classe (12,8%) esteve próxima à proporção de homens (12,4%). Na classe AB houve maior proporção de brancos e amarelos (19,8%) do que entre pretos e pardos (7,4%), diferença que se manteve praticamente constante ao longo do período. A área urbana (14,4%) apresentou proporção maior de pessoas na classe AB do que a área rural (2,7%). Em 2015, a dedução da proporção de pessoas na classe AB foi mais acentuada na área rural (3,7 p.p.) do que na área urbana (1,1 p.p.).

### Percentual de pessoas na classe AB por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



EDUCAÇÃO

**N**esta seção apresentamos os indicadores de educação com base nos dados das PNADs de 2005 a 2015. É fato estilizado que muitos dos indicadores apresentados nesta síntese, em especial os de mercado de trabalho, estão correlacionados fortemente com o nível educacional da população, sendo que, geralmente, uma melhor situação educacional implica em maior facilidade de acesso aos postos de trabalho mais qualificados.

A evolução destes indicadores nos últimos anos mostra que a situação educacional do Espírito Santo vem melhorando consistentemente, apresentando em geral indicadores próximos à média nacional e inferiores à região Sudeste. Percebe-se ainda uma melhoria nos indicadores, embora a velocidade desta melhora tenha se reduzido nos anos recentes.

A escolaridade média da população de 25 anos ou mais saiu de 6,8 anos de estudo em 2005 para 8 anos em 2015, o que representa uma escolaridade igual ao ensino fundamental completo. Apenas 44,1% da população com 25 anos ou mais tem no mínimo 11 anos de estudo (ensino médio completo) e 13,7% possuem ensino superior completo ou mais em 2015.

A taxa de analfabetismo, que era de 8,7% em 2005, passou para 6% em 2015, ou seja, em dez anos caiu aproximadamente -31%, e dado que o ensino fundamental está praticamente universalizado para a população de 7 a 14 anos, é razoável supor que o analfabetismo venha a ser reduzido a níveis mínimos nos próximos anos.

Uma situação um pouco mais delicada é a do analfabetismo funcional, que, segundo a definição do IBGE, são aquelas pessoas com menos de 4 anos de escolarização formal. Em 2005 esta proporção era de 20,3% entre as pessoas de 15 anos ou mais e em 2015 este número caiu para 15,7%. É uma redução expressiva, mas esta proporção representa aproximadamente 490 mil capixabas que apesar de lerem, não são capazes de compreender o que leem.

Os dados também nos mostram que as crianças e adolescentes do estado entre 7 e 14 anos estão quase todos frequentando a escola (98,6%), embora este resultado tenha sido inferior ao observado tanto para o Brasil quanto para a região Sudeste. Entre os jovens de 15 a 17 anos do Espírito Santo, 84% frequentam a escola. Este número também é inferior à frequência observada para o Sudeste e Brasil.

A taxa de retenção no ensino fundamental e médio no estado é próxima à verificada para o país, e a mesma é tanto maior, quanto maior é o nível de ensino. Em 2015 chegou a alcançar 56,7% no 3º EM, enquanto no 5º EF atingiu 15,1% e no 9º EF 16,7%.

Em relação à alocação do tempo dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, o Espírito Santo situa-se entre o Brasil e a região Sudeste no que se refere à taxa de jovens que “nem trabalha e nem estuda” e “só trabalha”, enquanto apresenta taxas menores na categoria “trabalha e estuda” e taxa maior que Sudeste e igual a Brasil na categoria “só estuda”. A chamada geração “nem-nem” alcançou 21,8% em 2015, sendo composta predominantemente por jovens mulheres, de cor ou raça preto/pardo e residentes na zona urbana do estado.

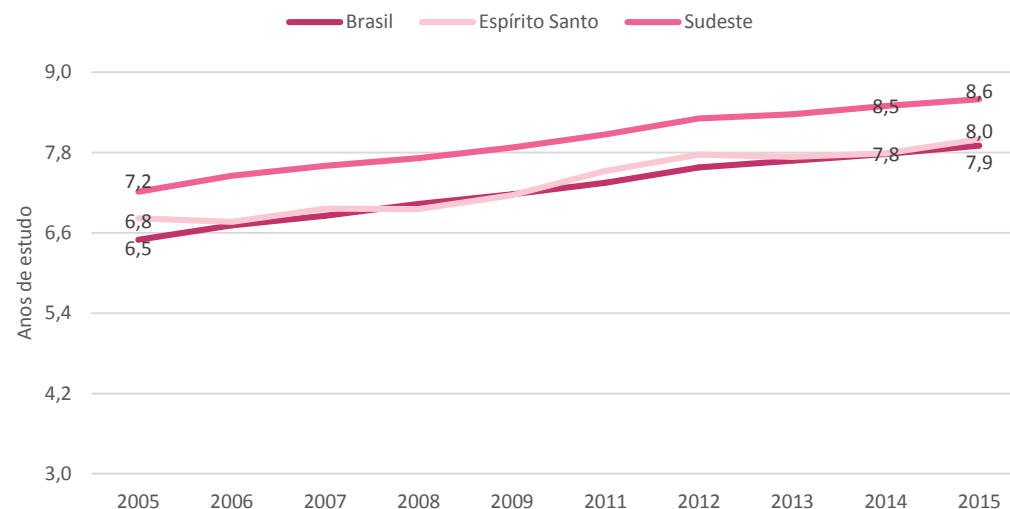
Das informações apresentadas, é nítido o avanço do sistema educacional na última década. Entretanto, ainda persistem problemas importantes a resolver. O acesso à escola (educação básica) não representa desafio; mais importante é a manutenção e a progressão do aluno enquanto presente no sistema escolar.



# Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais

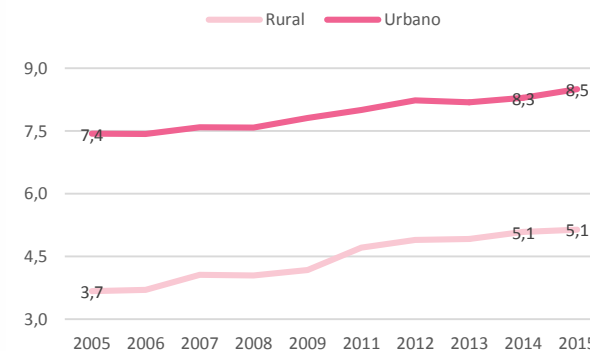
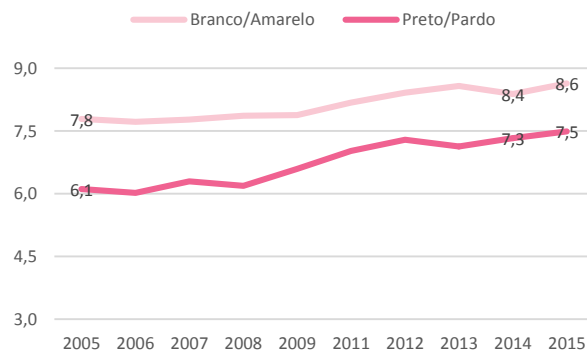
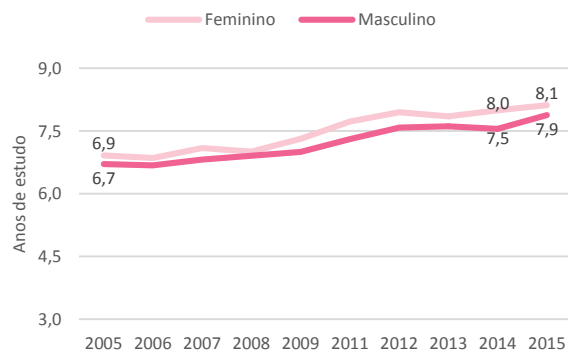
A escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais no Espírito Santo aumentou de 6,8 anos de estudo, em 2005, para 8 anos de estudo em 2015. Em termos comparativos, observou-se que a escolaridade média para o Espírito Santo ficou próxima à média brasileira em todo o período, porém inferior à média da região Sudeste. Ao se comparar a média de escolaridade entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se que a média das mulheres (8,1 em 2015) foi sempre superior à dos homens (7,9 em 2015). Além disso, em 2015 a escolaridade média da população de cor ou raça branca/amarela (8,6) foi superior aos indivíduos da categoria preto/pardo (7,5). A população residente na área urbana possuía média de escolaridade superior à da área rural, respectivamente 8,5 e 5,1 anos de estudo.

### Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

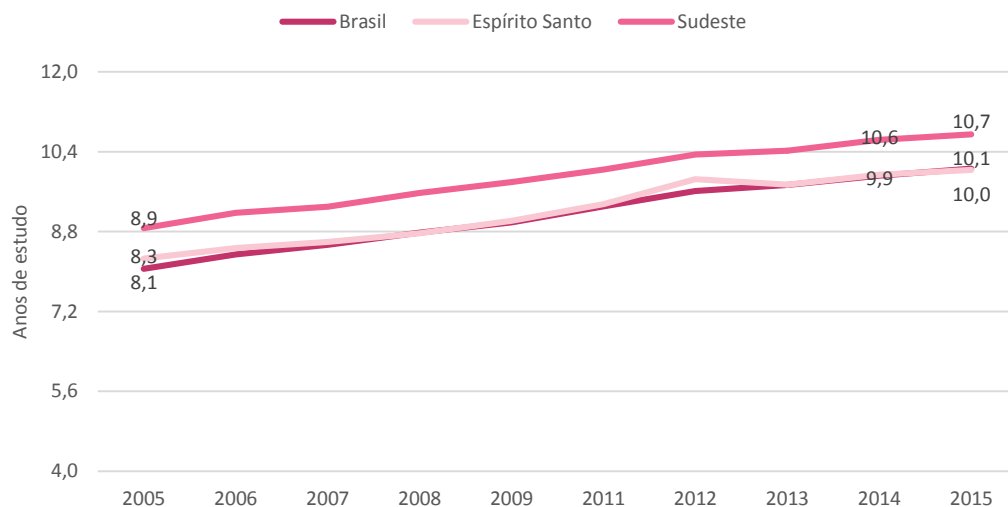
### Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



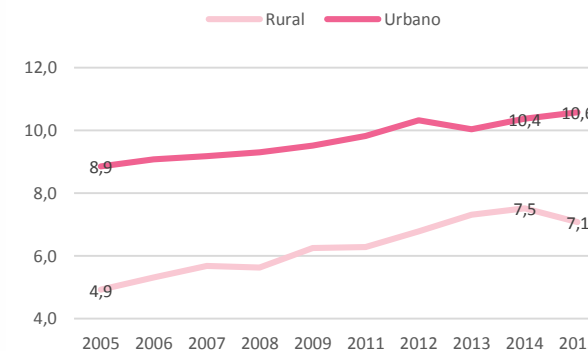
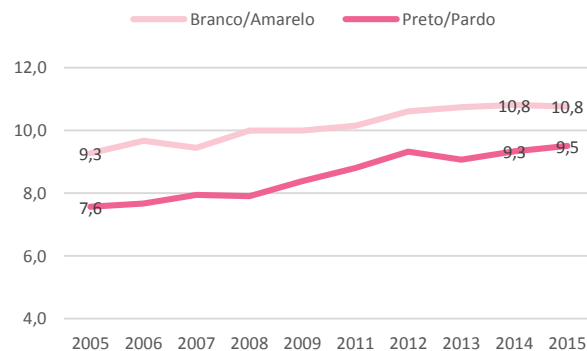
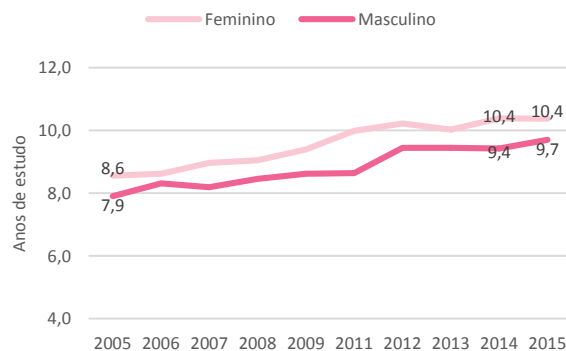
## Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A escolaridade média dos adultos entre 25 e 34 anos no Espírito Santo aumentou de 8,3 anos de estudo, em 2005, para 10 anos de estudo em 2015. Em 2015, observou-se que a escolaridade média para a faixa de idade considerada para o Espírito Santo (10) foi, analogamente ao indicador anterior, levemente inferior à média brasileira (10,1) e inferior à média da região Sudeste (10,7). Ao se comparar a média de escolaridade entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se que a escolaridade média das mulheres (10,4 em 2015) foi sempre superior à dos homens (9,7 em 2015). Também em 2015, a escolaridade média para os indivíduos que se declararam de cor ou raça branca/amarela (10,8) foi superior em relação a preto/pardo (9,5) e a população residente na área urbana possuía uma média de escolaridade de 10,6 anos de estudo, superior à média da área rural (7,1) em todo o período considerado.

## Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

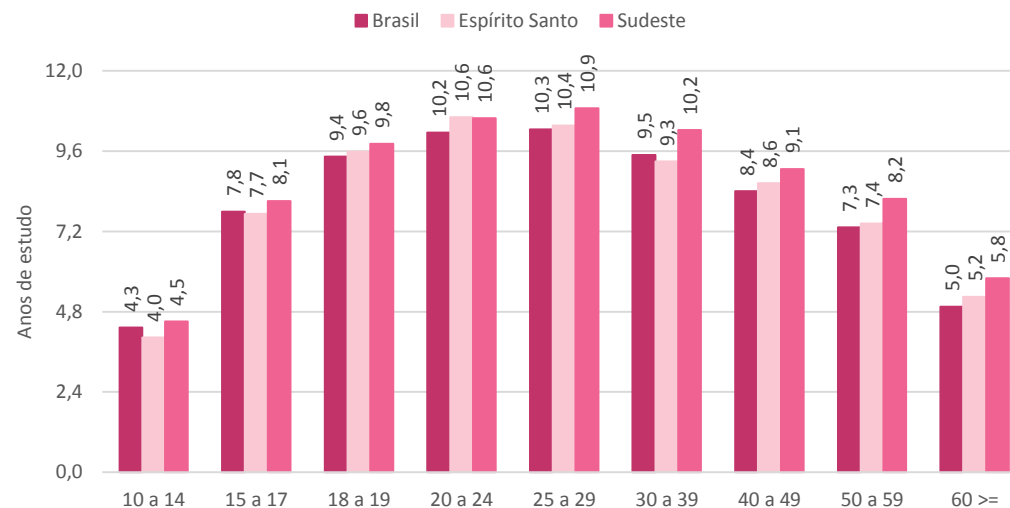


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



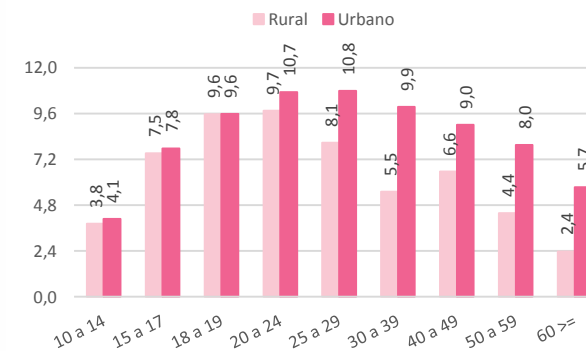
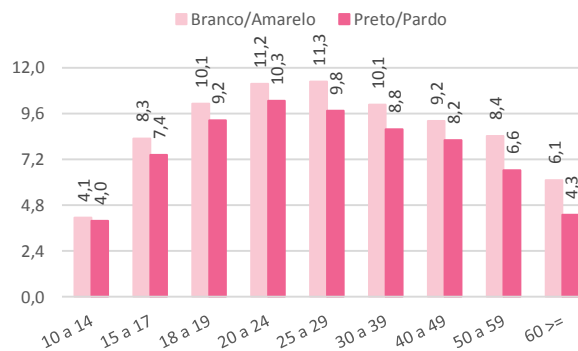
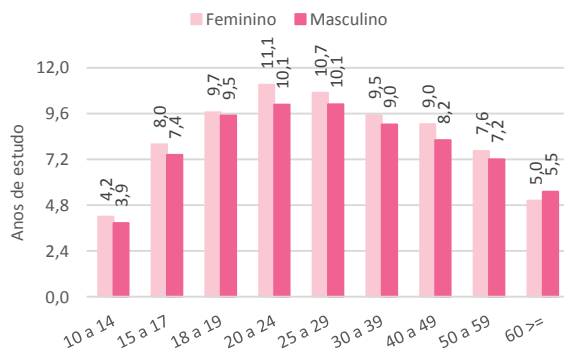
No Espírito Santo, os jovens na faixa etária de 20 a 24 anos apresentaram, em média, 10,6 anos de estudo, valor ligeiramente superior ao encontrado para os jovens de 25 a 29 anos (10,4). Observa-se também que, em 2015, a média de anos de estudo do Espírito Santo foi inferior à da região Sudeste em todas as faixas de idade, exceto na faixa de 20 a 24 anos na qual foi igual. Além disso, o número de anos de estudo nas faixas mais jovens (18 a 39 anos) foi superior ao das faixas etárias mais avançadas (40 anos ou mais), o que sugere aumento da escolarização média nos próximos anos. Ao se comparar a média de anos de estudo entre homens e mulheres, verificou-se que a mesma foi superior para as mulheres em praticamente todas as faixas etárias, com exceção da faixa de idade de 60 anos ou mais. Para os indivíduos de cor ou raça branca/amarela o número médio de anos de estudo também foi superior aos indivíduos de cor ou raça preto/pardo. A população residente na área urbana também apresentou maior escolaridade média em relação à área rural (exceto para faixa de 18 a 19 anos na qual houve igualdade).

## Escolaridade média segundo faixas de idade. Brasil, Sudeste e Espírito Santo 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

## Escolaridade segundo faixas de idade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015

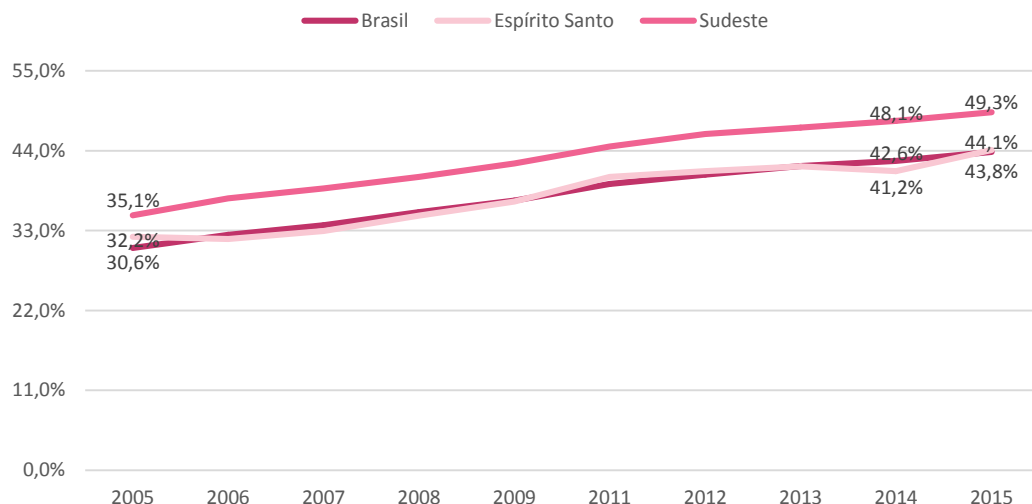


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



# Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 11 anos de estudo

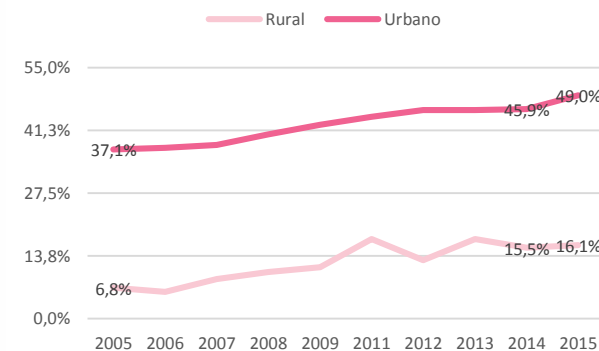
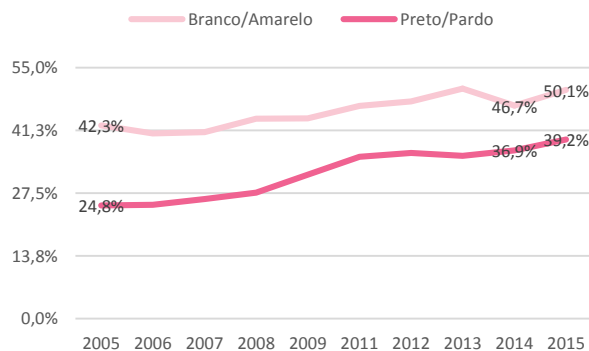
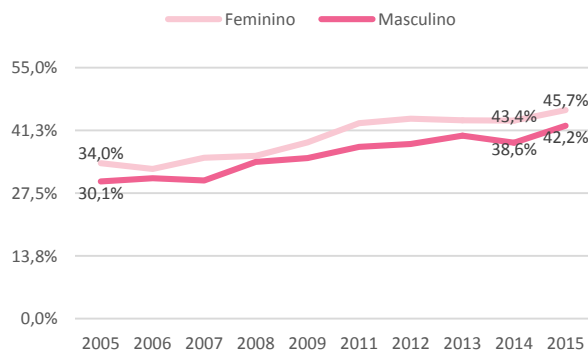
## Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 11 anos de estudo. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo no Espírito Santo, escolaridade equivalente ao ensino médio completo ou mais, apresentou tendência de crescimento no período de 2005 a 2015, passando de 32,2%, em 2005, para 44,1%, em 2015 (aumento de 2,9 pontos percentuais em relação a 2014). Comparativamente ao Brasil, o Espírito Santo apresentou proporção muito próxima de pessoas com o ensino médio completo, mas em relação ao sudeste, esta foi menor. Em 2015, ao se comparar a proporção entre homens (42,2%) e mulheres (45,7%) no Espírito Santo, verificou-se que a mesma foi sempre superior para as mulheres e ambos aumentaram em relação a 2014, com aumento maior entre os homens. A proporção foi maior entre a população de cor ou raça branca/amarela (50,1%) do que entre os de cor ou raça preta/parda (39,2%). A população residente na área urbana também apresentou maior proporção de pessoas de pelo menos 25 anos com ensino médio completo ou mais em relação à área rural, respectivamente 49% e 16,1%.

## Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 11 anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



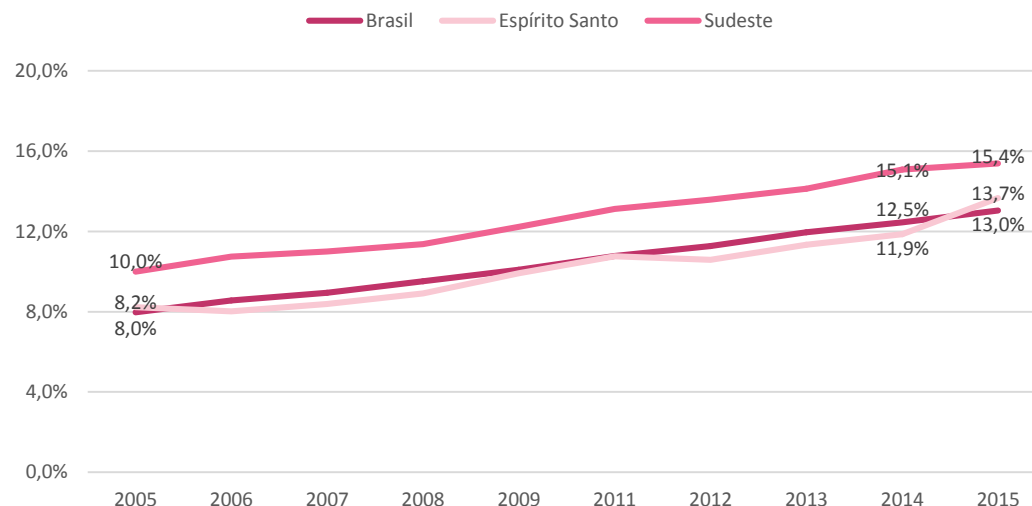
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



# Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 15 anos de estudo

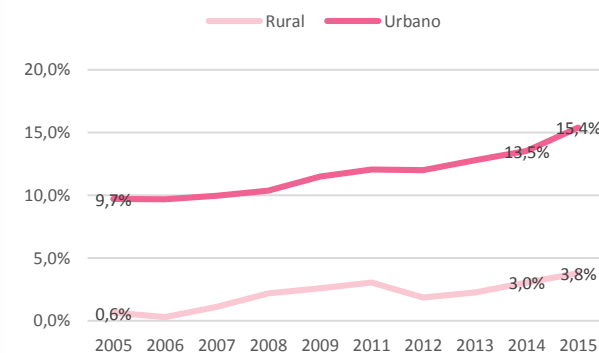
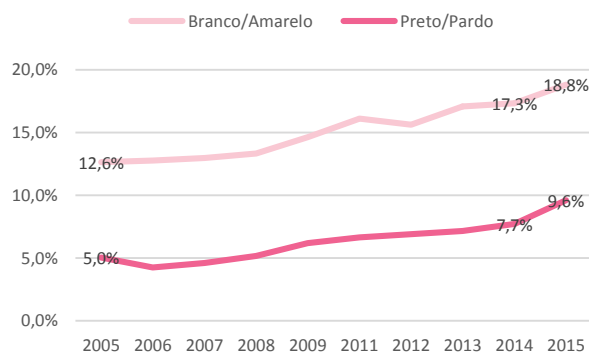
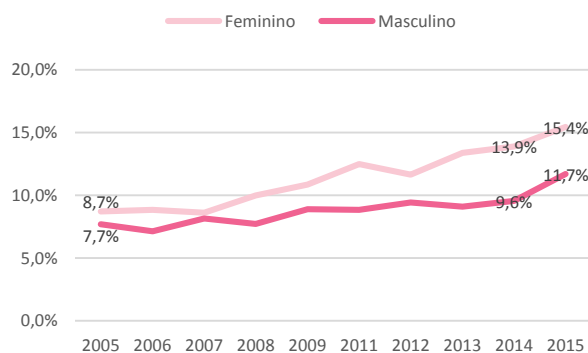
A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo no Espírito Santo, ou seja, a população com ensino superior completo ou pós-graduação apresentou tendência de crescimento no período, aumentando de 8,2%, em 2005, para 13,7%, em 2015. Comparativamente ao país e à região Sudeste, observou-se uma menor proporção ao longo do período, exceto em 2005 e 2015, quando superou o Brasil. Ao se comparar essa proporção entre homens (11,7%) e mulheres (15,4%) no Espírito Santo, em 2015, verificou-se que a mesma foi superior para as mulheres. Neste quesito, a população que se declarou de cor ou raça branca/amarela (18,8%) apresentou uma proporção superior aos de cor ou raça preta/parda (9,6%). Os residentes na área urbana (15,4%) apresentaram uma maior proporção de pessoas na faixa de idade considerada e com 15 anos ou mais de estudo em relação à área rural (3,8%).

### Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 15 anos de estudo. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

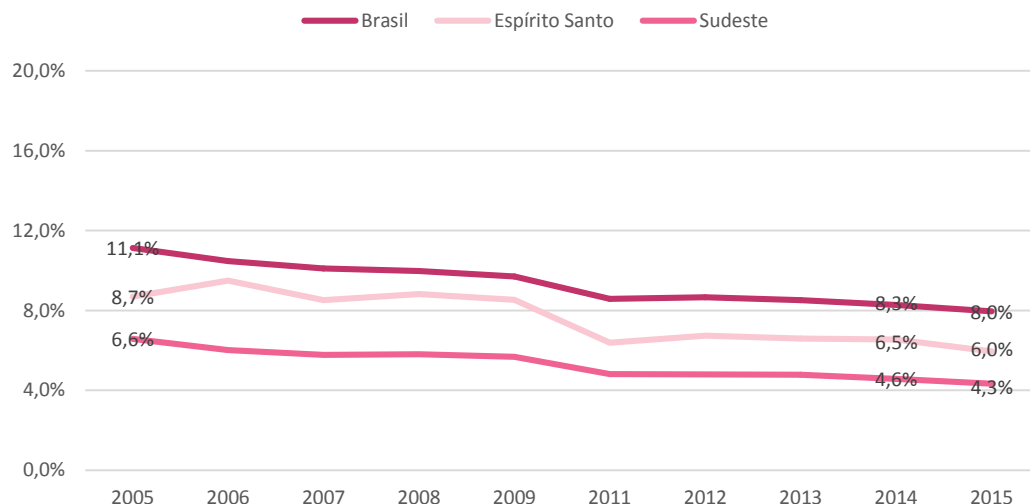
### Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 15 anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



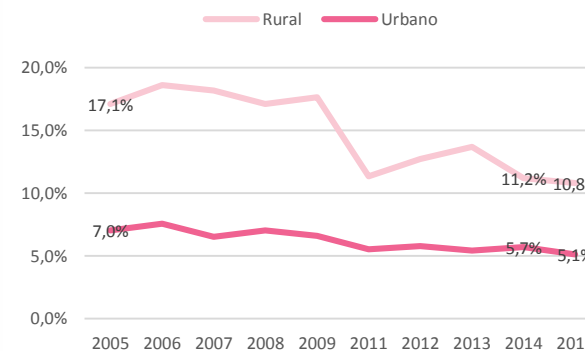
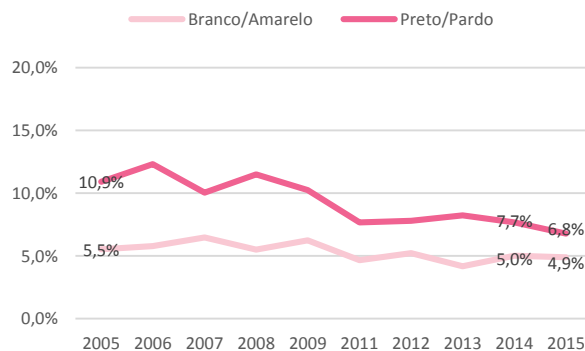
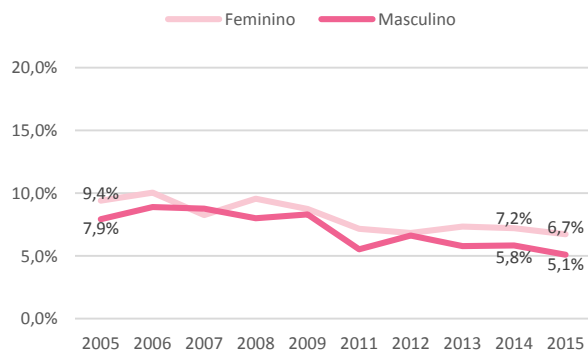
## Taxa de analfabetismo. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No período 2005-2015, a taxa de analfabetismo apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo a taxa de analfabetismo passou de 8,7% em 2005 para 6% em 2015, o que representa uma redução de aproximadamente -31% ao longo deste período. Em 2015, o estado alcançou a menor taxa no período considerado (6%). O analfabetismo em todo o período foi superior entre as mulheres (6,7% em 2015), com exceção do ano de 2007. Entre os homens foi de 5,1% em 2015. Além disso, a taxa de analfabetismo foi inferior entre os indivíduos autodeclarados de cor ou raça branca/amarela (4,9%) em relação aos que se declararam de cor ou raça preta/parda (6,8%). A população residente na área urbana apresentou menor proporção de analfabetos em relação à área rural, respectivamente 5,1% e 10,8%.

## Taxa de analfabetismo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

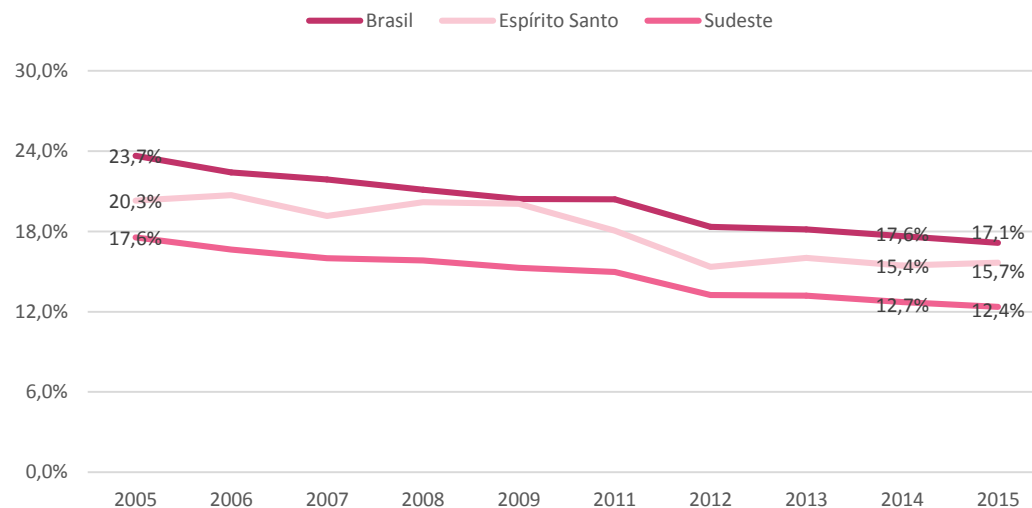


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



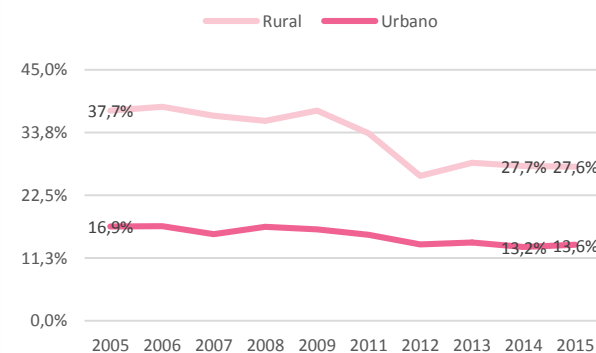
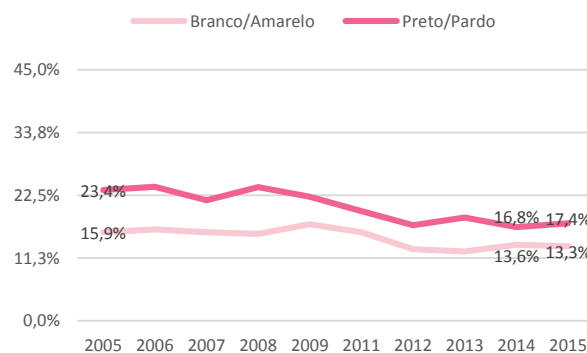
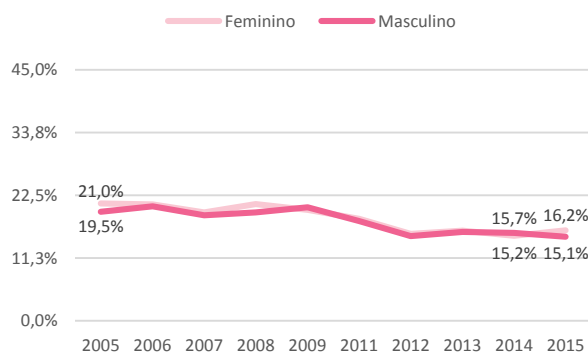
A taxa de analfabetismo funcional representa a proporção de pessoas que não completaram o primeiro ciclo de quatro anos do ensino fundamental. No período 2005-2015, esta taxa também apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo funcional passou de 20,3% em 2005 para 15,7% em 2015 (redução de -22,7%). O analfabetismo funcional no estado, em 2015, ficou 3,3 pontos percentuais acima da região Sudeste e 1,4 pontos percentuais abaixo do Brasil. Observam-se valores sempre muito próximos entre homens e mulheres. Além disso, os indivíduos que se declararam de cor ou raça branca/amarela apresentaram uma taxa menor (13,3%) se comparados aos de cor ou raça preta/parda (17,4%). A população residente na área urbana também apresentou uma taxa menor de analfabetos funcionais (13,6%) em relação à área rural (27,6%).

### Taxa de analfabetismo funcional. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

### Taxa de analfabetismo funcional por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

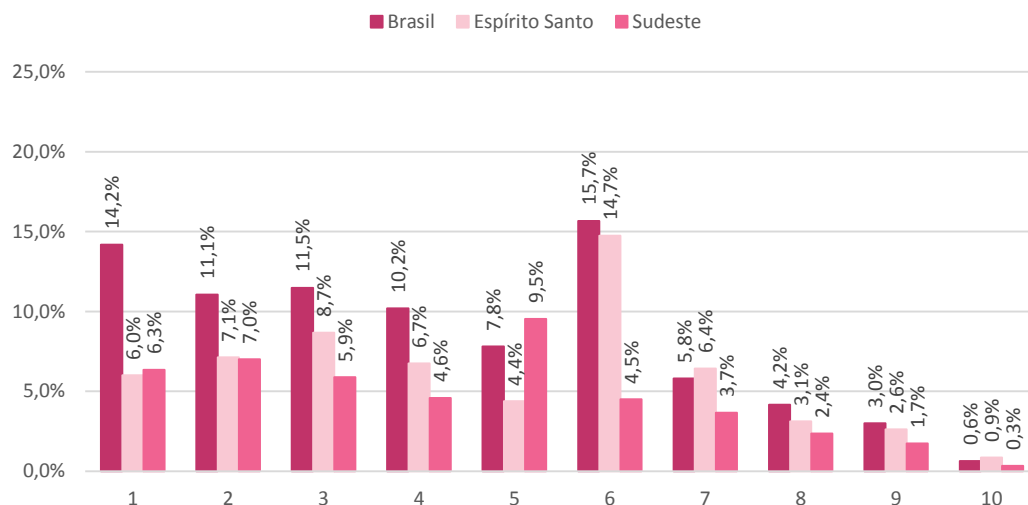


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



# Taxa de analfabetismo por classes de rendimento

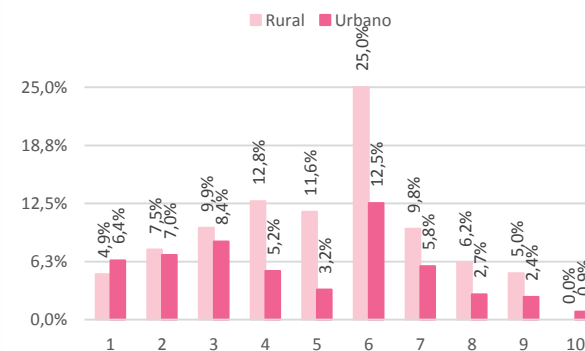
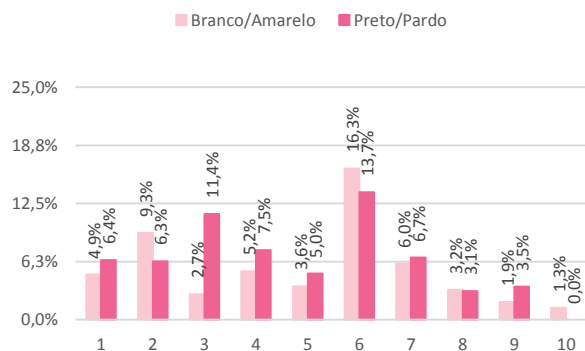
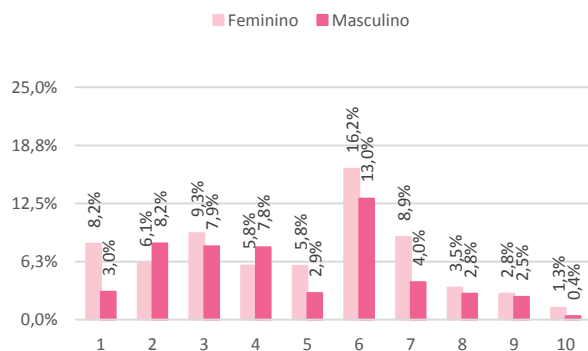
## Taxa de analfabetismo por classes de rendimento. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Observa-se por meio deste indicador a ligação direta que existe entre escolaridade e as classes de rendimentos representadas por decis da distribuição de renda, sendo observadas em geral taxas de analfabetismo menores nas classes de rendimentos superiores. O Espírito Santo apresentou, em relação ao Brasil, uma taxa de analfabetismo menor na maioria das classes, com exceção da 7ª classe e uma taxa maior que a do Sudeste na maioria das classes de rendimentos, excetuando-se a 5ª. Ao se comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo em 2015, verificaram-se maiores taxas para os homens nas classes 2 e 4 e maiores taxas para as mulheres nas demais. Pessoas que se declararam de cor ou raça branca/amarela apresentaram uma taxa de analfabetismo menor que os autodeclarados de cor ou raça preta/parda (com exceção das classes 2, 6, 8 e 10). A população residente na área rural também apresentou uma maior taxa de analfabetismo em relação à zona urbana em todas as classes de rendimentos (exceto classes 1 e 10).

## Taxa de analfabetismo por classes de rendimento por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015

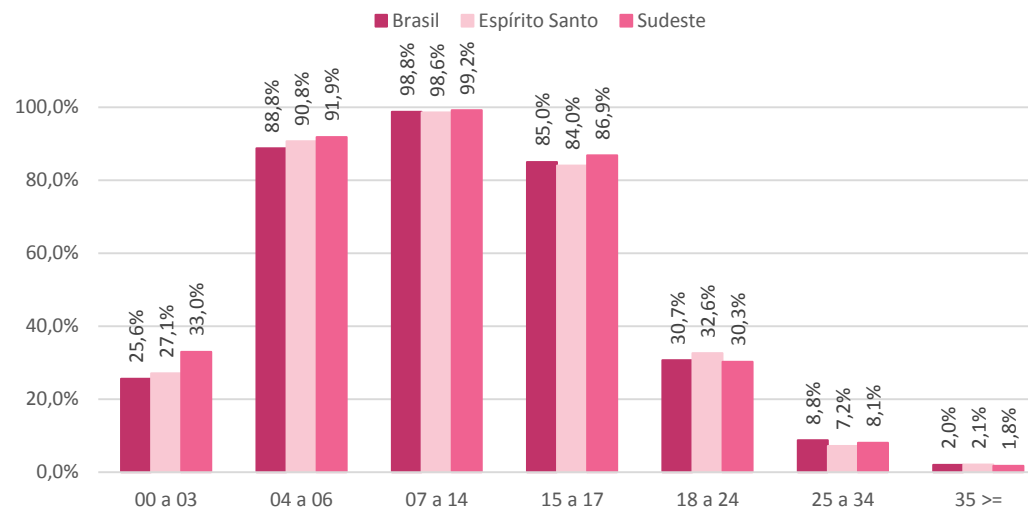


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



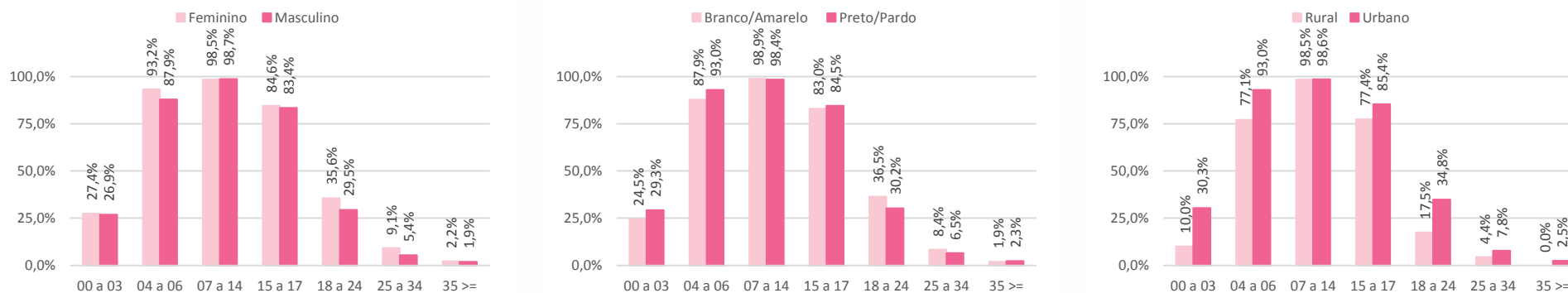
Em 2015, a frequência escolar no Espírito Santo apresentou seu maior índice na faixa de idade entre 7 a 14 anos que corresponde ao ensino fundamental. Apresentando uma cobertura escolar de 98,6% o ensino fundamental está praticamente universalizado. Em todas as faixas etárias, a frequência escolar é muito semelhante à do Brasil e da região Sudeste. Destaca-se ao aumento de 8,3 p.p. na frequência escolar de 0 a 3 anos (creche) em relação ao ano de 2014 (18,8%). Ao comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo, observamos que as mulheres tendem a atingir escolaridades mais elevadas uma vez que uma maior proporção de mulheres frequenta a escola em todas as faixas etárias (exceto na faixa de 7 a 14 anos). Nota-se também que, em geral, uma proporção maior de pessoas que se declararam de cor ou raça branca/amarela permanece no sistema educacional após os 18 anos (exceto na faixa 35 anos ou mais na qual o percentual é menor). Além disso, a maior frequência escolar foi verificada para os indivíduos residentes na zona urbana em relação à rural.

### Frequência escolar segundo faixas de idade. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

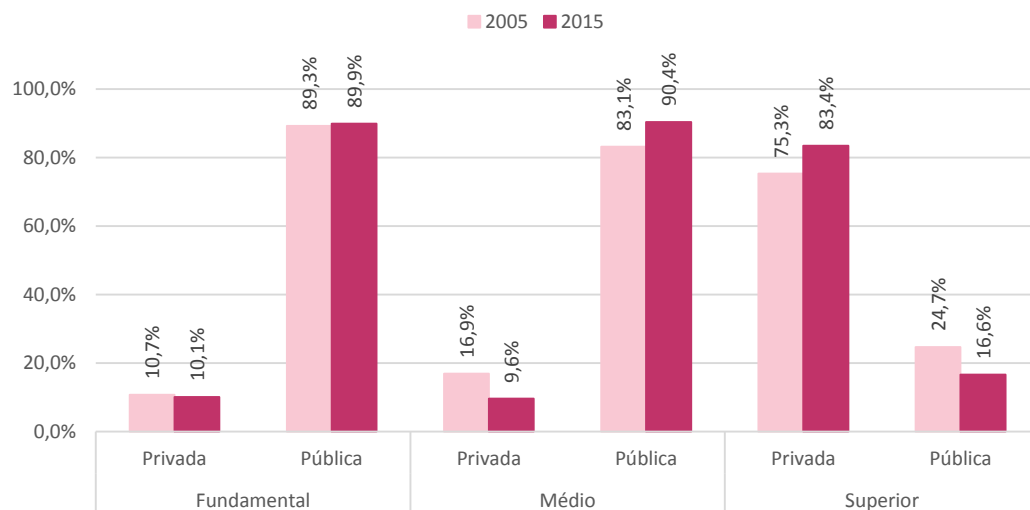
### Frequência escolar segundo faixas de idade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



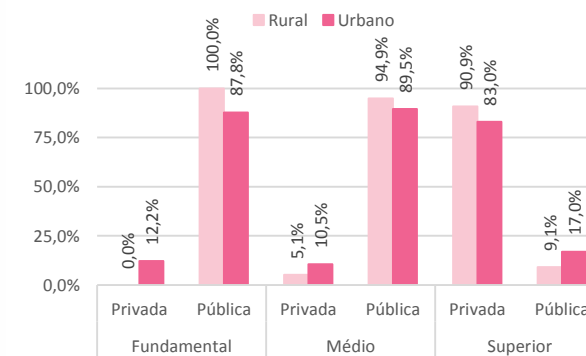
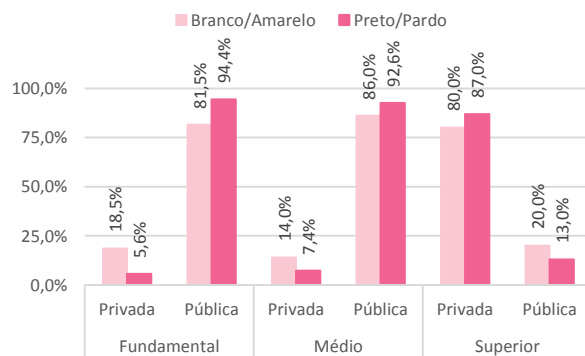
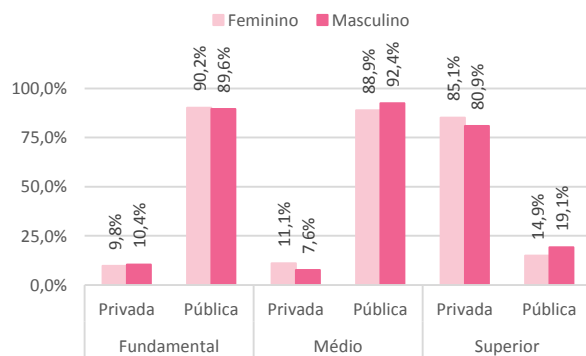
## Frequência escolar por nível de ensino e rede. Espírito Santo, 2005 e 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Nos últimos 10 anos houve no estado uma mudança na proporção de alunos que cursavam o ensino fundamental em escolas públicas e privadas. A proporção de alunos que cursavam o ensino médio em escolas públicas subiu 7,3 pontos percentuais entre 2005 e 2015 atingindo 90,4% em 2015. Já no ensino superior a proporção dos que estudavam na rede privada aumentou 8,1 pontos percentuais, chegando a 83,4%. Ao se comparar a frequência escolar entre homens e mulheres, verificou-se um equilíbrio entre os gêneros nos níveis fundamental; equilíbrio que foi se desfazendo à medida em que se aumentava o nível de ensino. Com relação à cor ou raça, entre as pessoas que se declararam branco/amarelo existe maior proporção de jovens que frequentavam a rede privada no ensino fundamental e médio. Observa-se também que a grande maioria dos jovens da área rural cursavam o ensino fundamental e médio na rede pública.

## Frequência escolar por nível de ensino e rede por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015



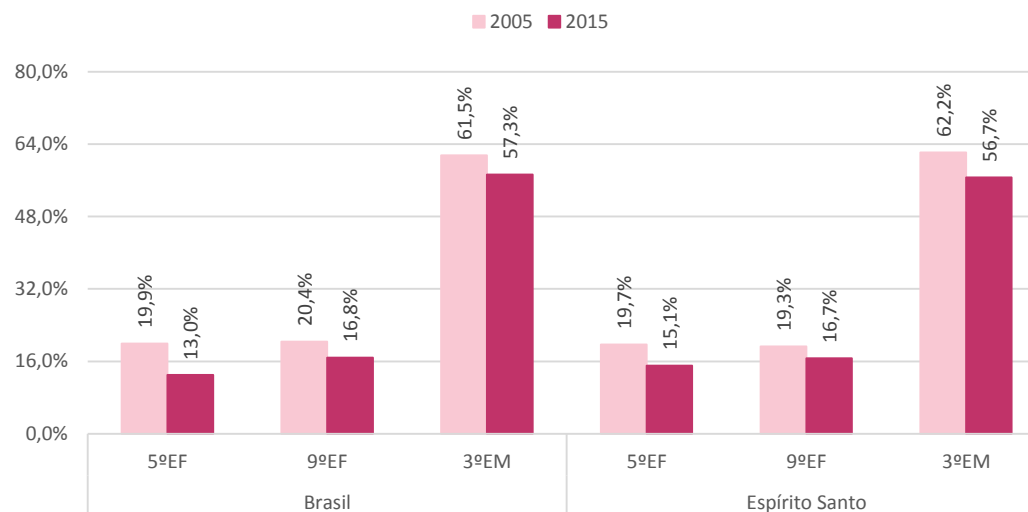
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



# Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio

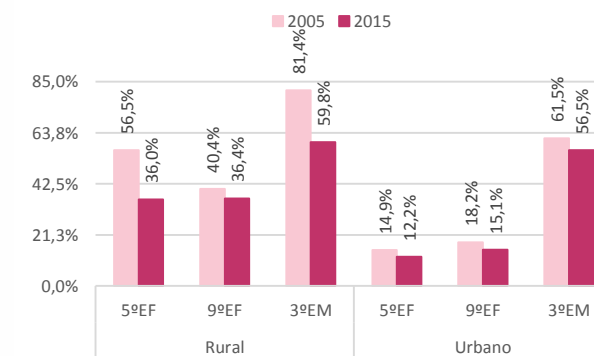
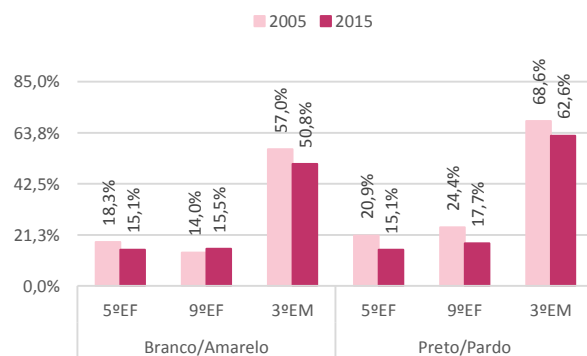
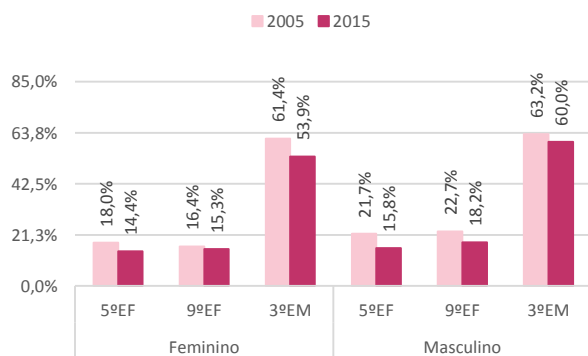
A taxa de retenção para o 5º e 9º ano do ensino fundamental no Espírito Santo caiu no período 2005-2015. Em 2005, a taxa para o 5º ano foi de 19,7% recuando para 15,1% em 2015. Para o 9º ano do ensino fundamental a taxa foi de 19,3% em 2005 passando para 16,7% em 2015. Com relação ao 3º ano do ensino médio, a taxa também reduziu, 62,2% em 2005 e 56,7% em 2015. De forma geral, a retenção foi levemente inferior no Espírito Santo quando comparado ao Brasil nas séries finais do ensino fundamental e muito próxima em relação ao ensino médio. Em 2015 foi possível verificar que a taxa de retenção foi maior entre os homens em todos os níveis analisados do que entre as mulheres, o que indica que as mulheres avançaram mais na trajetória escolar no período. Com relação à cor declarada, verificou-se que a retenção continuou maior no 3º do EM, porém foi maior para os de cor ou raça preta/parda (62,6%) do que para branca/amarela (50,8%). Para os indivíduos que residiam na área rural a retenção foi maior do que entre os que residiam na área urbana.

## Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio. Brasil e Espírito Santo, 2005 e 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

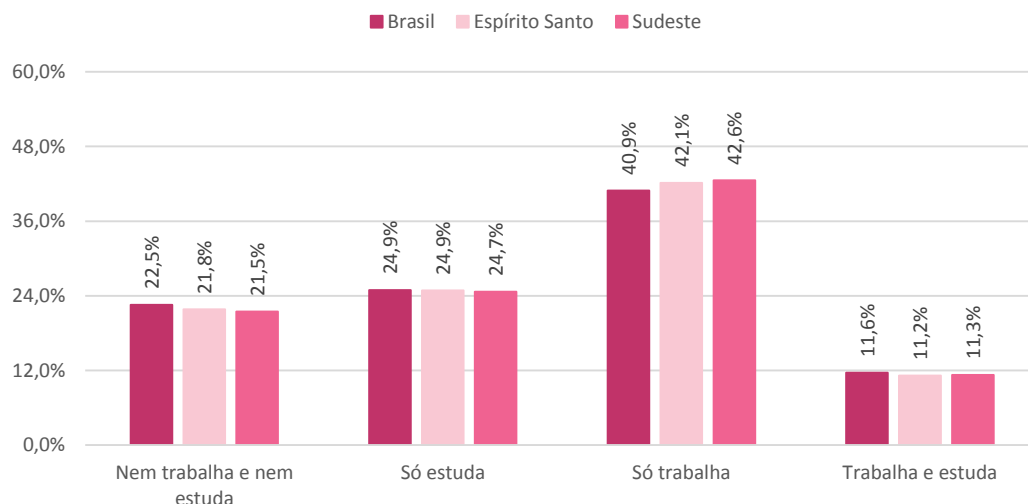
## Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 e 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



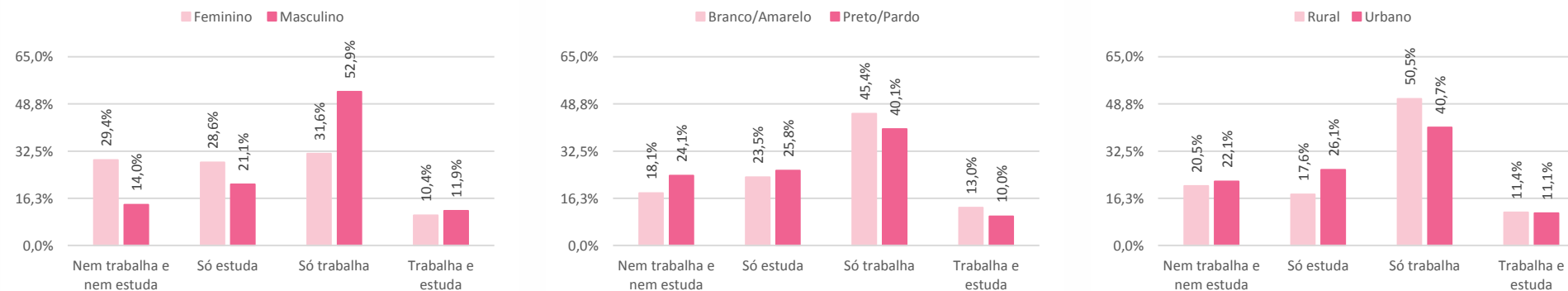
## Alocação do tempo dos jovens com idade entre 15 e 29 anos. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

De maneira geral, ao se observar a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo para o Brasil, região Sudeste e Espírito Santo, observa-se que a maioria dos jovens somente trabalham. Para as demais categorias, a distribuição é semelhante para as três áreas consideradas. Em 2015, a proporção de jovens que só trabalha era de 40,9% para o Brasil, 42,6% para a região Sudeste e 42,1% para o Espírito Santo. No grupo chamado “nem-nem”, não trabalha e nem estuda, o estado apresentou 21,8%. Em 2015 no Espírito Santo, do total da proporção de jovens nessa categoria, a maioria era do sexo feminino, de cor ou raça preto/pardo e residentes na zona urbana. Dentre os que só estudavam, predominavam as mulheres, as pessoas de cor ou raça preta/parda, e residentes na zona urbana; entre os que só trabalhavam, predominavam os homens, pessoas brancas/amarelas, e da zona rural; e dentre os que trabalham e estudam, predomínio dos homens, pessoas de cor ou raça branco/amarelo, e residentes na zona rural.

## Alocação do tempo dos jovens com idade entre 15 e 29 anos por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



MERCADO DE TRABALHO

**E**sta seção da Síntese dos Indicadores Sociais tem como objetivo apresentar o desempenho do mercado de trabalho do Espírito Santo nos últimos dez anos, com foco nos resultados divulgados recentemente para o ano de 2015. Tem como fonte de informação os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os principais atores neste mercado são os trabalhadores, empresas e governo, sendo que os primeiros são os que compõem a força de trabalho de uma determinada sociedade. A dimensão da força de trabalho disponível no mercado depende de três fatores: i) o tamanho da sua população residente; ii) a estrutura etária dessa população, que indica a quantidade de pessoas em condições de exercer uma ocupação (População em Idade Ativa – PIA); e iii) a disposição dessa população ao trabalho, dado o nível dos salários pagos pelas instituições privadas e públicas e pelas oportunidades de negócios existentes na economia. A qualidade da força de trabalho, por sua vez, está condicionada, em linhas gerais, ao nível educacional conjugado às políticas de qualificação e formação profissional existentes e à experiência adquirida pelas pessoas ao longo de sua vida.

O entendimento do mercado de trabalho está, além da evolução da população em condições de exercer alguma ocupação na economia, em desvendar quais são os incentivos vigentes para que os indivíduos busquem acessar este mercado. Dessa maneira, dado o crescimento populacional, a evolução do número de pessoas que buscam trabalho ou já estão ocupadas, fornece um sinal vital para compreender e atuar sobre as condições e os incentivos para o desenvolvimento e o crescimento econômico de uma região.

No Espírito Santo, a População em Idade Ativa (PIA) entre 2014 e 2015, passou de 3,06 milhões de pessoas em 2014 para 3,13 milhões de pessoas no ano seguinte, perfazendo um crescimento de 2,4% neste período. A População Economicamente Ativa (PEA) diminuiu, passando de

2,12 milhões de pessoas para 2,05 milhões de pessoas, no mesmo período, apresentando queda de -3,3%. Esta diferença do crescimento da PIA e da PEA repercutiu diretamente na Taxa de Atividade, que caiu de 69,3% em 2014 para 65,4% em 2015, indicando que, proporcionalmente, o número de pessoas economicamente ativas diminuiu no Estado durante a semana de referência da pesquisa.

A PEA, comumente chamada de Força de Trabalho disponível, pode ser desdobrada em População Ocupada e População não Ocupada ou Desocupada. Entre 2014 e 2015, o número de pessoas ocupadas diminuiu de 1,98 milhões para 1,83 milhões, registrando um decréscimo de -7,6% entre esses dois anos (-150 mil ocupados), com a particularidade de que, entre os empregados, houve redução de 36,4 mil pessoas no setor formal e de 59,5 mil pessoas no setor informal.

A Taxa de Desocupação no Espírito Santo, calculada pela razão entre o total de pessoas não ocupadas e a força de trabalho, apresentou trajetória declinante entre 2009 e 2012. Esta tendência foi interrompida em 2012, quando passou de 5,4% para 6,0% em 2013, crescendo mais expressivamente em 2015 (10,6%).

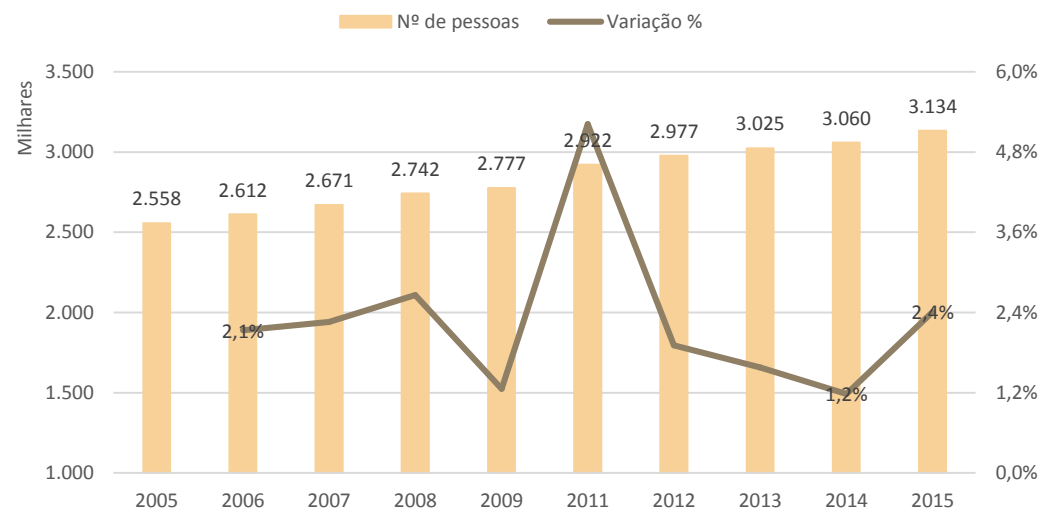
Quando a análise recai na dimensão institucional, colocando em foco as questões da previdência e dos sindicatos, percebe-se um aumento entre os anos de 2014 e 2015, tanto da cobertura previdenciária entre as pessoas ocupadas (63,6% para 67,4%) e, quanto da participação sindical, de 21,3% para 28,1%.

A Qualidade da Força de Trabalho está diretamente vinculada à escolaridade, experiência e a qualificação, mas que irá propagar-se através do aumento da produtividade do trabalho e conseqüentemente na renda auferida. A renda real média de todos os trabalhos, que apresentou uma expansão de 41,6% nos últimos 10 anos, tem mantido uma trajetória bastante volátil nesse período. Em 2015, a renda real média no Espírito Santo diminuiu -2,5% em relação ao ano anterior, alcançando R\$1.855,00 em 2015.



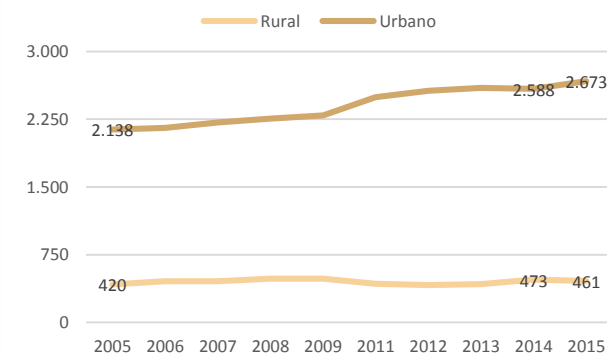
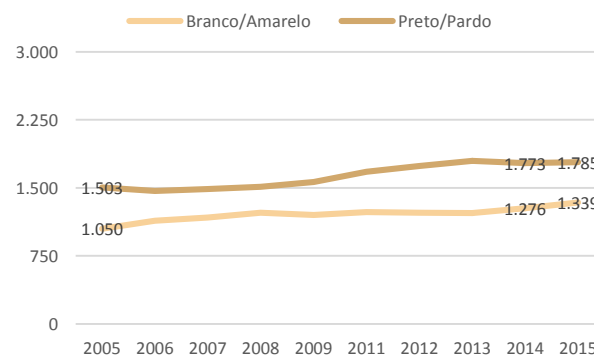
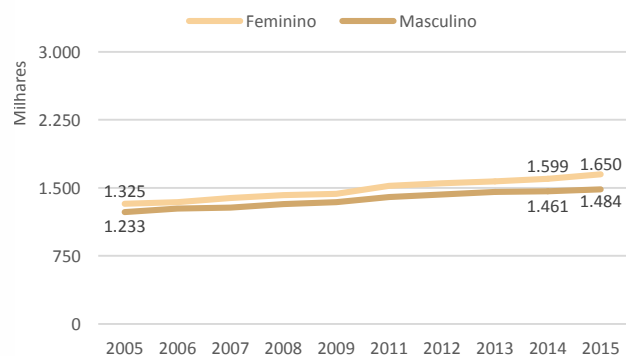
A População em Idade Ativa (PIA) representa o total de pessoas que possuem 15 anos ou mais de idade e é utilizada como uma aproximação da oferta potencial de trabalho em determinada localidade, ou seja, o total de pessoas em idade legal de exercer alguma ocupação. Em 2015, a PIA registrada no Espírito Santo foi de 3,13 milhões de pessoas, quantitativo equivalente a um aumento de 2,4% em relação ao ano anterior. Ao longo dos últimos 10 anos, a PIA aumentou em 576 mil pessoas no Espírito Santo, representando uma expansão de 22,5% no período, enquanto no país esta população aumentou 18,7% na mesma base de comparação. Em toda a série, o maior percentual de aumento da PIA ocorreu em 2011 (5,2%) e o menor percentual aconteceu em 2009 (1,3%). Em relação ao perfil desta população no estado, em 2015, pouco mais da metade (52,6%) das pessoas são do sexo feminino, pouco menos de dois terços (57,1%) são da raça ou cor Preta/Parda, sendo em sua situação de domicílio, majoritariamente residentes em áreas urbanas (85,3%).

**População em idade ativa (15 anos ou mais).  
Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

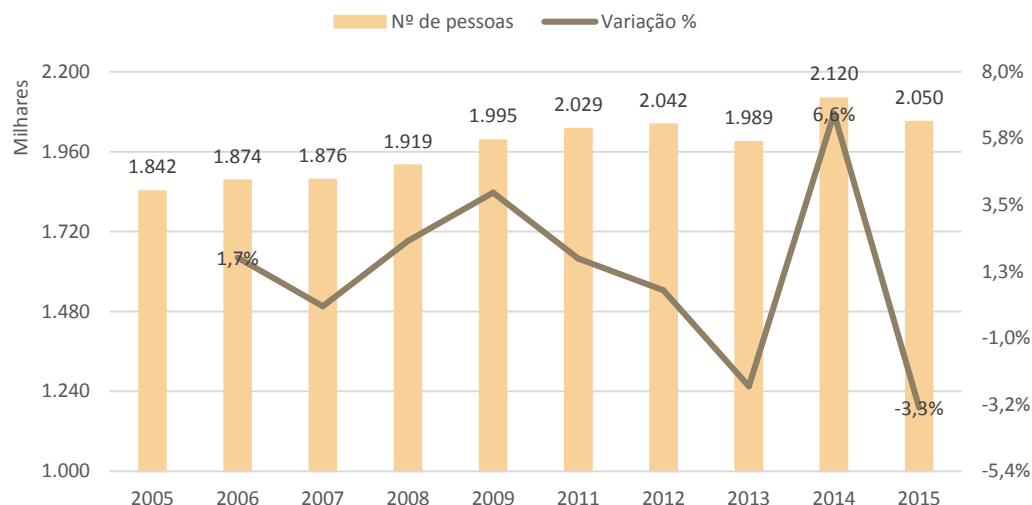
**População em idade ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.  
Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



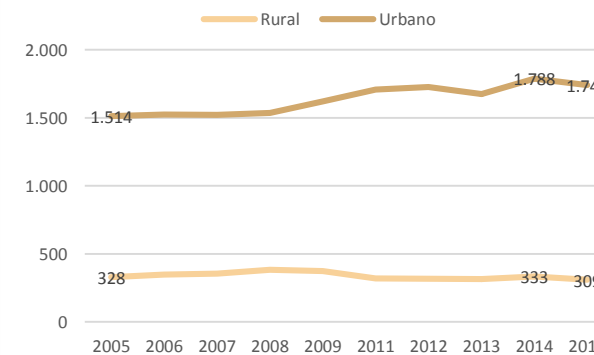
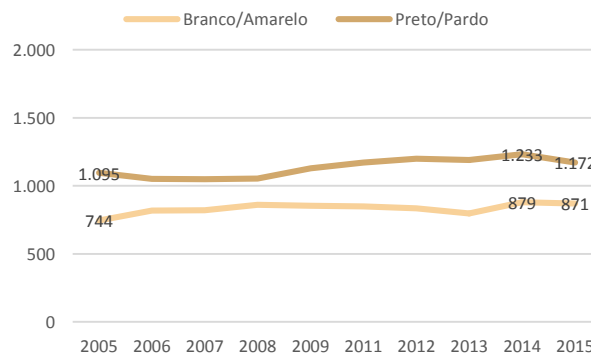
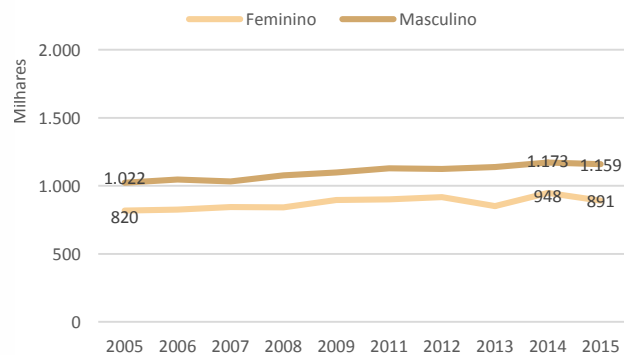
## População economicamente ativa (15 anos ou mais). Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A População Economicamente Ativa (PEA) equivale ao quantitativo de pessoas em idade ativa que, ou procuraram emprego no período de referência da pesquisa ou estavam ocupadas. Geralmente, esta medida representa o quantitativo da força de trabalho de uma localidade. Em 2015, após registrar recuo em 2013 (-2,6%) e crescimento em 2014 (6,6%), a PEA alcançou o total de 2,05 milhões de pessoas e registrou novamente recuo de -3,3% em relação ao período anterior, com diminuição das pessoas do sexo feminino (-6,0%), da raça ou cor Preta/Parda (-4,9%) e residentes na zona rural (-7,0%). A maior variação da série ocorreu em 2014 (6,6%) e a menor aconteceu exatamente neste último ano, em 2015 (-3,3%). Analisando o perfil desta população em 2015, observa-se uma predominância de pessoas do sexo masculino (56,5%), principalmente da cor ou raça Preta/Parda (57,2%) e moradores da zona urbana (84,9%).

## População economicamente ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

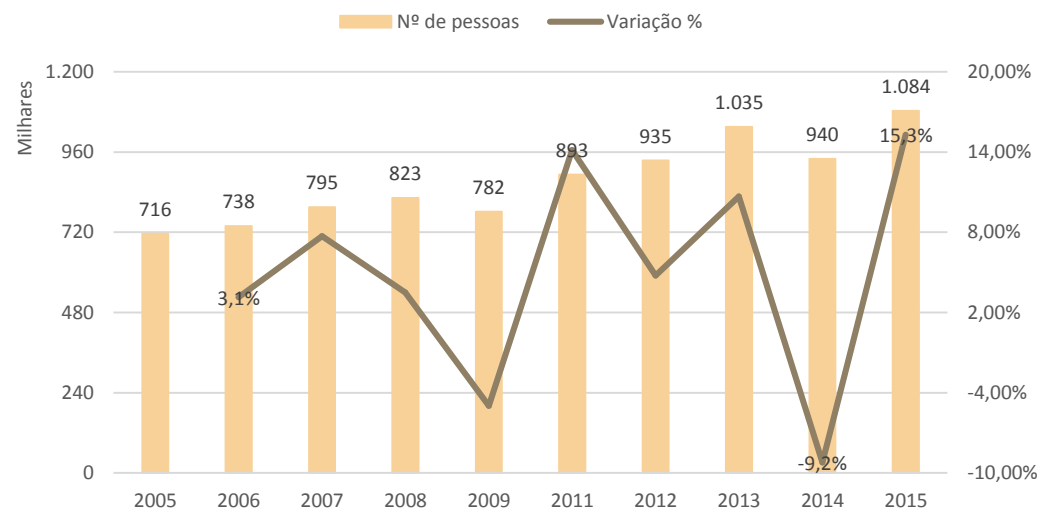


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



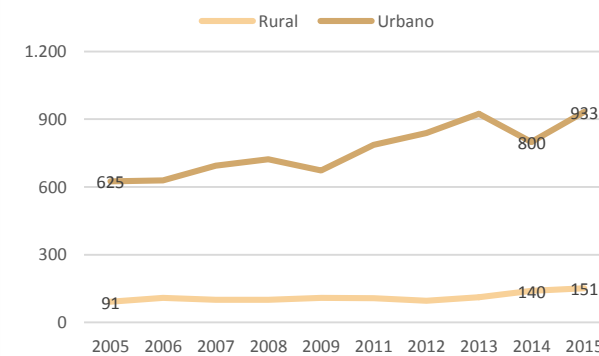
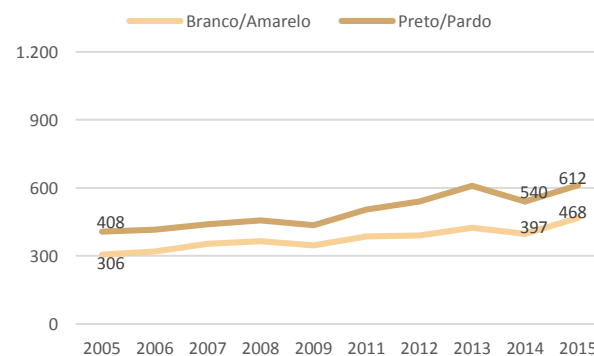
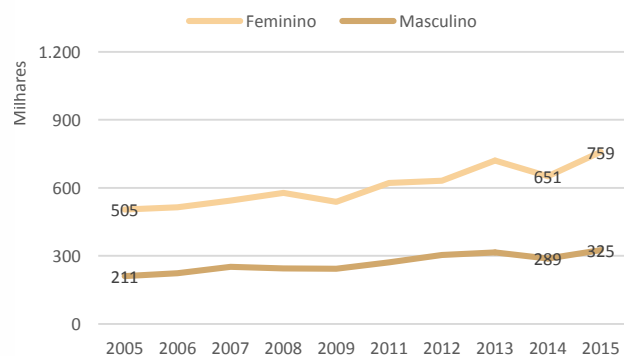
A População não economicamente ativa (PNEA) mede o total de pessoas que possuem idade para exercer alguma ocupação, mas que, por algum motivo, não estão inseridas no mercado de trabalho. Dentre os principais motivos podemos destacar questões ligadas à aposentadoria, aos estudos e à necessidade de cuidado dos afazeres domésticos. A PNEA no Espírito Santo, em 2015, registrou crescimento de 15,3% em relação ao ano anterior, o que representou um aumento de aproximadamente 144 mil pessoas nessa condição. Nos últimos dez anos, o quantitativo dessa população aumentou consideravelmente, passando de 716 mil pessoas em 2005 para 1.084 mil pessoas em 2015. Apesar da queda assentuada ocorrida entre 2014 e 2013, o valor atual representa o maior valor na série histórica, bem como a maior variação anual de toda a série. Em relação ao perfil desta população em 2015, 70% é do sexo feminino, 56,5% da cor ou raça Preta/parda e 86,1% residente na zona urbana. Na passagem de 2014 para 2015, os maiores aumentos ocorreram nestes mesmos grupos, provavelmente, influenciados pelo cenário econômico de baixo crescimento econômico, desestimulando pessoas a procurarem emprego, por desalento.

## População não economicamente ativa (15 anos ou mais). Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

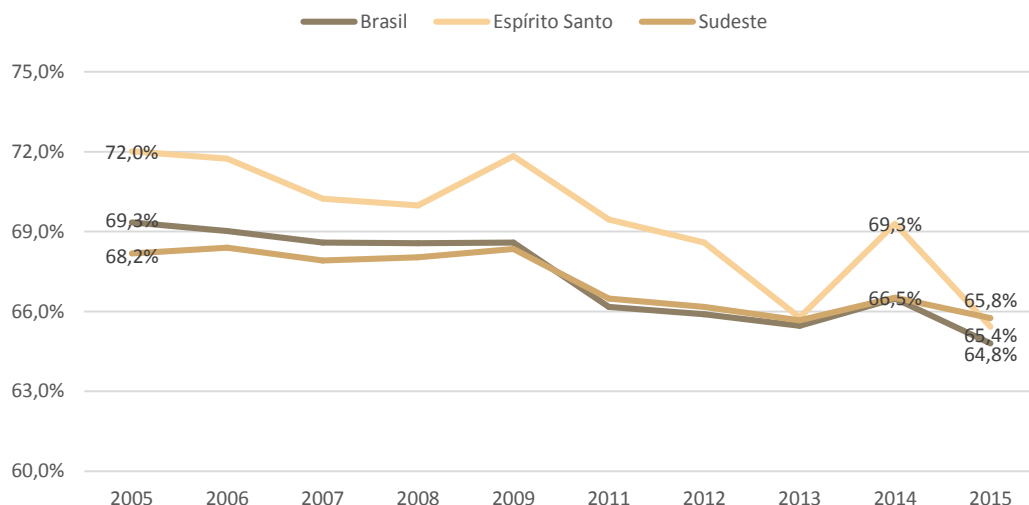
## População não economicamente ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



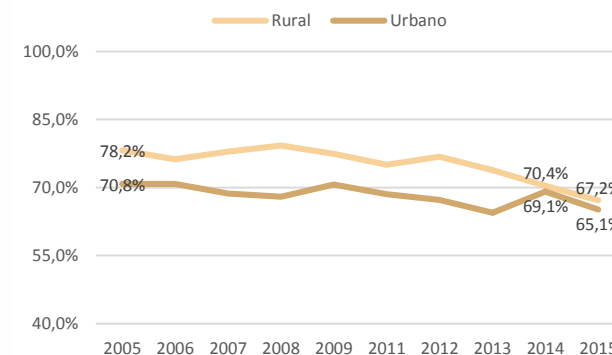
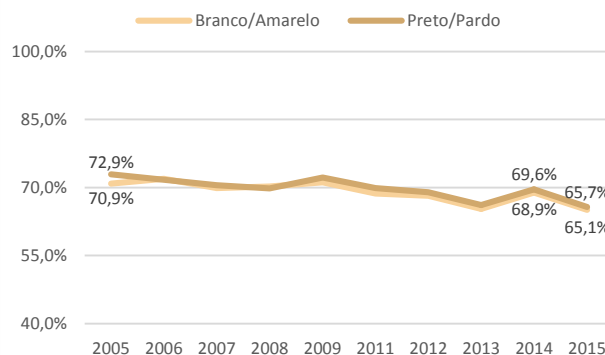
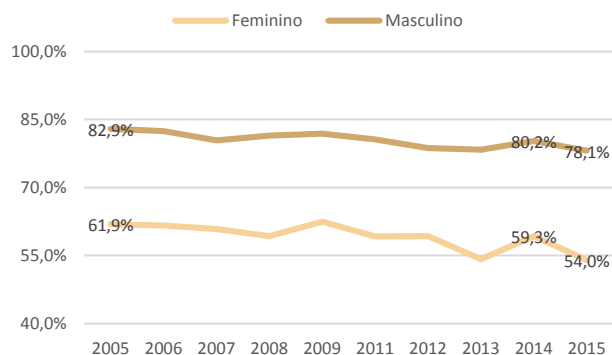
## Taxa de atividade (15 anos ou mais). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A taxa de atividade representa o percentual das pessoas em idade ativa que participam do mercado de trabalho. A análise da evolução desta taxa pode ser um sinal dos estímulos ou desestímulos fornecidos pela economia para que as pessoas ingressem no mercado de trabalho. Nesse sentido, a queda da taxa de atividade no estado de 69,3% em 2014 para 65,4% em 2015, sugere que neste período as condições econômicas impactaram negativamente na decisão dos agentes em procurar se inserir no mercado de trabalho, principalmente no caso das mulheres, cuja taxa passou de 59,3% para 54,0% entre estes anos, respectivamente. Observa-se também que a característica de cor ou raça parece não afetar a taxa de atividade destes grupos, uma vez que a taxa entre Brancos/Amarelos e Pretos/Pardos são muito próximas em todos os anos analisados. Entretanto, as taxas observadas na zona rural e urbana que pareceram convergir no ano de 2014, apresentaram queda para ambos, com a zona urbana caindo em maior proporção, em 2015. Nos últimos dez anos, o Estado exibiu taxas de atividade superiores à média brasileira e, com exceção ao ano de 2015, isto aconteceu também em relação à região Sudeste. Em 2015, houve convergência entre as taxas de atividade do Espírito Santo, do Sudeste e do Brasil.

## Taxa de atividade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

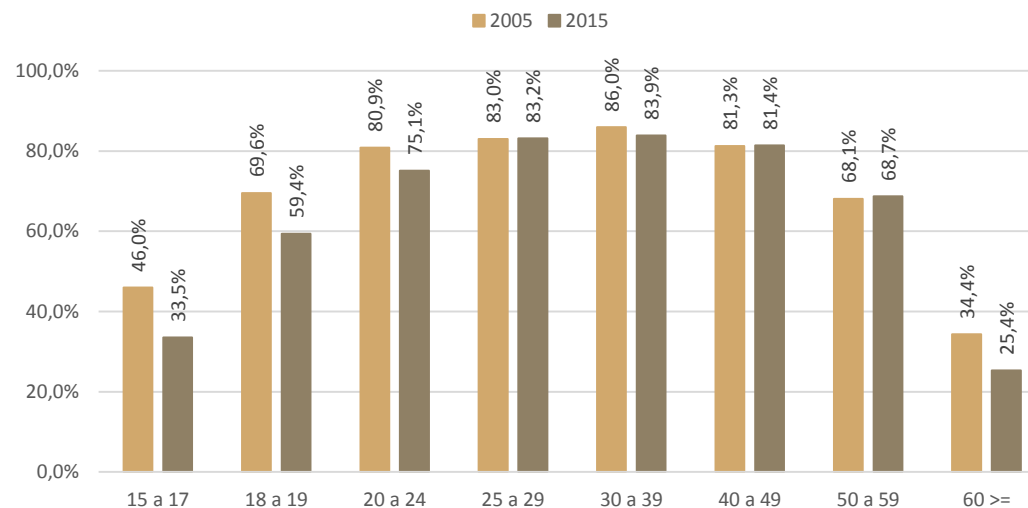


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



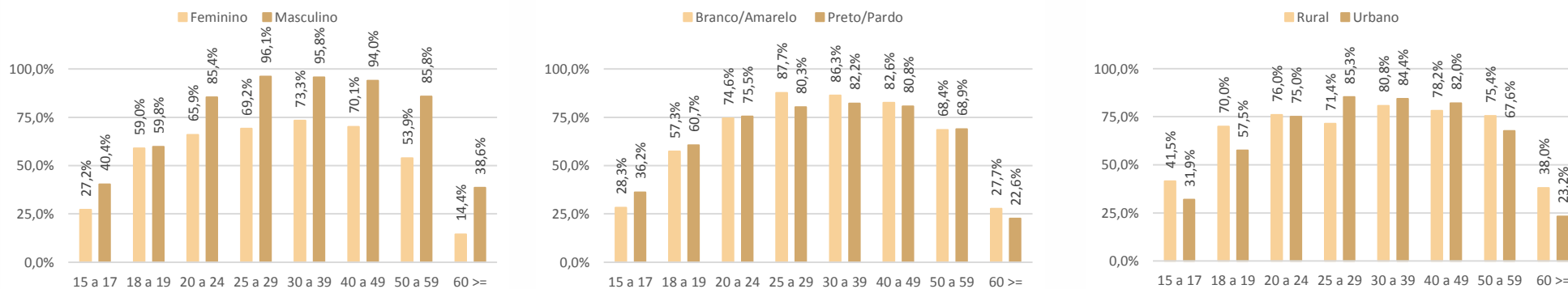
Ao segmentar a taxas de atividade pelas faixas etárias, nota-se que entre 2005 e 2015, houveram mudanças incrementais na distribuição desse indicador para o Espírito Santo. A maiores taxas estão concentradas entre as pessoas de 25 a 49 anos, com todas as faixas etárias apresentando valores superiores a 80%. Isto significa dizer que, aproximadamente, oito a cada dez pessoas entre 25 e 49 anos estavam ou ocupados ou procurando emprego nestes dois anos analisados. As principais mudanças ocorrem principalmente na população mais jovem com a queda da taxa de atividade das pessoas entre 18 e 19 anos, que passou de 69,6% em 2005 para 59,4% em 2015, o mesmo acontecendo na faixa de 15 a 17, com redução de 46,0% para 33,5%, respectivamente. Quando analisado em relação ao gênero, as taxas registradas entre homens são sempre maiores do que as registradas entre as mulheres. No tocante a cor ou raça, nota-se entre as faixas etárias mais jovens (15 a 24 anos) e na faixa etária de 50 a 59 anos, uma participação maior de Pretos/Pardos em relação aos Brancos/Amarelos. No caso da situação do domicílio, o quantitativo maior da zona urbana acontece nas faixas etárias intermediárias (de 25 a 49 anos).

**Taxa de atividade (15 anos ou mais), segundo faixas etárias. Espírito Santo, 2005 e 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

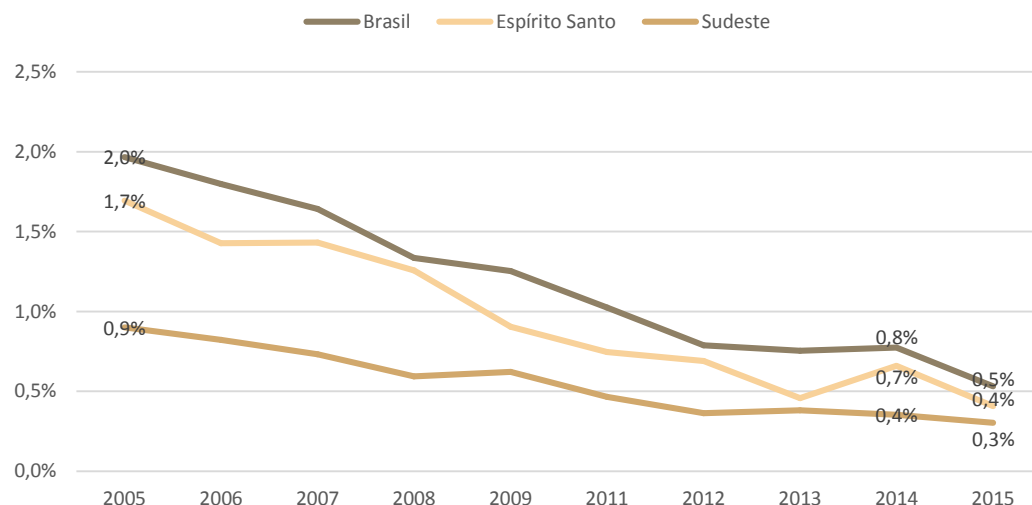
**Taxa de atividade segundo faixas etárias por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



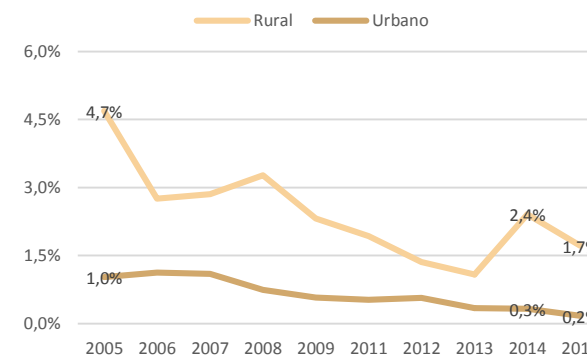
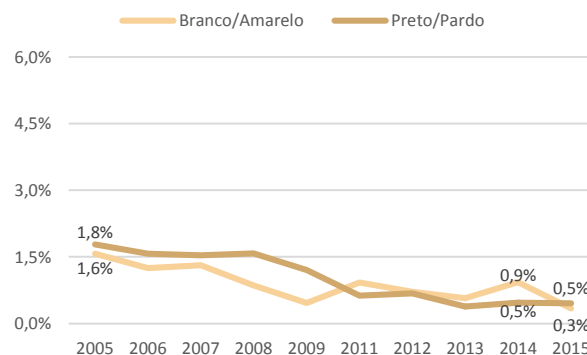
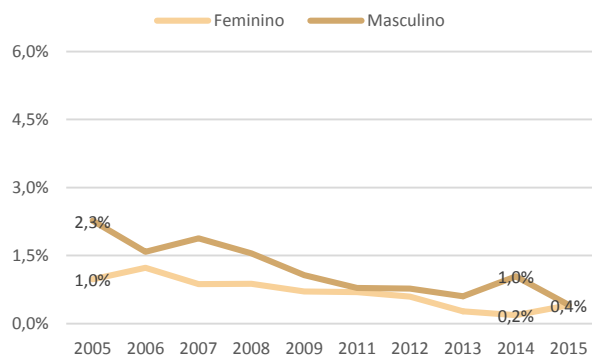
## Percentual de crianças ocupadas de 10 a 14 anos em relação ao total ocupado. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

O percentual de ocupação para as crianças com 10 a 14 anos de idade representa uma forma de captar a evolução do trabalho infantil nas localidades. Nesse sentido, nas três regiões analisadas há um indicativo de queda do trabalho infantil nos últimos dez anos. No caso do Brasil e do Espírito Santo essa queda é mais evidente, uma vez que o percentual de crianças trabalhando que era de 2,0% e 1,7%, respectivamente, em 2005, passou para um percentual de 0,5% e 0,4% em 2015. No entanto, na passagem de 2013 (0,5%) para 2014 (0,7%), houve um aumento da participação de crianças no total de ocupados no Espírito Santo, número que felizmente volta a cair em 2015 (0,4%). Em relação ao gênero, observa-se uma convergência na participação de meninos e meninas na condição de ocupados (0,4%). O mais alarmante é o número de crianças ocupadas na zona rural, cuja taxa registrada em 2015 foi de 1,7%, valor menor que o registrado no ano anterior (2,4%), mas ainda significativo. Adicionalmente, é importante observar que as taxas da zona rural se mantêm superiores às taxas da zona urbana, em todos os anos da série. A característica de cor ou raça parece não afetar as taxas de atividade deste grupo, pois as taxas entre Brancos/Amarelos e Pretos/Pardos são muito próximas em todos os anos analisados.

## Percentual de crianças de 10 a 14 anos em relação ao total ocupado por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

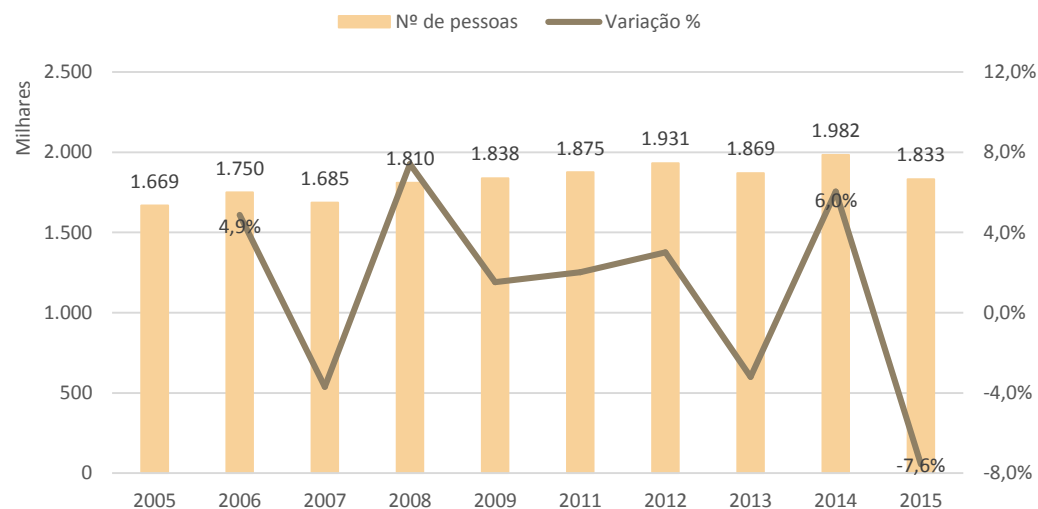


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



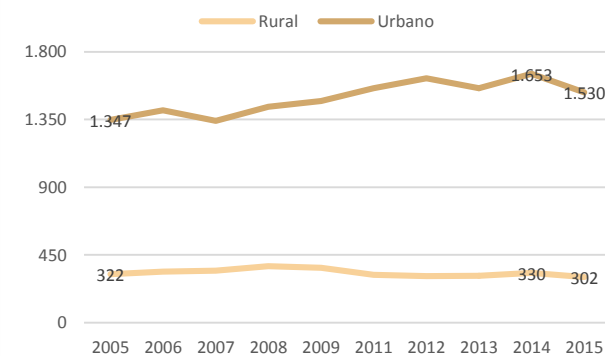
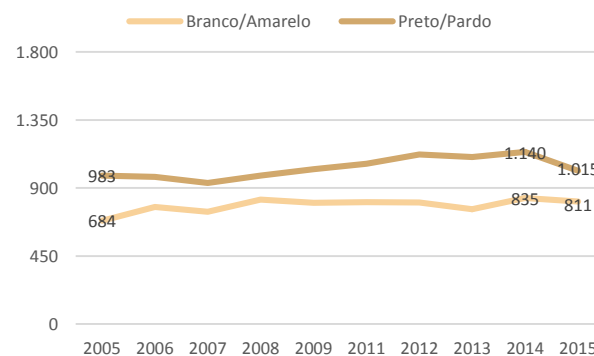
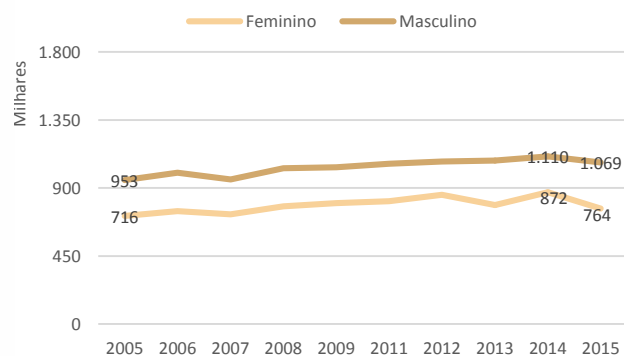
O conceito utilizado neste trabalho considera como população ocupada as pessoas de 15 anos ou mais de idade e que declararam possuir uma ocupação (remunerada ou não) na semana de referência da pesquisa, realizada durante o mês de setembro. Em 2015, a população ocupada no Espírito Santo foi de 1,83 milhões de pessoas, o que representou uma queda de -7,6% em relação ao ano anterior. Entre 2014 e 2015, esta diminuição ocorreu principalmente como resultado das quedas do número de mulheres ocupadas (-12,4%), do número de Preto/Pardo (-10,9%) e pessoas da zona rural (-8,3%). Se considerarmos o grupo específico de mulheres, pretas ou pardas e residentes na zona rural, a queda da ocupação, em 2015 em relação ao ano anterior, foi de -21,3%. Na comparação com o ano de 2005, o total de pessoas ocupadas aumentou em 164 mil pessoas, o que representa um crescimento de 9,8% em relação a 2005. Por fim, em relação ao perfil desta população, 58,3% das pessoas ocupadas são homens, 55,4% são Pretos/Pardos e 83,5% são residentes na zona urbana, no ano de 2015.

**Número de pessoas ocupadas (15 anos ou mais). Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

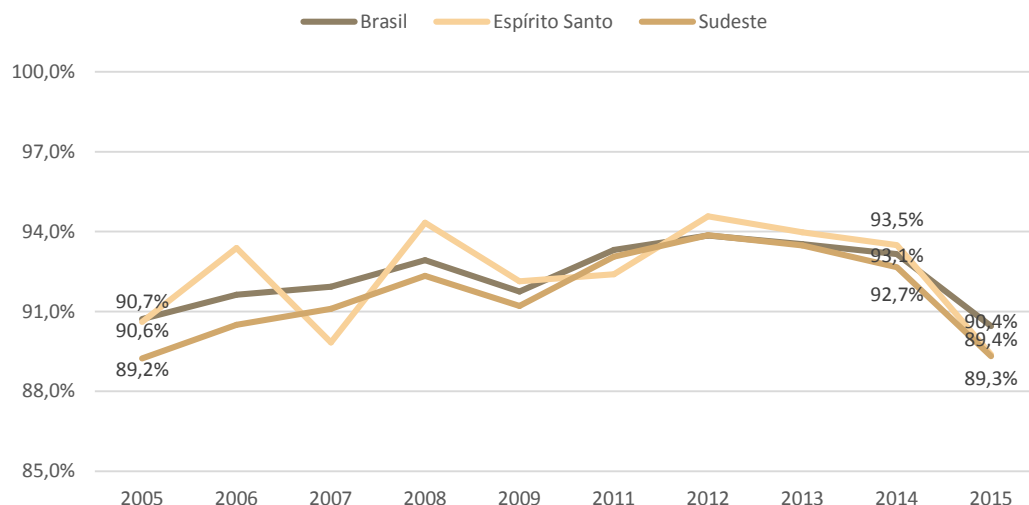
**População ocupada por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



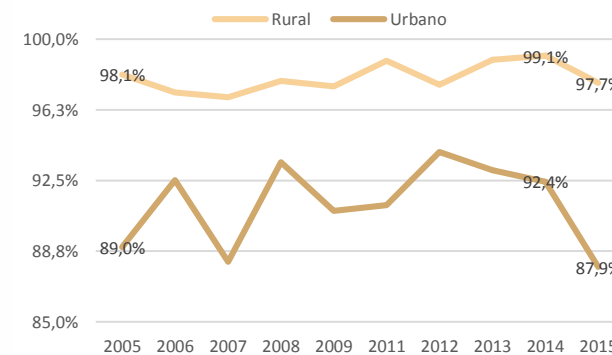
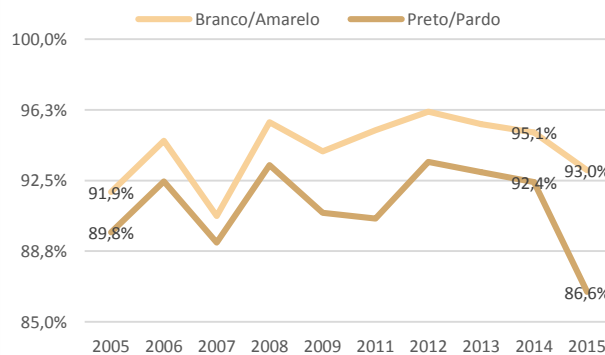
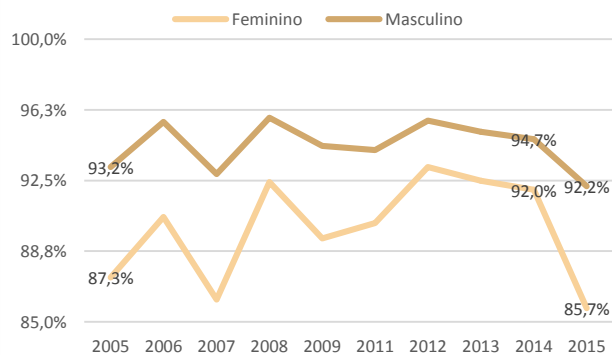
## Taxa de ocupação (15 anos ou mais). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A taxa de ocupação equivale a participação das pessoas ocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas em um período. Em 2015, a taxa de ocupação para o Espírito Santo (89,4%) ficou acima do valor apresentado pela região Sudeste (89,3%) e abaixo do valor do Brasil (90,4%). O Espírito Santo apresentou trajetória bastante volátil ao longo do período analisado, principalmente por conta da evolução deste indicador na área urbana do estado e entre as mulheres. A trajetória mais instável ao longo do tempo da série do Espírito Santo, pode ser explicada estatisticamente pelo fato do tamanho da amostra do estado ser menor do que aquelas coletadas para o Brasil e para o Sudeste, que apresentam maior estabilidade em suas séries. A análise por cor ou raça registrou maior ocupação para as pessoas brancas/amarelas em todo o período. Os homens também registraram taxa de ocupação superior às das mulheres em todo o período, mas a diferença, que chegou a seu máximo em 2007 (6,7 p.p), caiu ao seu mínimo em 2012 (2,5 p.p.) e voltou a crescer em 2015 (6,5 p.p.).

## Taxa de ocupação por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

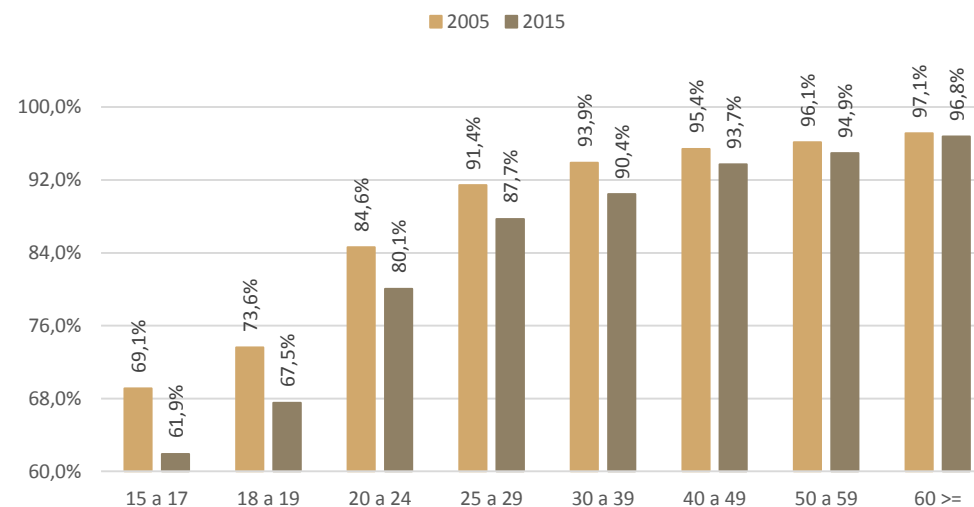


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



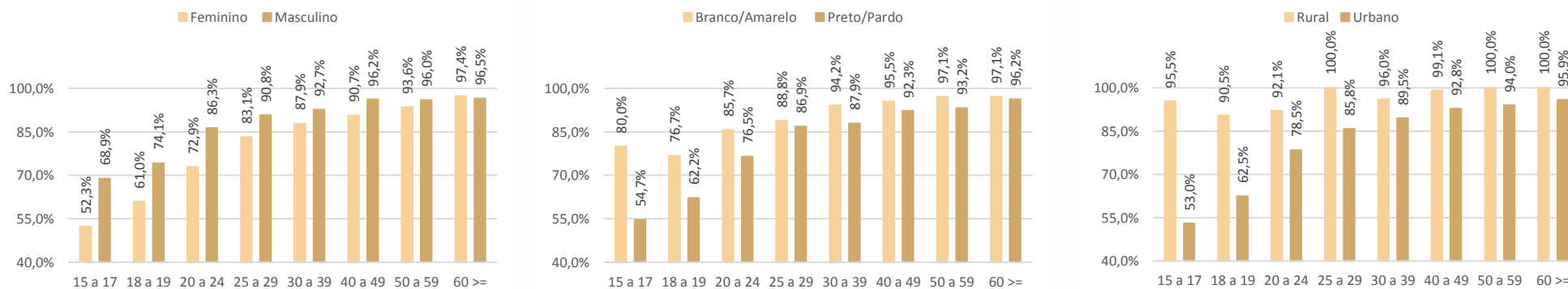
Esta seção apresenta a taxa de ocupação por faixa etária. Entre 2005 e 2015, pouco se alterou no padrão etário do indicador, no que se refere à correlação positiva com o aumento da idade. Ou seja, quanto maior for a idade da pessoa que está economicamente ativa, maior é a sua probabilidade de estar ocupada. Mas ao mesmo tempo, vale destacar a queda na taxa de ocupação ocorrida em todas as faixas etárias em 2015, com ênfase nas faixas etárias dos mais jovens. Quando se compara a taxa de ocupação pelo recorte de sexo, observa-se que as mulheres têm uma taxa de ocupação menor em quase todas as faixas etárias, com exceção da última faixa entre 60 anos ou mais. Em relação à cor ou raça, o que se observa é uma ocupação maior de Brancos/Amarelos em todas as faixas etárias, com a maior diferença em relação aos Pretos/Pardos na faixa entre 15 e 17 anos. Por fim, a taxa de ocupação é maior na área rural, com taxas próximas a 100% em quase todas as faixas etárias, comportamento que pode estar associado à seleção amostral desta população.

**Taxa de ocupação segundo faixas etárias.  
Espírito Santo, 2005 e 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

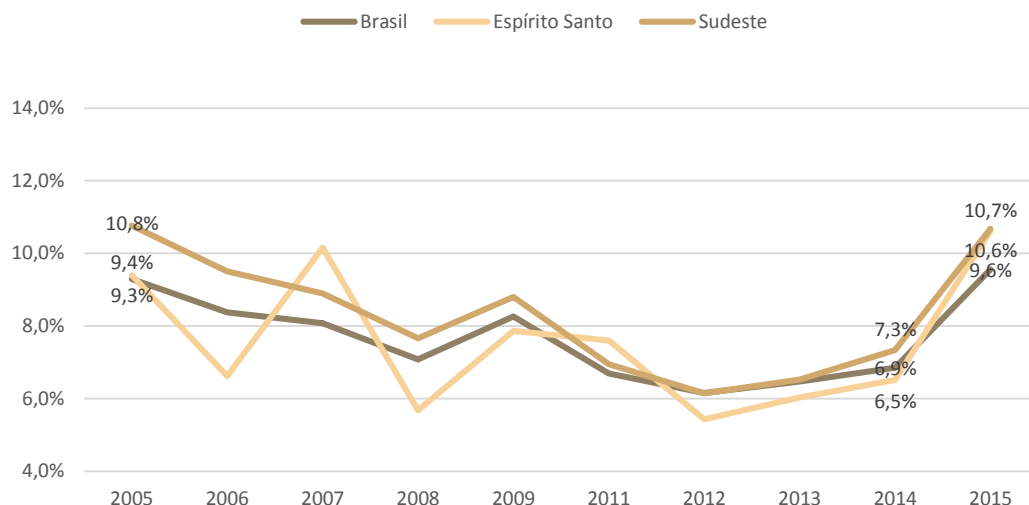
**Taxa de ocupação segundo faixa etária por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.  
Espírito Santo, 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



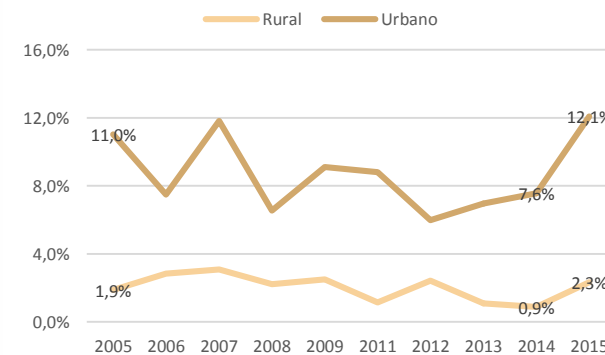
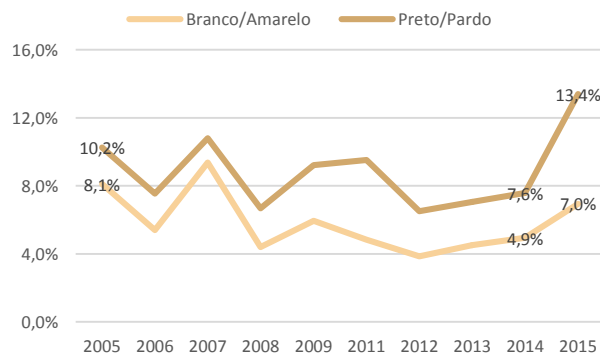
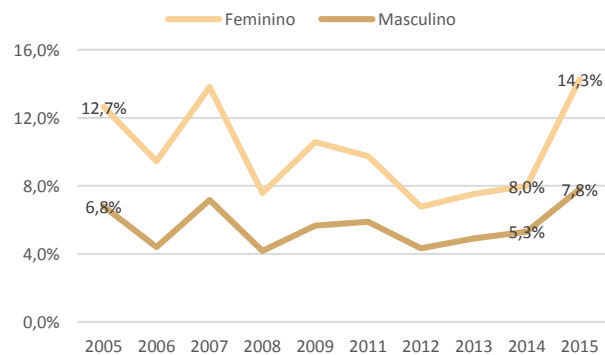
## Taxa de desemprego (15 anos ou mais). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A taxa de desemprego, ou taxa de desocupação, é calculada como a razão das pessoas de 15 anos ou mais de idade que estão procurando emprego na semana de referência da pesquisa pelo total de pessoas economicamente ativas. A taxa de desemprego é reflexo da taxa de ocupação uma vez que, somadas as pessoas ocupadas e as desocupadas tem-se o total de pessoas economicamente ativas. Entre 2014 e 2015, o total de desempregados no Espírito Santo passou de 138 mil pessoas para 218 mil pessoas, gerando um aumento da taxa de desemprego de 6,5% para 10,6% nesse período. Essa taxa registrada para o estado, apesar do aumento, ainda é inferior à observada na região sudeste (10,7%) e maior que a observada na média brasileira (9,6%). No Espírito Santo, em 2015, nota-se uma taxa bem maior de desemprego para a população feminina (14,3%) em relação à masculina (7,8%). No tocante à cor ou raça, o desemprego é consideravelmente maior entre as pessoas de cor ou raça Preta/Parda (13,4%) comparando-se com as de cor Branca/Amarela (7,0%) e, por fim, segundo a situação de domicílio, se observa uma aceleração bem maior do desemprego na zona urbana (12,1%) em relação à rural (2,3%).

## Taxa de desemprego por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

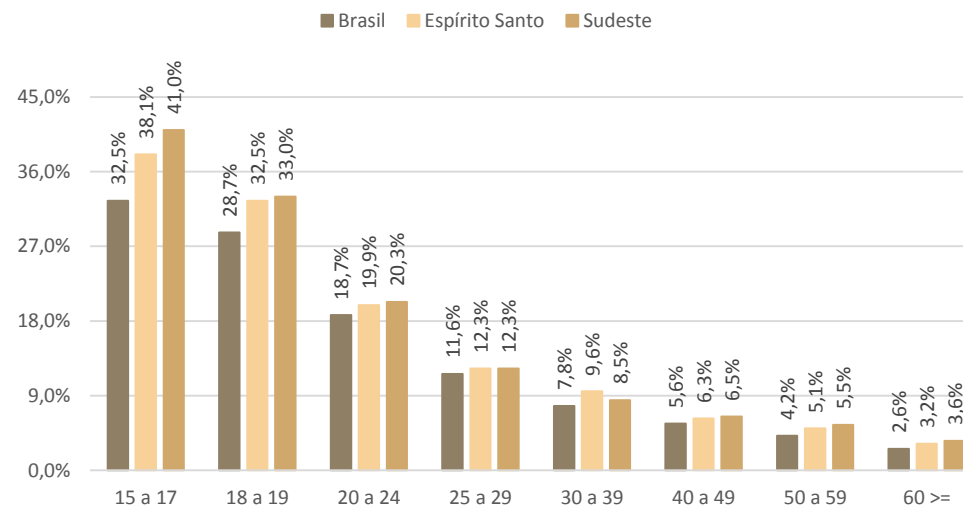


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



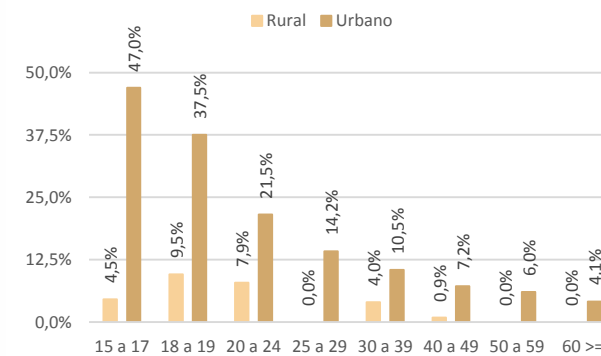
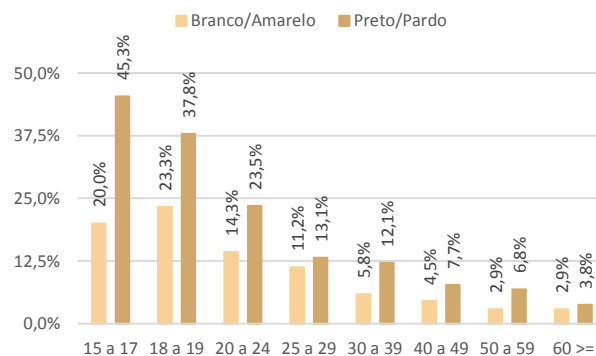
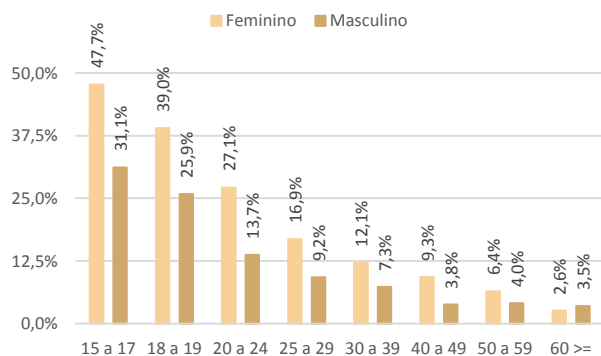
A distribuição da taxa de desemprego por faixa etária demonstra taxas maiores nos grupos etários mais jovens, decrescendo à medida que a idade avança. As taxas de desemprego seguem um padrão no qual a média do Brasil tem uma taxa mais baixa que o Espírito Santo e este uma taxa menor que o Sudeste, em quase todas as faixas etárias. Uma das exceções acontece na faixa de 30 a 39 anos, na qual o Espírito Santo tem a maior taxa de desemprego dos três entes federativos (9,6%). A outra exceção acontece na faixa etária anterior, de 25 a 29 anos, com a existência de uma coincidência de valores para o Espírito Santo e o Sudeste (12,3%). Se analisado o comportamento do desemprego por gênero no estado, observa-se índices mais elevados entre as mulheres jovens. Quase a metade das jovens de 15 a 17 anos (47,7%) e aproximadamente uma em cada três mulheres de 18 a 19 anos (39,0%) continuam desempregadas. No que se refere à cor ou raça, para todas as faixas etárias, as pessoas Pretas/Pardas têm suas taxas de desemprego maiores que as Brancas/Amarelas, com uma diferença muito mais marcante para aquelas mais jovens, de 15 a 24 anos. Por fim, a taxa de desemprego está concentrada principalmente na zona urbana, também mais fortemente focada nas faixas jovens entre 15 a 29 anos.

## Taxa de desemprego segundo faixas etárias. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

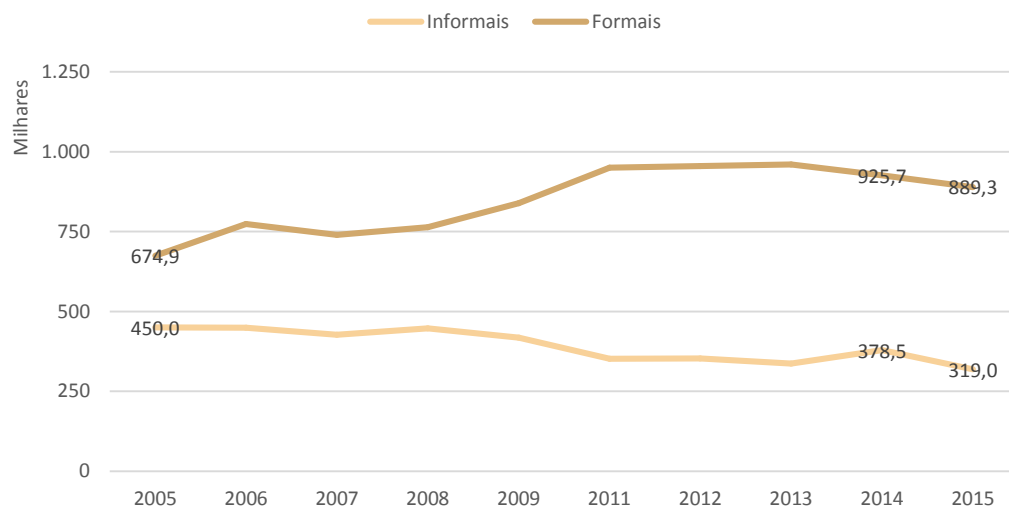
## Taxa de desemprego segundo faixas etárias por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



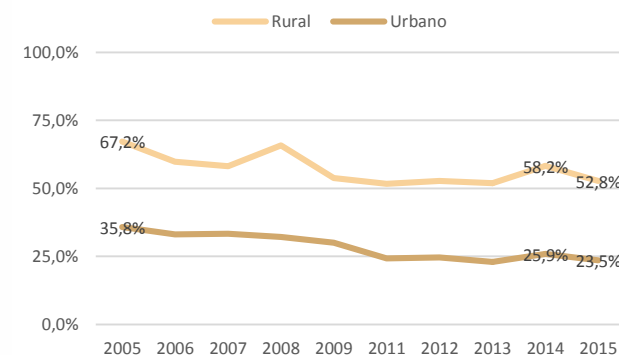
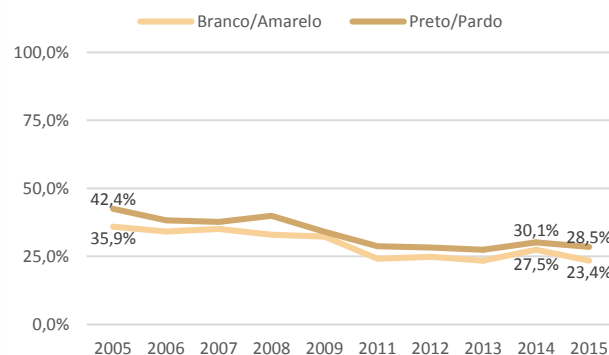
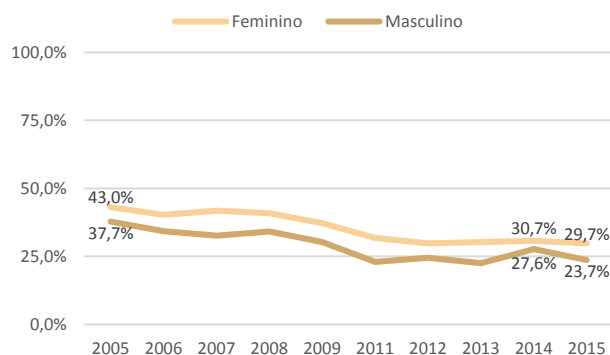
## Número de pessoas empregadas por setor formal (15 anos ou mais). Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A formalização representa um fator importante para a qualidade do emprego, com os direitos e deveres do trabalhador garantidos pela legislação vigente. Nesta seção consideramos o grau de formalização apenas dos empregados, ou seja, desconsidera-se no cálculo do índice os autônomos, compostos pelos empregadores, conta própria e produtores para consumo próprio. Dessa forma, o critério adotado para formalização é a assinatura da carteira de trabalho. Na década dos anos 2000, o mercado de trabalho nacional observou um forte aumento da formalização do emprego. No Espírito Santo isso não foi diferente, visto que, além do aumento de 214 mil trabalhadores formais nos últimos 10 dez anos houve diminuição de 131 mil trabalhadores sem carteira assinada. A série apresenta uma certa oscilação, com aumento do número de emprego informal em 2008, 2012 e 2014, sendo que neste último, o valor foi mais expressivo (42 mil). Mas em 2015 (-59 mil), o número de empregos informais subtraídos foi o segundo menor da série, perdendo apenas para 2011 (-66 mil). De 2005 a 2015, a redução da informalidade foi de -131 mil empregos. No estado, o índice de informalidade é maior na população feminina (29,7%), entre Pretos/Pardos (28,5%) e na zona rural (52,8%), cujo índice aponta que mais da metade dos empregados nesta área não possuem carteira assinada.

## Grau de Informalidade do emprego por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

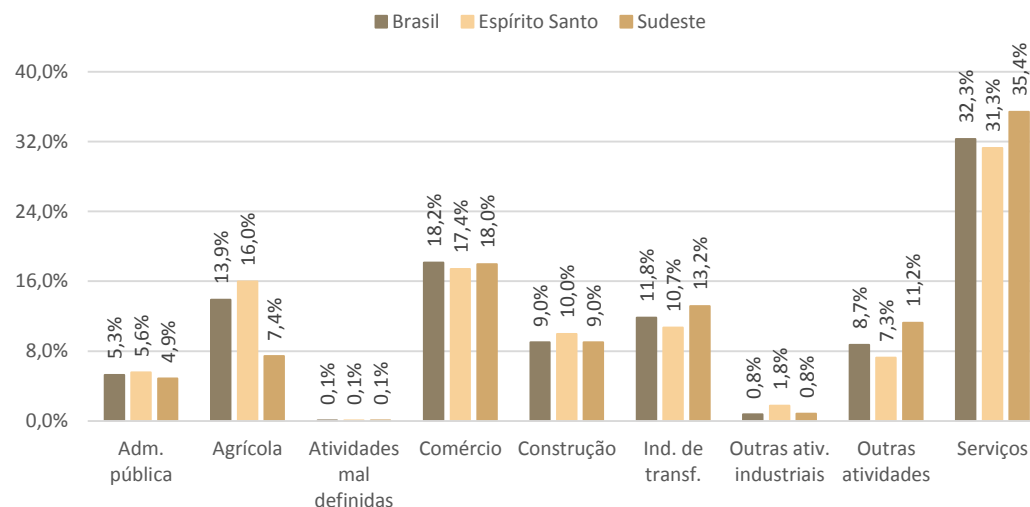


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



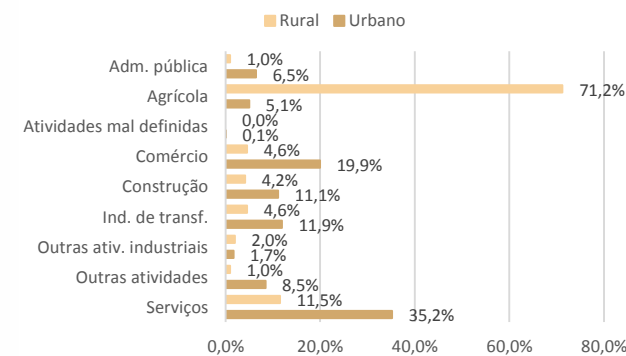
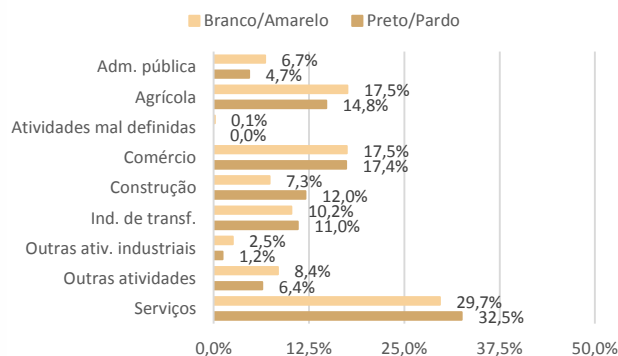
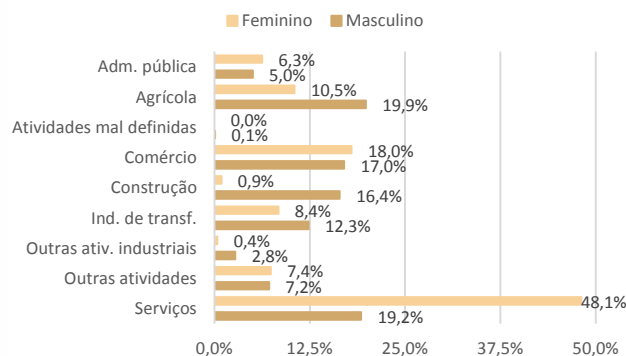
A distribuição dos ocupados segundo atividade econômica é um indicativo da estrutura produtiva, demonstrando a capacidade de empregabilidade de cada atividade. Nas três localidades analisadas, a atividade de Serviços é a que mais emprega, com participação superior a 30% das pessoas ocupadas, seguida pela atividade de Comércio, com participação próxima a 18%. No Espírito Santo, há uma importância do segmento agrícola, que responde por 16% da população ocupada, percentual acima da média nacional e quase 9 pontos percentuais acima da região Sudeste. Entre a população feminina no estado, as atividades que mais empregam são: serviços que absorvem quase a metade desse segmento populacional (48,1%), seguido pelo Comércio (18,0%) e pelo setor agrícola (10,5%). No caso da população masculina, a principal atividade é a Agrícola (19,9%), seguida pelos Serviços (19,2%) e pela Construção (16,4%). Em termos de cor ou raça, há uma distribuição mais homogênea entre Brancos/Amarelos e Pretos/Pardos, com uma participação maior de Pretos/Pardos em atividades de Serviços (32,5%) e uma participação superior de Brancos/Amarelos nas atividades de comércio (17,5%) e agrícola (17,5%). Na zona rural, coerentemente, o destaque fica com o setor Agrícola (71,2%).

## Distribuição da ocupação segundo atividade econômica. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

## Distribuição da ocupação segundo ramo de atividade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015

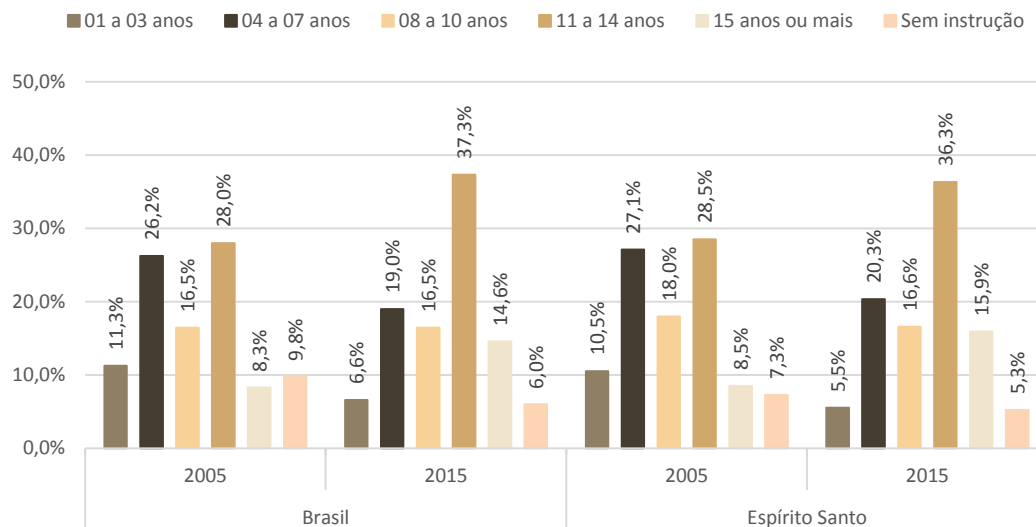


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



# Distribuição da população ocupada segundo escolaridade

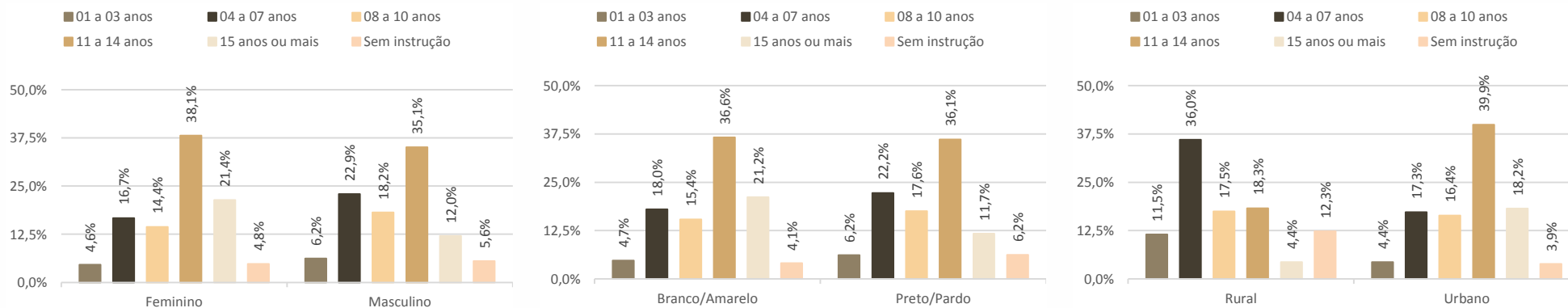
## Distribuição da população ocupada (15 anos ou mais) segundo anos de estudo. Brasil e Espírito Santo, 2005 e 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

De maneira geral, muitos estudos em nível mundial demonstraram uma correlação positiva entre maiores níveis de escolaridade e o grau de desenvolvimento das nações. As teorias econômicas, principalmente as que tratam do capital humano, versam sobre os impactos positivos da educação sobre a produtividade e, conseqüentemente, sobre o crescimento. Nesse contexto, nos últimos 10 anos, o perfil educacional se alterou, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo. No caso brasileiro, o aumento da participação das pessoas ocupadas com 11 a 14 anos de estudo de 28,0% para 37,3% demonstra uma melhora no perfil educacional do país. No Espírito Santo, esse percentual passou de 28,5% em 2005 para 36,3% em 2015. Destaca-se também, para o estado, a redução da população ocupada sem instrução (de 7,3% para 5,3%) e o aumento da parcela da população com 15 anos ou mais de estudo (de 8,5% para 15,9%). Considerando a faixa de escolaridade de 15 anos ou mais de estudo, é possível notar uma participação maior de mulheres (21,4%), uma predominância de brancos/amarelos (21,2%) e residentes na zona urbana (18,2%). Destaca-se ainda, um contingente significativo do segmento de sem instrução, na a zona rural (12,3%).

## Distribuição da população ocupada segundo anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015

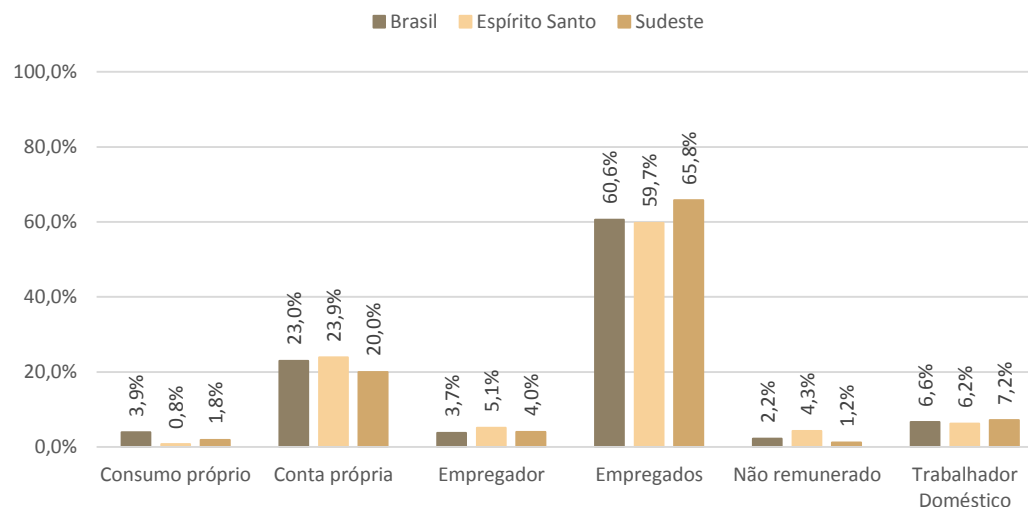


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



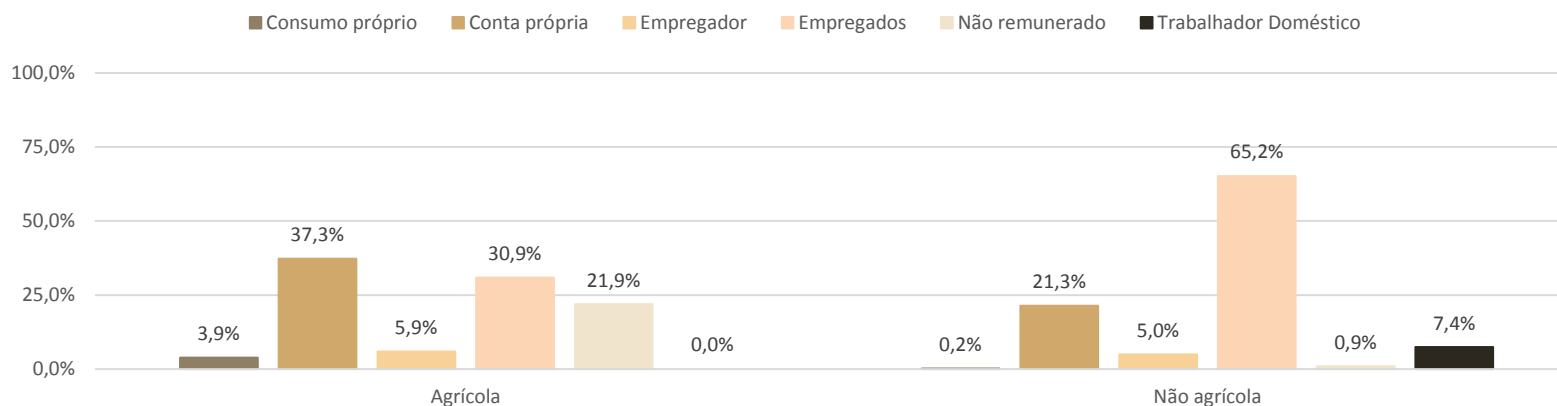
A posição na ocupação fornece informações sobre os papéis assumidos pela população ocupada no mercado de trabalho. Em 2015, a maior parte das pessoas estavam ocupadas na posição de empregados, com maior participação na região Sudeste, com 65,8% da população ocupada nesta condição. O Espírito Santo tem uma participação superior na categoria Conta própria, com 23,9% da população ocupada nesta condição. No estado, é na atividade agrícola que se concentram o maior contingente de pessoas ocupadas por conta própria, contabilizando 37,3% das pessoas neste tipo de atividade. No caso de atividades não agrícolas, a condição predominante é a de empregados (65,2%), seguido pelas pessoas que trabalham por conta própria que representam 21,3% do total de pessoas ocupadas. Os não remunerados representam 21,9% das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, posicionando-se como terceiro contingente segundo posição de ocupação.

**Distribuição das pessoas ocupadas (15 anos ou mais) segundo posição de ocupação. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

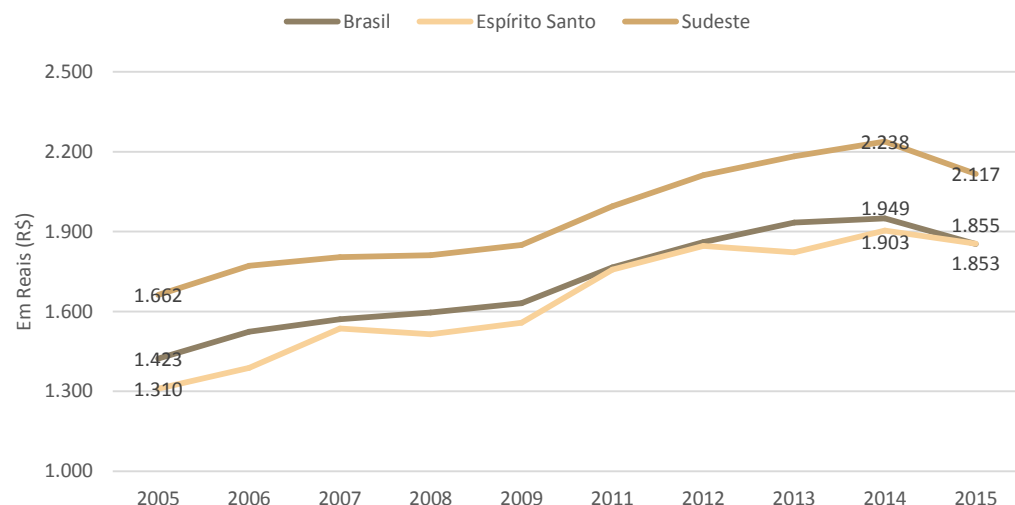
**Distribuição das pessoas ocupadas (15 anos ou mais) segundo posição na ocupação e ramo de atividade. Espírito Santo, 2015**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



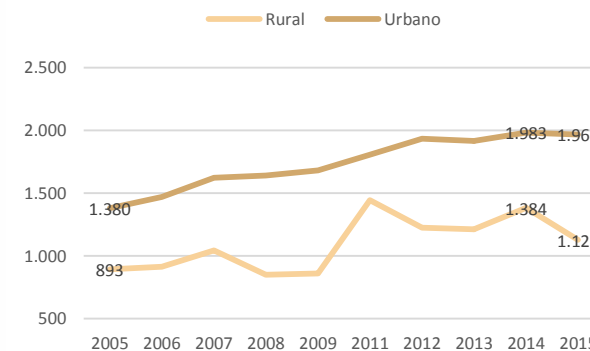
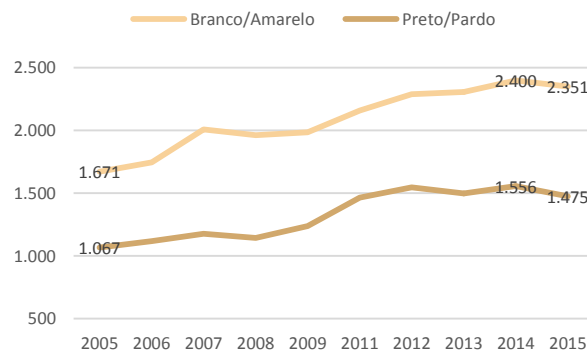
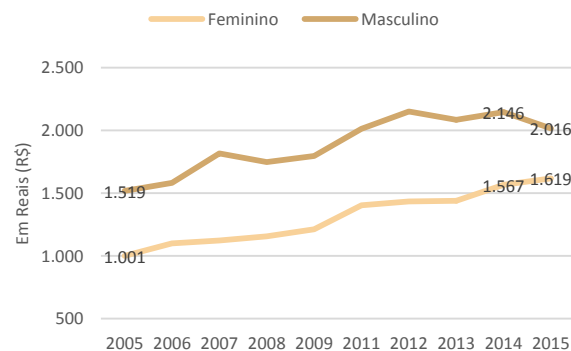
## Renda real média de todos os trabalhos (com rendimento e 15 anos ou mais de idade). Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A renda média real de todos os trabalhos é uma medida da evolução do poder de compra da população ocupada. Em 2015, nota-se que a média do rendimento no Espírito Santo (R\$ 1.855,00), mesmo diminuindo -2,5% em relação a 2014, passa a ser ligeiramente superior à média brasileira (R\$ 1.853,00), mas continua inferior à da região sudeste (R\$ 2.117,00). Em 10 anos, o aumento do poder de compra foi de 41,6% no Espírito Santo, crescimento superior às médias do Brasil (30,3%) e da região Sudeste (27,4%). Em termos de gênero, os rendimentos da população masculina permanecem superiores à da população feminina em toda série, com uma pequena redução da diferença de rendimentos nos últimos anos. Com esse resultado, a média de rendimento das mulheres é 19,7% inferior ao rendimento dos homens. As pessoas pretas/pardas possuem rendimentos significativamente menores (37,3%) do que aqueles registrados entre a população branca/amarela. Por fim, o rendimento recebido na área rural também é predominantemente inferior (42,7%) ao recebido na área urbana.

## Renda média de todos os trabalhos (com rendimento e 15 anos ou mais de idade) por gênero, cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2005 a 2015

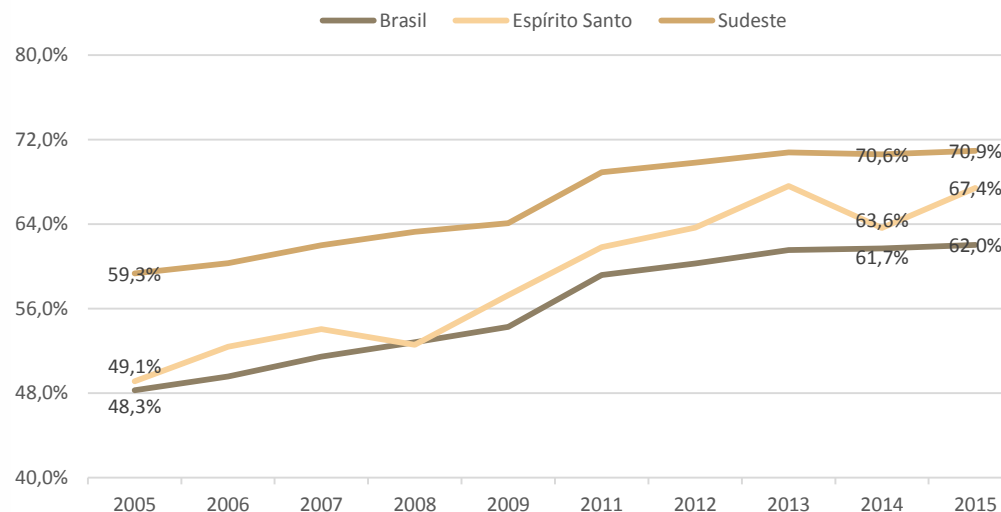


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



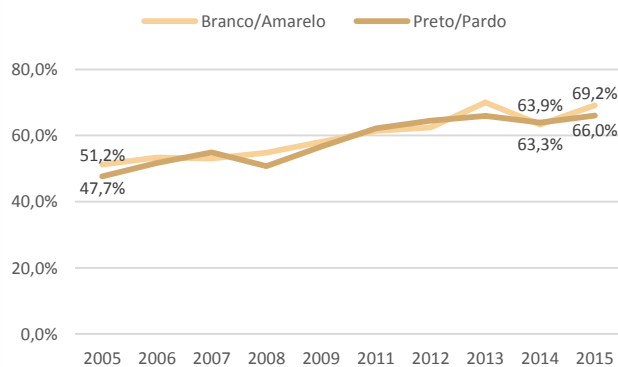
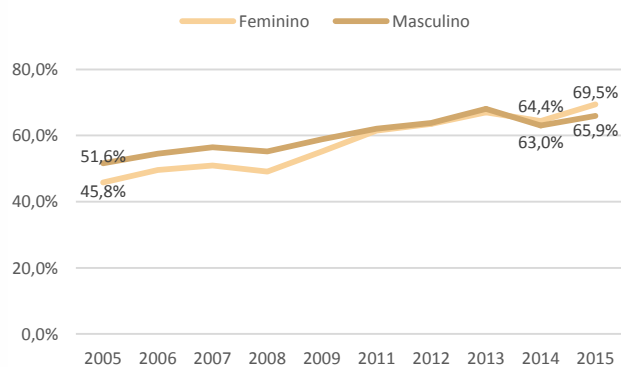
A contribuição previdenciária para os ocupados representa o percentual da população ocupada que contribui para previdência. Há uma correlação positiva entre a formalização e o grau de contribuição previdenciária e no caso do Espírito Santo, a queda no grau de informalidade em 2015, repercutiu no grau de cobertura previdenciária, que passou de 63,6% em 2014 para 67,4% em 2015. Houve queda no número de pessoas ocupadas tanto do setor formal quanto do setor informal em 2015, mas em uma proporção maior para este último. Em 2015, o grau de cobertura previdenciária no Espírito Santo permaneceu superior à média brasileira (62,0%) e inferior à média da região Sudeste (70,9%). No Espírito Santo, em termos de gênero e cor ou raça não existem diferenças consideráveis entre o grau de cobertura previdenciária. Uma discrepância considerável ocorre entre a baixa contribuição na zona rural em comparação com a zona urbana, cujos níveis de cobertura previdenciária registraram uma diferença de aproximadamente 40 pontos percentuais entre os anos de 2014 e 2015. Vale salientar que em todos os segmentos analisados, a cobertura previdenciária teve uma trajetória de crescimento, quando se concentra em toda a série.

**Pessoas com cobertura previdenciária (15 anos ou mais).  
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015**

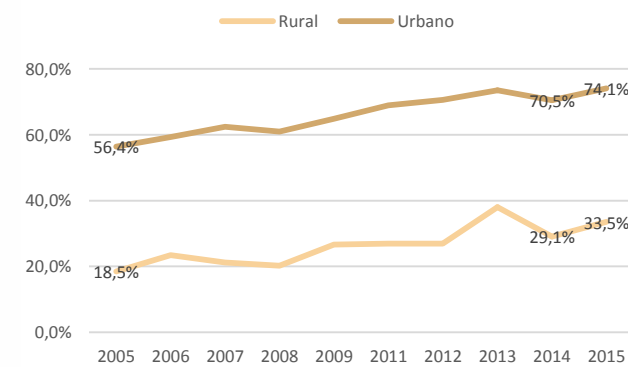


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

**Pessoas com cobertura previdenciária por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.  
Espírito Santo, 2005 a 2015**

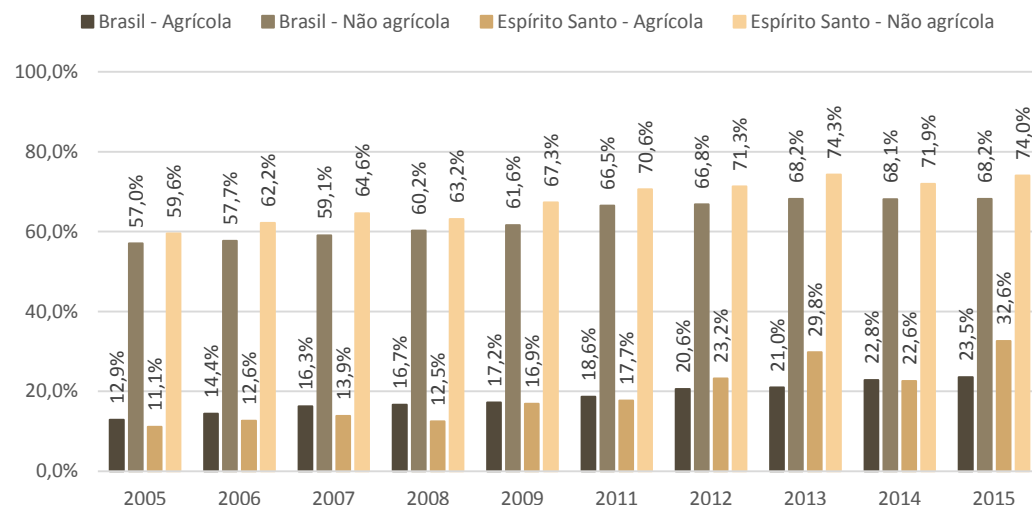


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).





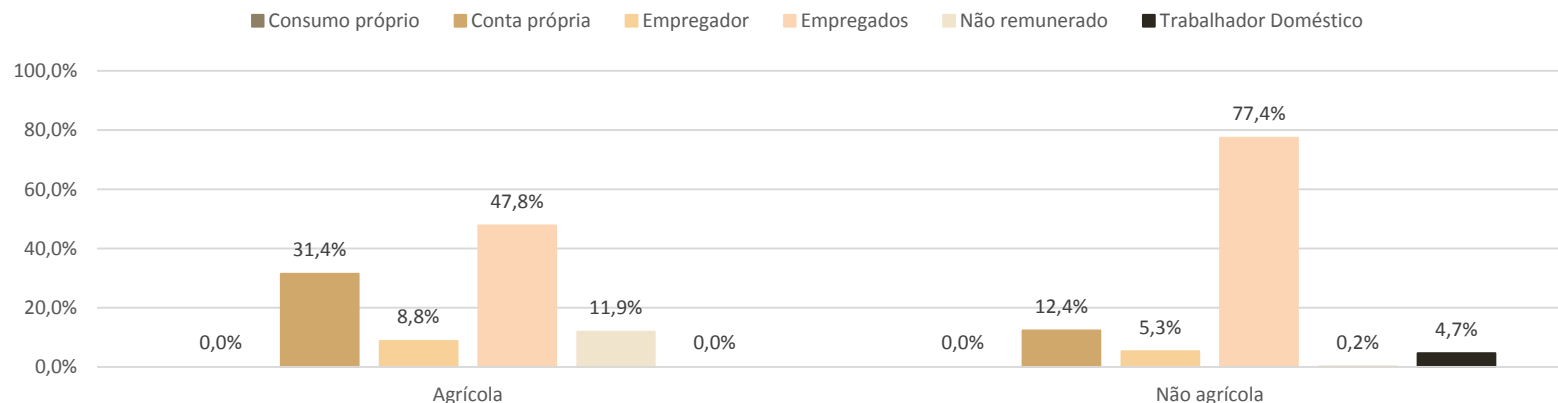
## Pessoas com cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola (15 anos ou mais). Brasil e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A cobertura previdenciária apresentou maior incidência para as atividades não agrícolas do que para as atividades agrícolas, tanto para o Espírito Santo como para o Brasil, em todo o período analisado. O Espírito Santo apresentou crescimento da cobertura previdenciária tanto para a atividade agrícola, passando de 11,1% em 2005 para 32,6% em 2015, quanto para a atividade não agrícola, passando de 59,6% em 2005 para 74,0% em 2015. No estado em 2015, entre as atividades agrícolas, a maior contribuição ocorreu na categoria de Empregados (47,8%), seguidas pelas categorias Conta Própria (31,4%). Destaca-se também um número considerável de não remunerados (11,9%) nas atividades agrícolas, maior que a categoria conta própria, bem como a ausência de trabalhadores domésticos. Em relação às atividades não agrícolas, também na categoria dos Empregados ocorre a maior parcela de contribuição (77,4%), seguida da categoria Conta Própria (12,4%).

## Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola por ocupação. Espírito Santo, 2015

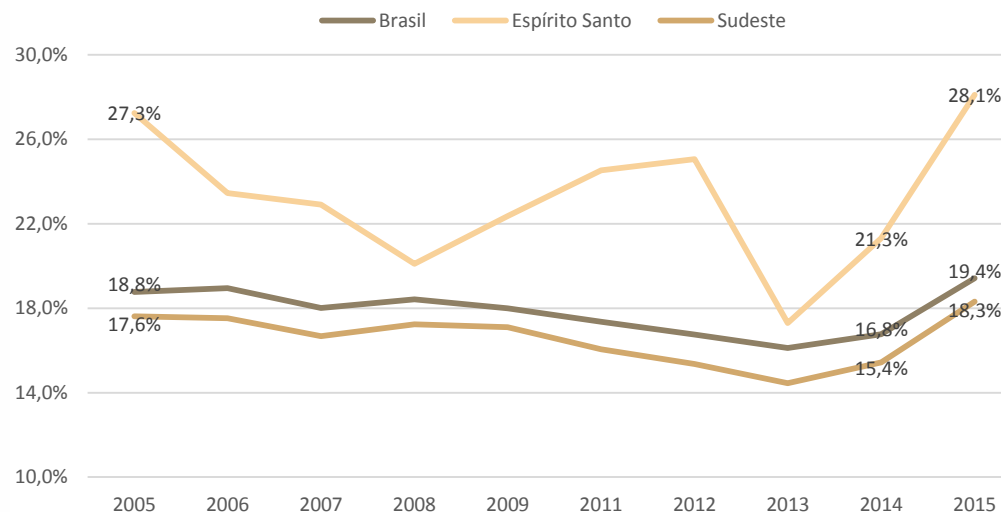


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



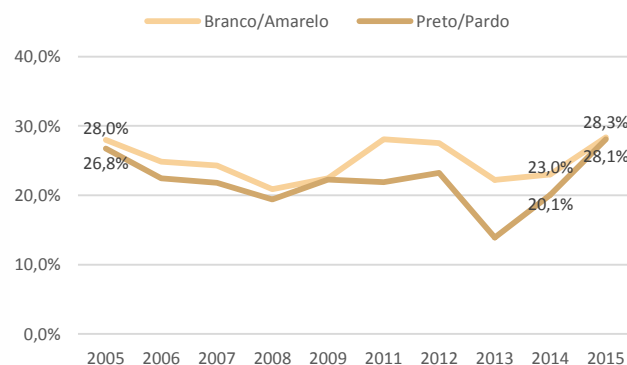
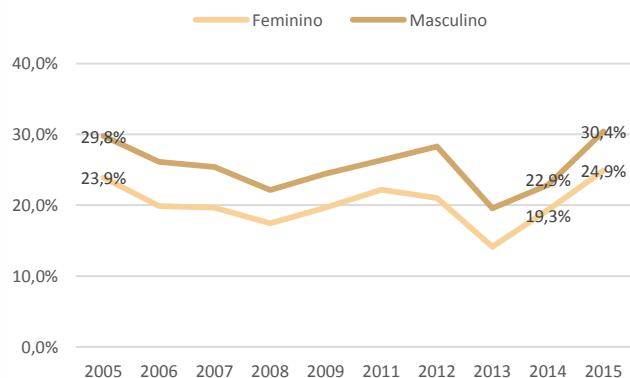
A porcentagem de pessoas sindicalizadas no Espírito Santo, ao longo de todo o período analisado, se mostrou superior aos valores registrados pela região Sudeste e Brasil. A trajetória mais instável, ao longo do tempo da série do Espírito Santo, pode ser explicada estatisticamente pelo fato do tamanho da amostra do estado ser menor do que aquelas coletadas para o Brasil e para o Sudeste, que apresentam maior estabilidade em suas séries. O percentual de pessoas ocupadas e sindicalizadas no Espírito Santo alcançou 28,1% em 2015, continuando o crescimento ocorrido em 2014, após uma queda expressiva observada entre 2012 e 2013 (de 25,1% para 17,3%). Na comparação entre os anos de 2014 e de 2015, o grau de sindicalização cresceu de forma generalizada para todos os segmentos analisados. Ademais, neste ano, a sindicalização foi maior entre os homens (30,4%) do que entre as mulheres (24,9%), ligeiramente superior para os autodeclarados Brancos/Amarelos (28,3%) em relação aos Pretos/Pardos (28,1%) e o meio rural apresentou taxa de sindicalização de 41,5%, enquanto no meio urbano esta mesma taxa foi de 25,5%.

**Grau de sindicalização (15 anos ou mais).  
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015**

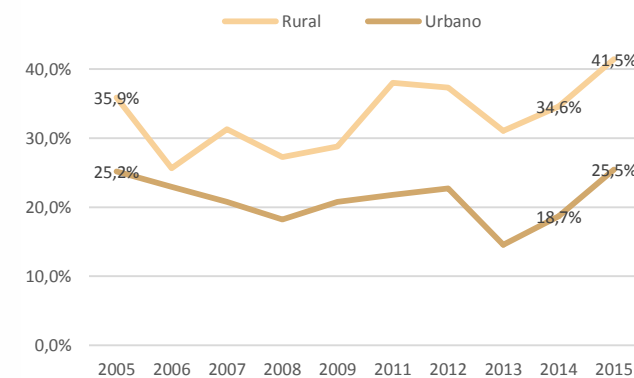


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

**Grau de sindicalização por gênero, cor ou raça e situação do domicílio.  
Espírito Santo, 2005 a 2015**

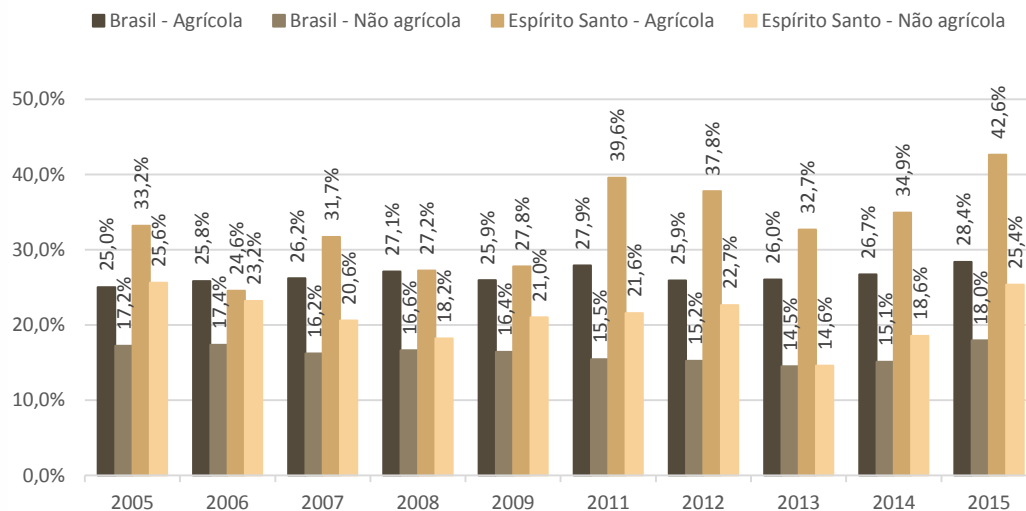


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).





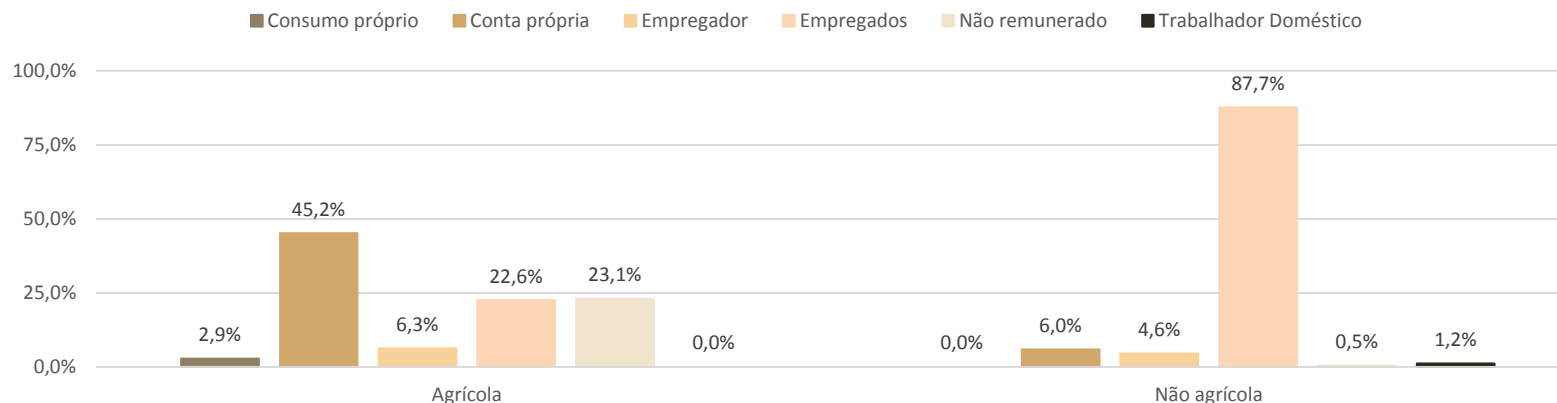
## Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A análise de sindicalização por atividade agrícola e não agrícola aponta para um aumento da sindicalização de 2015 em relação a 2014, para todas as atividades, no Espírito Santo e no Brasil. Em 2015, observa-se o maior percentual de pessoas sindicalizadas nas atividades agrícolas e não agrícolas de toda a série. Os maiores valores para as atividades agrícolas ocorreram anteriormente em 2011, registrando 39,6% no Espírito Santo e 27,9% no Brasil, passando em 2015 para 42,6% e 28,4%, respectivamente. Também se observou um aumento na sindicalização das atividades não agrícolas capixabas, passando de 18,6% em 2014 para 25,4% em 2015; o mesmo ocorrendo no Brasil, passando de 15,1% em 2014 para 18,0% em 2015. No Espírito Santo em 2015, a categoria dos Empregados correspondeu a 87,7% do total dos sindicalizados no setor não agrícola, enquanto no setor agrícola a maior participação está na categoria Conta própria (45,2%). Os não remunerados das atividades agrícolas (23,1%) formam o segundo contingente, por ocupação, de pessoas sindicalizadas.

## Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola por ocupação. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



# ARRANJOS FAMILIARES

**E**ntende-se por arranjo familiar o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, ou seja, as famílias, ou o conjunto de pessoas ligadas por dependência doméstica ou normas de convivência<sup>1</sup>, ou a pessoa que mora sozinha (IBGE, 2013)<sup>2</sup>. Segundo Amazonas e Braga (2006)<sup>3</sup>, há uma grande diversidade de tipos de arranjos familiares, apesar do predomínio da família nuclear, embora este raramente perdure. As transições ocorridas nos âmbitos cultural, econômico, político e social têm afetado essa instituição de uma forma, talvez, jamais vista na História. Entre elas, elencamos: as mudanças demográficas, em especial a maior longevidade humana; a participação crescente da mulher no mercado de trabalho; o divórcio e as organizações familiares distintas da família nuclear tradicional; o controle sobre a procriação a partir dos anticoncepcionais; as transformações ocorridas nos papéis parentais e de gênero.

A análise dos arranjos familiares com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) confirma que as organizações familiares têm se modificado nos últimos anos. O modelo tradicional de família composto por casal com filhos, sob chefia masculina, vem perdendo espaço para arranjos com maior diversificação na sua composição.

Entre 2005 e 2015, a representatividade de pessoas que residiam sozinhas e de casais sem filhos no conjunto dos arranjos familiares do Espírito Santo aumentou em 4,5 p.p. e 7,0 p.p., respectivamente, enquanto que a de casais com 2 filhos e com 3 ou mais filhos sofreu uma redução de -3,6 p.p. e -6,0 p.p., respectivamente. De uma maneira

geral, a configuração dos arranjos familiares do Espírito Santo (2015) acompanha o que ocorre no Sudeste e no Brasil, sendo que o percentual de arranjos formados por casais sem filhos, com 1 filho e com 2 filhos é um pouco maior no estado.

Além do crescimento dos arranjos não tradicionais, merece destaque a queda expressiva no número de filhos entre os arranjos familiares típicos (formados por casais). Na década analisada, a proporção de casais com 2 filhos e com 3 ou mais filhos no Espírito Santo caiu -5,4 p.p. e -9,0 p.p., respectivamente. Por outro lado, a proporção de casais sem filho e com 1 filho cresceu 11,2 p.p. e 3,2 p.p., respectivamente.

Somado aos aspectos econômicos e sociais já citados, a mudança recente no papel da mulher na sociedade também contribuiu para o novo modelo familiar. No Espírito Santo houve um aumento expressivo no número de mulheres chefes de família entre 2005 e 2015 (7,8 p.p.). O número de mulheres sozinhas também aumentou (2,6 p.p.), enquanto que o de solteiras com 1 ou mais filhos diminuiu (-2,8 p.p.).

Analisando os arranjos familiares com base nos níveis de instrução, verifica-se que os casais sem filho e com 1 filho configuram arranjos com grande representatividade em qualquer classificação de nível de instrução. Os resultados confirmam, ainda, a percepção comum de que ocorre um aumento no percentual de arranjos formados por casais com 1 filho à medida que se aumenta o número de anos de instrução (sem instrução a 3 anos, 4 a 10 anos e 11 a 15 anos), sofrendo uma redução ao chegar na classe de maior instrução (15 anos ou mais de estudo), embora esse arranjo ainda seja muito representativo no conjunto desta

<sup>1</sup> Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e, por normas de convivência, as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica – ver referência na nota nº 2.

<sup>2</sup> IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2013. Glossário. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 32. Rio de Janeiro: 2013.

<sup>3</sup> AMAZONAS, M. C. L. A.; BRAGA, M. G. R. **Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas**. Rio de Janeiro: Ágora, 2006. vol. 9, n. 2, p. 177-191.

classe (19,4%), ficando abaixo apenas dos arranjos formados por casais sem filhos (22,3%).

Na configuração dos arranjos familiares segundo a ocupação do chefe de família, a classe ocupacional formada pelos trabalhadores domésticos se diferencia das demais por apresentar como mais representativos os arranjos formados por chefes sozinhos (23,1%), solteiros com 2 ou mais filhos (23,1%) e solteiros com 1 filho (22,0%) em 2015. Em todas as outras ocupações analisadas os arranjos formados por casais prevalecem.

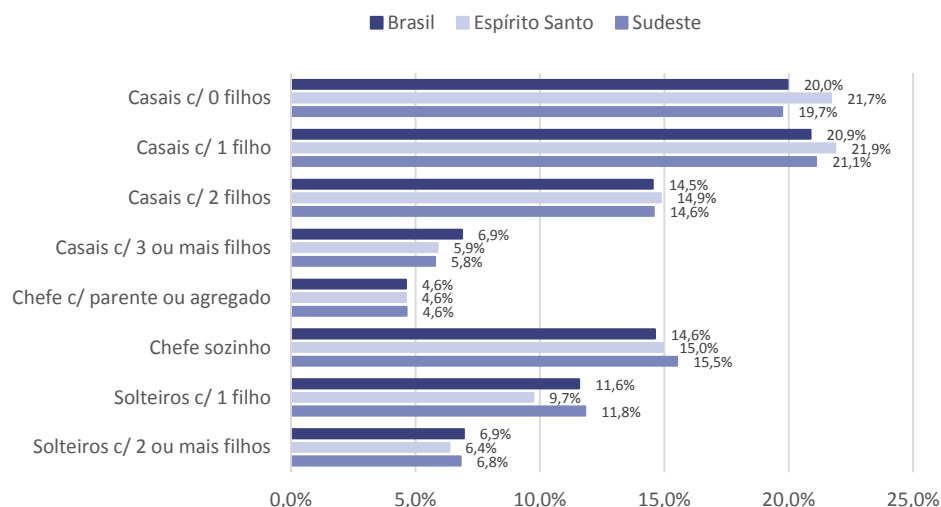
A configuração dos arranjos familiares segundo classes econômicas nos permite uma análise de certa forma convergente em relação aos níveis de instrução. As famílias com maior renda, caracterizadas como classe econômica AB, são compostas principalmente por casais sem filho (27,8%), chefes sozinhos (25,2%) e casais com 1 filho (20,9%). À medida em que a renda das famílias diminui, passamos a observar um aumento na proporção de arranjos com mais de um filho. A classe com a menor renda, definida como E, possui a maior proporção de famílias constituindo-se de casais com três ou mais filhos (17,6%).

A configuração dos arranjos familiares do Espírito Santo, em consonância com a realidade brasileira, aponta para uma maior diversidade de composições familiares em relação ao modelo tradicional. A perspectiva é de que esse processo continue em curso, a partir da manutenção da tendência de queda na fecundidade, da participação feminina cada vez maior no mercado de trabalho, das mudanças nos papéis parentais e de gênero, dentre outros aspectos. No entanto, quando se analisa os arranjos familiares com base nos níveis de instrução, ocupações e classes econômicas, os padrões familiares permanecem, especialmente quanto ao número de filhos.





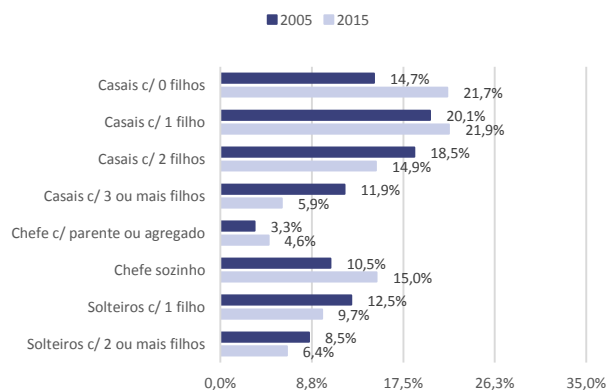
## Arranjos familiares. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2015



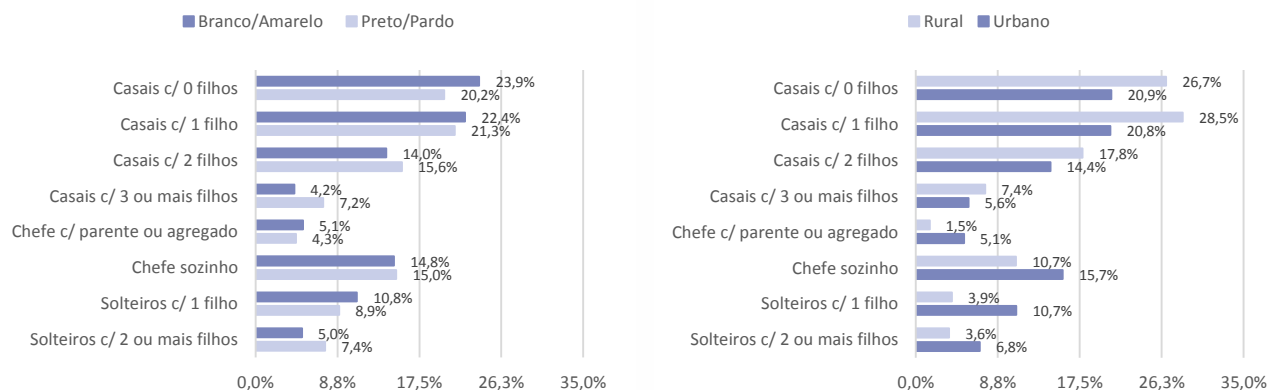
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Na amostra pesquisada envolvendo todos os arranjos familiares do Espírito Santo (2015), a maior proporção foi representada por casais com 1 filho (21,9%), assim como na região Sudeste (21,1%) e no Brasil (20,9%), seguidos pelos casais sem filhos (21,7%) e pelos chefes sozinhos (15,0%). Cabe destacar que no ano anterior (2014), essa terceira posição era ocupada pelos casais com 2 filhos. Na última década (2005 a 2015), verificou-se queda na proporção de solteiros com 1 filho (-2,8 p.p.), solteiros com 2 ou mais filhos (-2,1 p.p.), casais com 2 filhos (-3,6 p.p.) e casais com 3 ou mais filhos (-6,0 p.p.). Por outro lado, houve aumento na participação dos arranjos familiares dos chefes sozinhos (+4,5 p.p.), chefes com parentes ou agregados (+1,3 p.p.), casais com 1 filho (+1,8 p.p.) e casais sem filho (+7,0 p.p.). Analisando os arranjos por cor ou raça, observa-se que os pretos/pardos apresentam configuração familiar com maior número de filhos que os brancos/amarelos. Quanto à situação do domicílio, os resultados mostram que os arranjos familiares formados por solteiros são mais representativos na área urbana, enquanto que os formados por casais são mais representativos na zona rural.

## Arranjos familiares. Espírito Santo, 2005 e 2015



## Arranjos familiares por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015

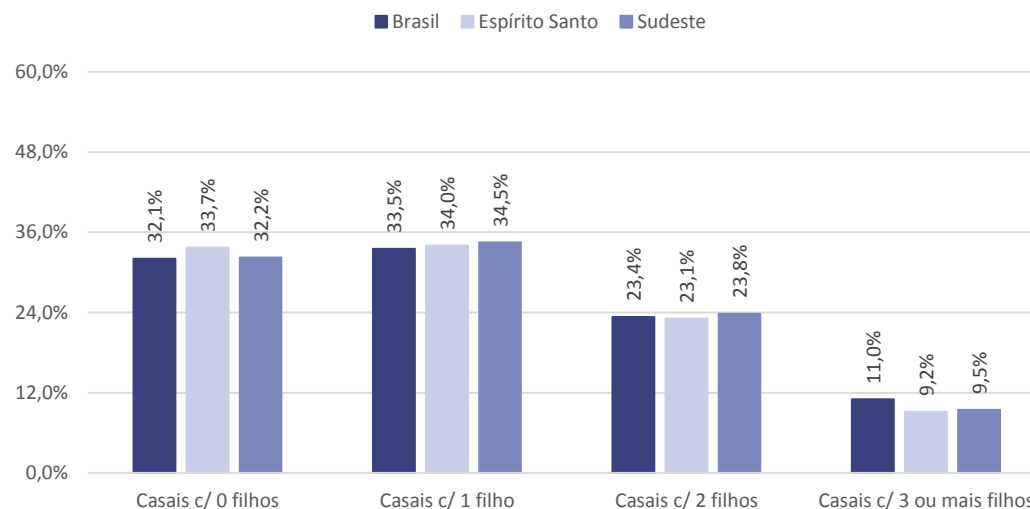


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



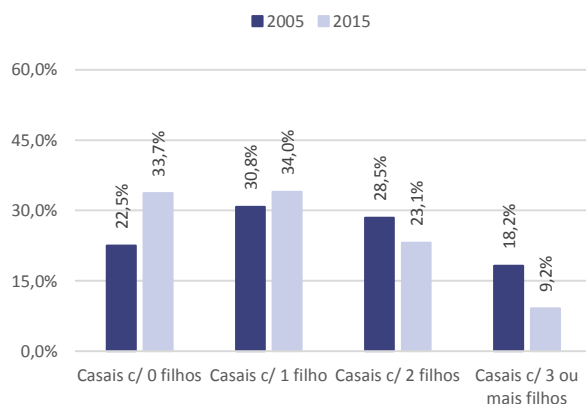
No subconjunto que envolve apenas os arranjos formados por casais, denominado arranjo familiar típico, os mais representativos no Espírito Santo são os casais com 1 filho (34,0%), seguido dos casais sem filhos (33,7%), refletindo o comportamento verificado na região Sudeste e no Brasil. No entanto, a proporção de casais sem filhos no estado é maior em relação a Sudeste e Brasil. Entre 2005 e 2015, a proporção de casais sem filhos teve um acréscimo de 11,2 p.p. (de 22,5% para 33,7%) e a de casais com 1 filho 3,2 p.p. (de 30,8% para 34,0%). Por outro lado, a proporção de casais com 2 filhos e com 3 ou mais filhos apresentou queda de -5,4 p.p. (de 28,5% para 23,1%) e -9,0 p.p. (de 18,2% para 9,2%), respectivamente. Em 2015, a proporção mais significativa de casais sem filhos e com apenas 1 filho encontrava-se entre os de cor ou raça branca/amarela, respectivamente 37,1% e 34,7%. Em relação à situação do domicílio, observa-se maior proporção de casais sem filhos e casais com 2 filhos na área urbana (33,8% e 23,3%, respectivamente). Já os arranjos formados por casais com 1 filho têm maior representatividade na área rural (35,4%). A representatividade de casais com 3 ou mais filhos é a mesma na área urbana e rural.

### Arranjo familiar típico. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2015

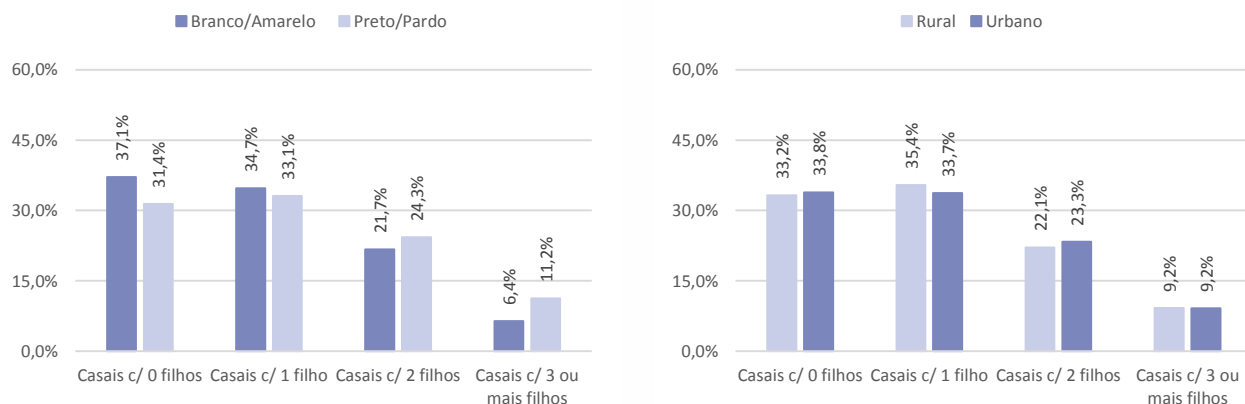


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

### Arranjo familiar típico. Espírito Santo, 2005 e 2015



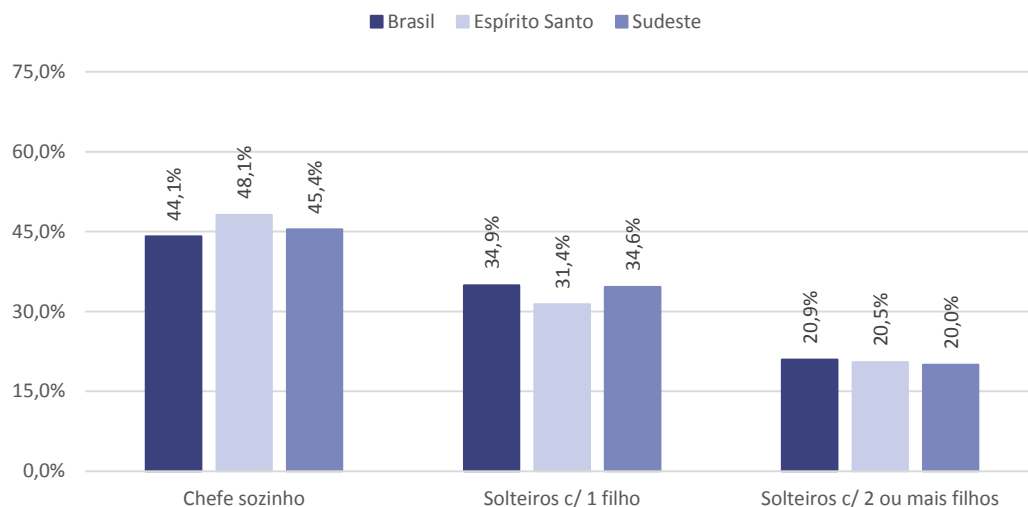
### Arranjo familiar típico por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



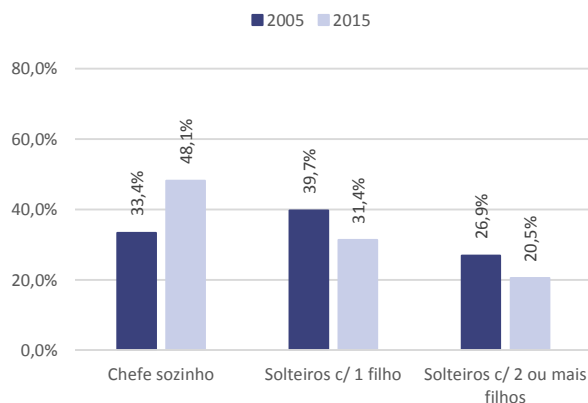
## Arranjo familiar mononuclear. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2015



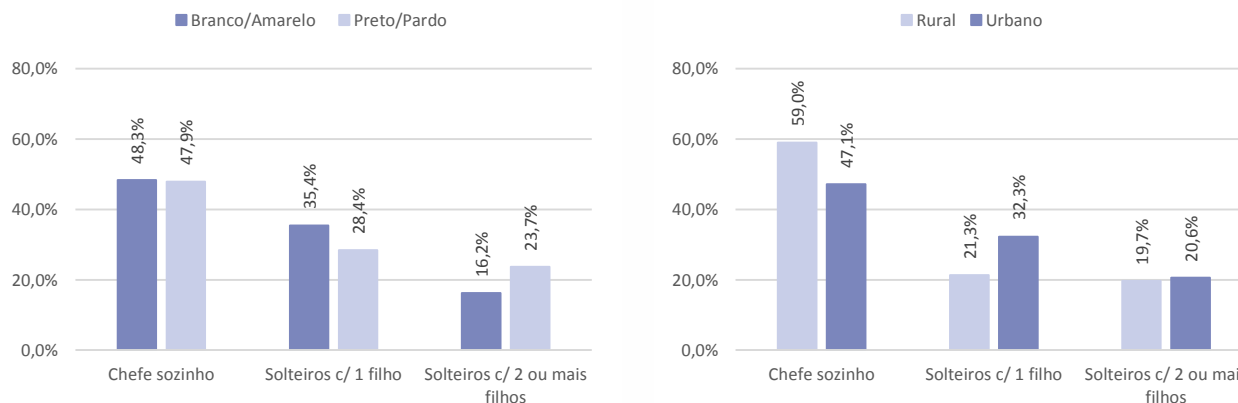
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

No subconjunto formado apenas pelos chefes de família sem cônjuge, denominado famílias mononucleares, as pessoas que residiam sozinhas no Espírito Santo em 2015 representavam 48,1% do total, os solteiros com um filho 31,4% e os solteiros com dois ou mais filhos 20,5%. A proporção de chefes sozinhos no Espírito Santo é superior ao apresentado por Brasil e Sudeste, ao contrário da proporção de solteiros com 1 filho, que é inferior em relação a ambos. Na última década (2005 a 2015) verificou-se uma queda de -8,3 p.p. e -6,4 p.p., respectivamente, no número de solteiros com 1 filho e de solteiros com 2 ou mais filhos, enquanto que o número de sozinhos aumentou 14,7 p.p. no mesmo período. Os chefes sozinhos (48,3%) e os solteiros com 1 filho (35,4%) têm maior representatividade entre a população branca/amarela, enquanto que os solteiros com 2 ou mais filhos entre a população preta/parda (23,7%). Quanto à situação do domicílio, os chefes sozinhos são mais representativos na área rural (59,0%), enquanto que os solteiros com 1 filho (32,3%) e com 2 ou mais filhos (20,6%) na área urbana.

## Arranjo familiar mononuclear. Espírito Santo, 2005 e 2015



## Arranjo familiar mononuclear por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015

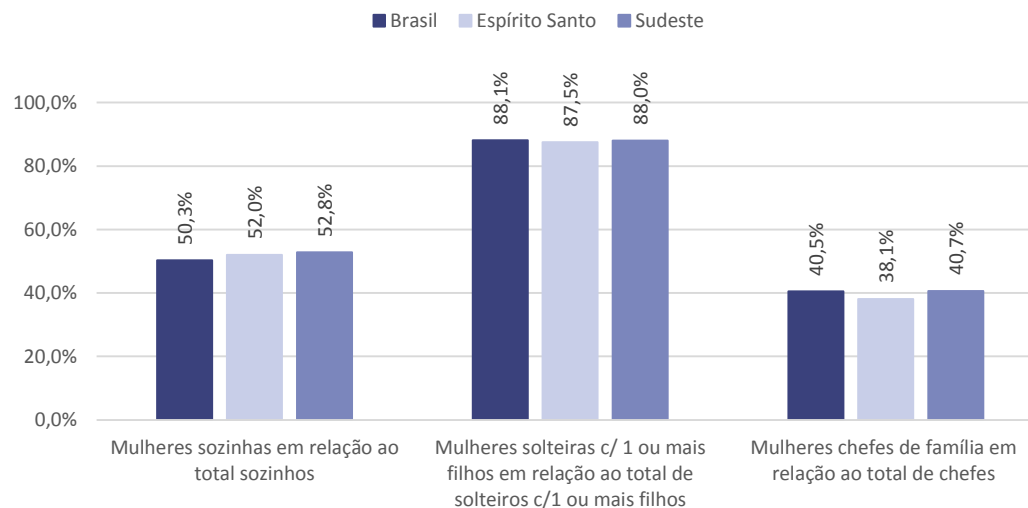


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



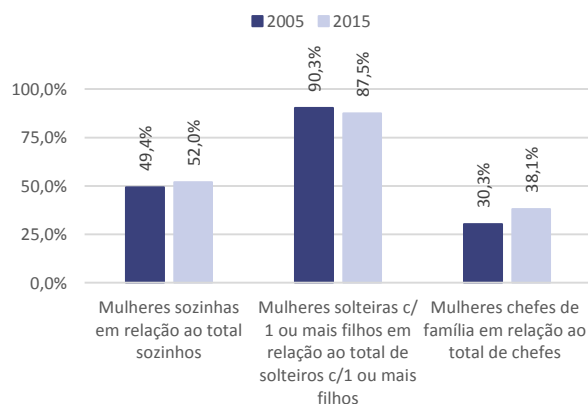
Do total de chefes de família no Espírito Santo em 2015, aproximadamente 38,1% eram mulheres, percentual inferior ao apresentado por Sudeste (40,7%) e Brasil (40,5%). Em relação ao total de pessoas que residem sozinhas no estado, 52,0% eram mulheres. Além disso, verificou-se que entre todos os solteiros com 1 ou mais filhos 87,5% são mulheres. Entre 2005 e 2015, a ocorrência de mulheres chefes de família cresceu 7,8 p.p. no Espírito Santo. Enquanto que o número de mulheres sozinhas no estado também cresceu na última década, mas em proporção menor (2,6 p.p.), o de mulheres solteiras com 1 ou mais filhos caiu -2,8 p.p. no período. Em 2015, a proporção de mulheres chefes de família mostrou-se ligeiramente menor entre as mulheres brancas/amarelas (37,9%) e substancialmente menor entre as mulheres residentes em área rural (14,5%). Já a proporção de mulheres sozinhas mostrou-se maior entre as mulheres brancas/amarelas (63,7%) e entre as residentes em área urbana (54,5%). As solteiras com 1 ou mais filhos possuem maior representatividade na área urbana (88,9%) e entre as mulheres de cor ou raça branca/amarela (89,7%).

## Características das mulheres chefes de família. Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2015

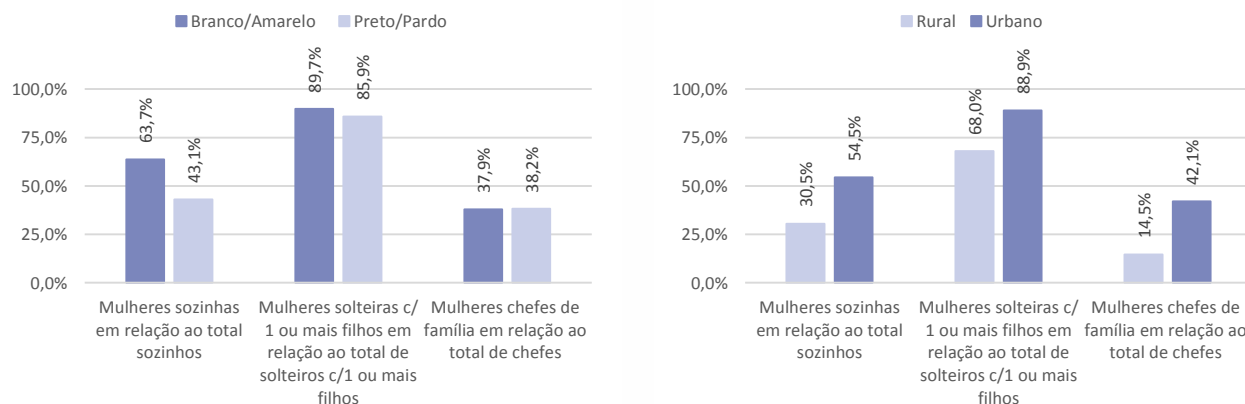


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

## Características das mulheres chefes de família. Espírito Santo, 2005 e 2015



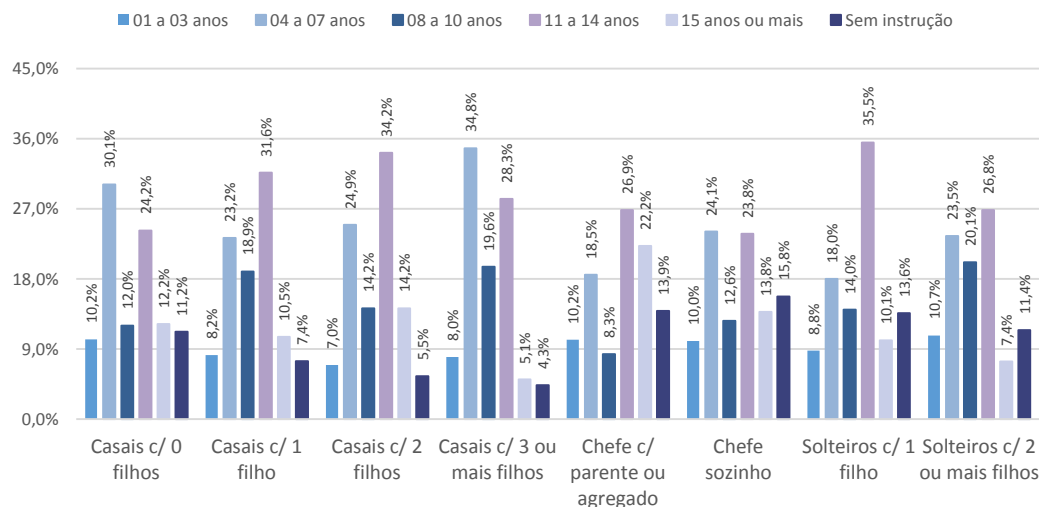
## Características das mulheres chefes de família por cor ou raça e situação do domicílio. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

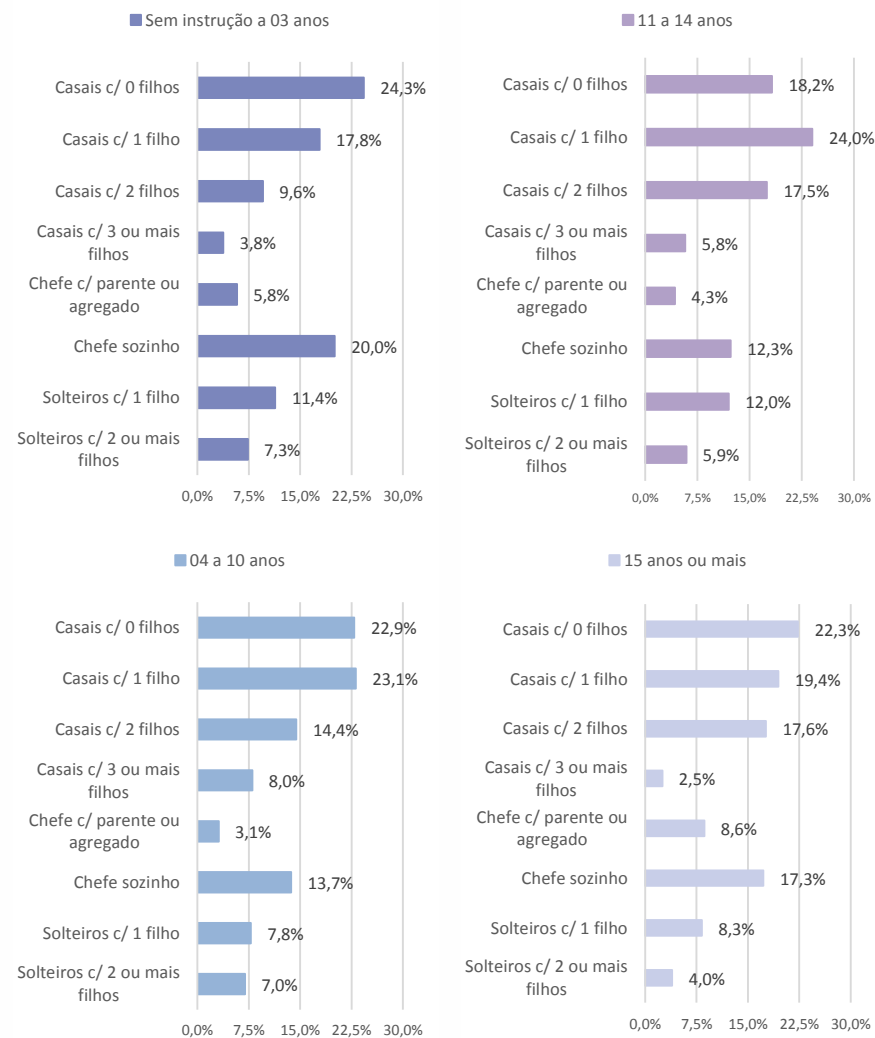


### Configuração dos níveis de instrução segundo arranjos familiares. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

### Configuração de arranjos familiares segundo níveis de instrução. Espírito Santo, 2015

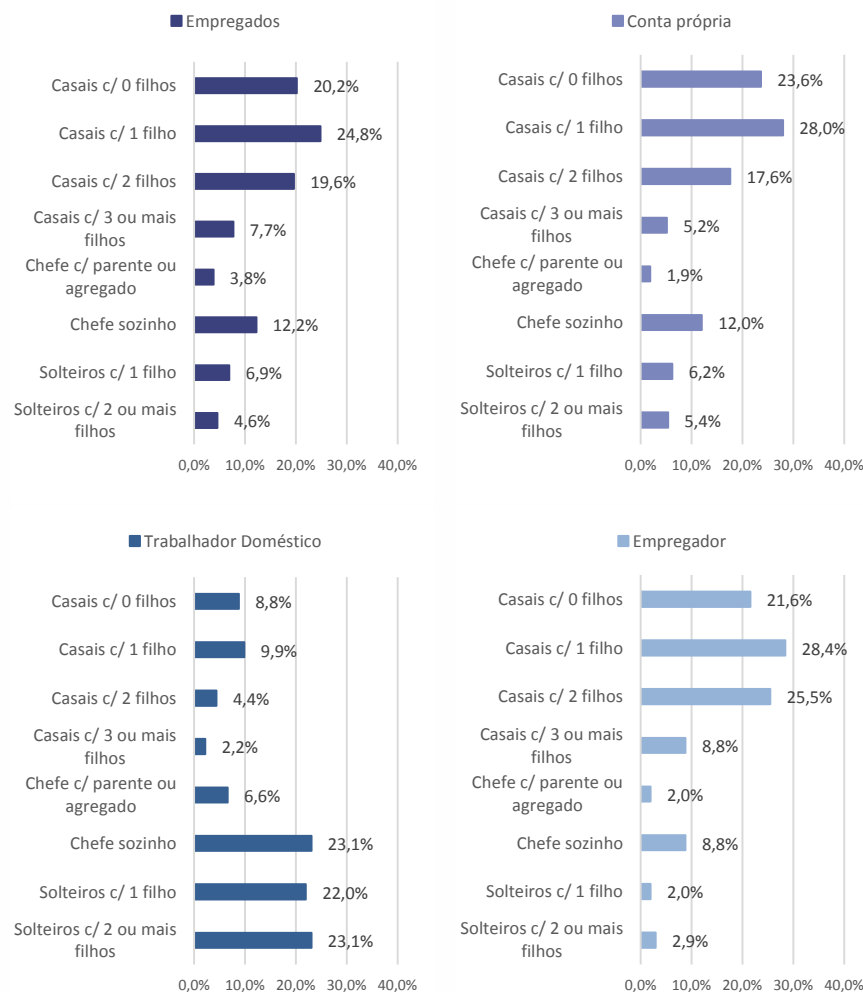


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Os arranjos com maior proporção de pessoas com ensino superior (15 anos ou mais) foram os formados pelos chefes com parente ou agregado (22,2%). O nível de instrução 11 a 14 anos de estudo é mais representativo entre os solteiros com 1 filho (35,5%); 8 a 10 anos de estudo entre os solteiros com 2 ou mais filhos (20,1%); 4 a 7 anos de estudo entre os casais com 3 ou mais filhos (34,8%). Os arranjos com a maior proporção de pessoas sem instrução foram os formados pelos chefes sozinhos (15,8%), seguido dos chefes com parente ou agregado (13,9%). Analisando a configuração dos arranjos por cada nível de instrução, verifica-se que entre os arranjos com maior escolaridade (15 anos ou mais de estudo) os mais representativos foram casais sem filhos (22,3%) e casais com 1 filho (19,4%). Entre os menos instruídos (até 3 anos de estudo) os mais representativos foram casais sem filhos (24,3%) e chefes sozinhos (20,0%). Com relação aos níveis de instrução 4 a 10 anos e 11 a 14 anos de estudo, em ambos os arranjos mais significativos, nesta ordem, foram os formados pelos casais com 1 filho (23,1% e 24,0%) e casais sem filhos (22,9% e 18,2%).

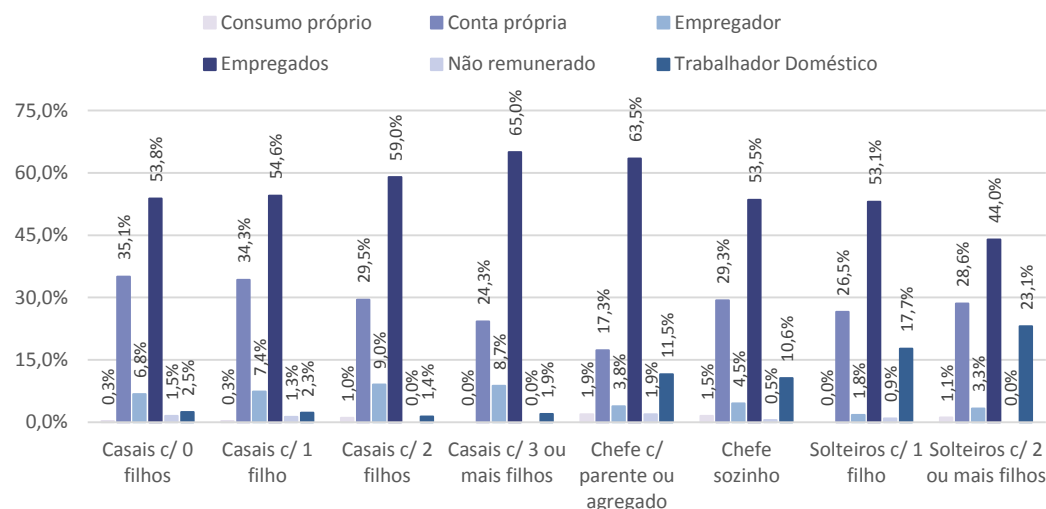


## Configuração dos arranjos familiares segundo ocupações. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

## Configuração das ocupações segundo arranjos familiares. Espírito Santo, 2015

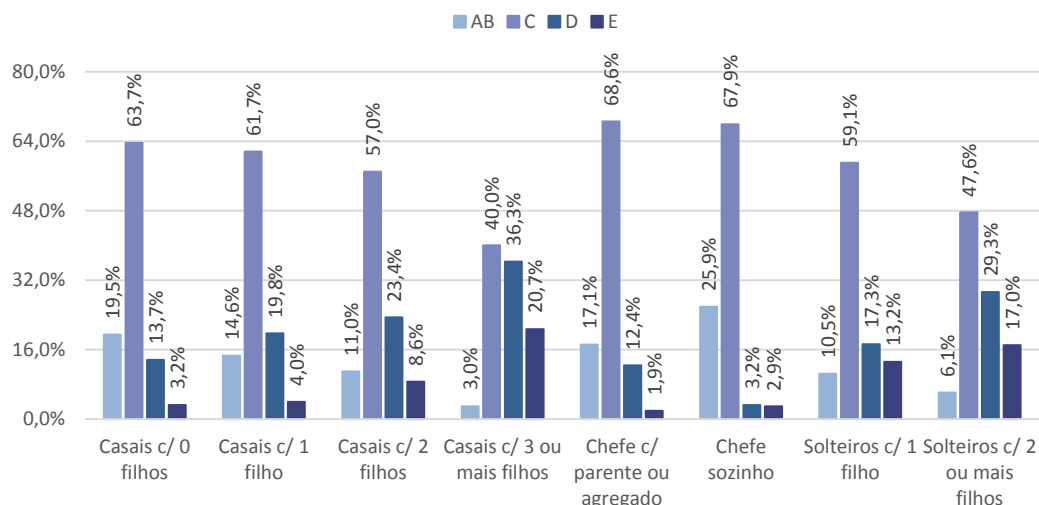


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

Em todos os arranjos familiares do Espírito Santo, a ocupação mais frequente entre os chefes de família foi a de empregado (acima de 44,0%, percentual registrado pelos solteiros com 2 ou mais filhos). Também merece destaque a ocupação por conta própria, que é a segunda mais representativa entre os arranjos (percentuais variam entre 17,3% e 35,1%). Os arranjos formados por solteiros com 1 filho e solteiros com 2 ou mais filhos se destacam dos demais pela porcentagem mais alta de domésticos (17,7% e 23,1%, respectivamente). A proporção de empregadores foi maior entre os casais com 2 filhos (9,0%) e casais com 3 ou mais filhos (8,7%). Ao analisar a distribuição dos arranjos por cada tipo específico de ocupação, observa-se que entre os trabalhadores domésticos os arranjos de maior representatividade foram os formados pelos chefes sozinhos (23,1%) e pelos solteiros com 2 ou mais filhos (ambos com 23,1%), seguido pelos solteiros com 1 filho (22,0%). Entre os empregadores predomina os arranjos formados por casais: com 1 filho (28,4%), com 2 filhos (25,5%) e sem filhos (21,6%). Nas outras ocupações, empregado e conta própria, também predominaram os arranjos formados por casais, com maior destaque para casais com 1 filho (24,8% e 28,0%, respectivamente).



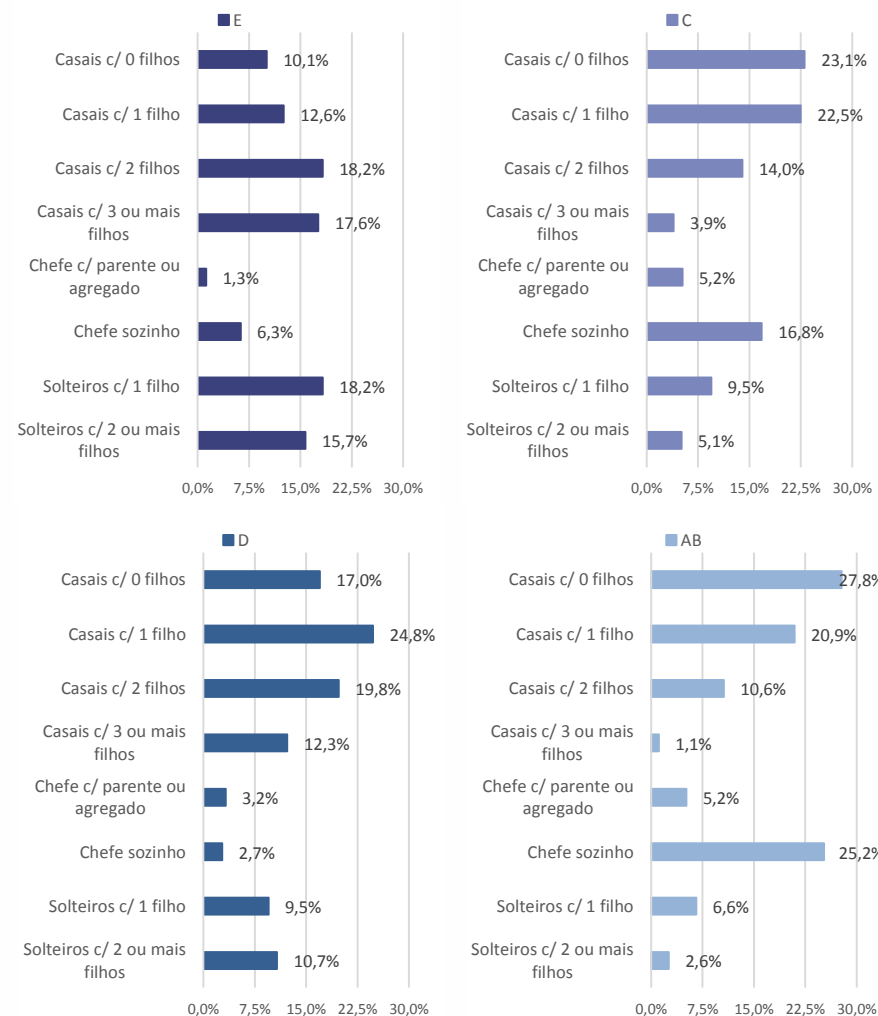
### Configuração das classes econômicas segundo arranjos familiares. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).

A classe econômica C se destaca como a mais representativa em todos os arranjos familiares, sendo que a maior proporção da classe se verifica entre os chefes com parente ou agregado (68,6%), seguidos dos chefes sozinhos (67,9%), e a menor entre casais com 3 ou mais filhos (40,0%). Quanto às demais classes, a maior proporção da classe AB está entre os chefes sozinhos (25,9%) e das classes D e E entre os casais com 3 ou mais filhos (12,3% e 20,7%, respectivamente). Analisando a distribuição percentual dos arranjos familiares por cada classe econômica individualmente, observa-se que para a classe E os arranjos mais representativos foram os formados por solteiros com 1 filho e casais com 2 filhos, ambos com 18,2%. Para a classe D, foram os arranjos formados por casais: com 1 filho (24,8%), com 2 filhos (19,8%), sem filhos (17,0%) e com 3 ou mais filhos (12,3%). Na classe C, destaque para os arranjos formados por casais sem filhos (23,1%), casais com 1 filho (22,5%) e chefes sozinhos (16,8%), além dos casais com 2 filhos (14,0%). Na classe AB a maioria foi formada pelos casais sem filhos (27,8%), pelos chefes sozinhos (25,2%) e pelos casais com 1 filho (20,9%).

### Configuração dos arranjos familiares segundo classes econômicas. Espírito Santo, 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estatística (CEST).



# APÊNDICE METODOLÓGICO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi implantada progressivamente no Brasil a partir de 1967. Trata-se de um conjunto de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento, habitação, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no conjunto de acordo com as necessidades de informação para o País.

A periodicidade dos levantamentos é anual, com realização no último trimestre de cada ano. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançada gradativamente. Até o ano de 2003, a abrangência geográfica da PNAD excluía somente a área rural de parte da Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Portanto, no período de análise desta Síntese de Indicadores Sociais (2005 – 2015), a abrangência da PNAD engloba todo o território nacional para todo os anos.

A expansão da amostra é realizada com pesos definidos por meio dos dados do Censo Demográfico, o qual serve de marco para a classificação da situação do domicílio. Com isso, as estatísticas perdem um pouco de precisão à medida que os resultados obtidos

se afastam dos anos de realização dos Censos. Em função disso, com a realização do Censo Demográfico de 2010 foram revisadas as projeções e estimativas populacionais e as pesquisas dos anos seguintes foram geradas levando em consideração esta revisão. Além disso, foi feita a reponderação dos pesos para as Pesquisas de 2001 a 2012, com o objetivo de melhorar a acurácia dos dados, sendo assim, um leitor mais interessado, que resolva comparar os resultados desta Síntese com os das Sínteses anteriores a de 2013 pode encontrar algumas pequenas diferenças em indicadores que contemplam número absolutos, uma vez que a reponderação não afeta taxas.

No ano de 2015, o IBGE visitou 151.189 domicílios para a realização da PNAD. Deste universo, um total de 117.939 domicílios tiveram a entrevista realizada. Nestes domicílios, foram coletadas informações de 356.904 pessoas que compuseram a amostra da pesquisa. No Espírito Santo a pesquisa possui cobertura de 3.087 domicílios, sendo que a entrevista foi realizada em 2.277 deles. Destes domicílios em que a entrevista foi realizada, 1.945 estão situados na zona urbana e 332 na zona rural dos municípios, com informações de 6.568 indivíduos, sendo 5.582 residentes da zona urbana e 986 da zona rural. Para a expansão da amostra no Espírito Santo, um domicílio ou indivíduo da amostra corresponde a 599 ou 600 domicílios ou indivíduos da população.



# GLOSSÁRIO

**Recortes utilizados:**

**Cor ou raça:** População de cor amarela/branca ou preta/parda.

**Gênero:** Masculino (homem) e feminino (mulher).

**Situação do domicílio:** Indivíduo, família ou domicílio localizado em área urbana ou rural.

**Renda domiciliar em salários mínimos (SM):** Menor ou igual a 3 SM ou maior do que 3 salários mínimos.

## ➤ DEMOGRAFIA

- **Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 49 anos:** Proporção de crianças de 0 a 4 anos a cada 10 mulheres em idade reprodutiva ou fértil.
- **Emigrantes:** Pessoas residentes nas demais Unidades da Federação e que moravam no Espírito Santo cinco anos antes da data de referência da pesquisa.
- **Estrutura etária:** Distribuição populacional por faixa etária e sexo, em relação ao total da população.
- **Idade média:** A média da idade dos indivíduos da população.
- **Imigrantes:** Pessoas residentes no Espírito Santo que moravam nas demais Unidades da Federação cinco anos antes da data de referência da pesquisa.
- **Índice de envelhecimento:** Relação existente entre o número de idosos e a população jovem. É expresso em número de residentes com 60 ou mais anos por 100 residentes de 0 a 14 anos.
- **Migração Líquida:** Diferença entre Imigrantes e Emigrantes.
- **População residente:** Número de habitantes residentes em uma determinada área geográfica com base nos dados anuais da PNAD.
- **Razão de dependência:** Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos de idade e 60 anos de idade ou mais) e população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade).
- **Razão de dependência idoso:** Razão entre a população considerada inativa idosa (60 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade).
- **Razão de dependência jovem:** Razão entre a população considerada inativa jovem (0 a 14 anos de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 59 anos de idade).
- **Razão de sexo:** Razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população. É expresso em número de homens a cada 100 mulheres.
- **Taxa de crescimento populacional:** Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico no período considerado. O valor da taxa refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos.
- **Taxa de urbanização:** Percentual de pessoas que vivem na zona urbana em relação ao total da população.

## ➤ DOMICÍLIOS

- **Percentual de domicílios adequados:** Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente da rede geral de distribuição, escoamento sanitário adequado, coleta de lixo e densidade de morador por dormitório menor ou igual a dois.
- **Percentual de domicílios com abastecimento de água da rede geral de distribuição:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes cujo serviço de fornecimento de água é proveniente de rede geral de distribuição.
- **Percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de escoadouro do banheiro ou sanitário em rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.
- **Percentual de domicílios com coleta de lixo:** Percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo direta ou indireta.
- **Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado:** Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado (forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: em rede coletora de esgoto ou pluvial, em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial).
- **Percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado:** Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário inadequado (forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: fossa rudimentar, vala, direto para o rio, lago ou mar e outra forma).
- **Percentual de domicílios com iluminação elétrica:** Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de iluminação do domicílio por meio elétrico (de rede, gerador, solar).
- **Percentual de domicílios com telefonia celular:** Percentual de domicílios particulares e permanentes com serviço de telefonia celular.
- **Percentual de domicílios com telefonia fixa:** Percentual de domicílios particulares e permanentes com serviço de telefonia fixa.
- **Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido:** Percentual de domicílios particulares permanentes cuja condição de ocupação é própria (já pago ou ainda pagando), alugado ou cedido (para o domicílio cedido gratuitamente por empregador ou outra forma).
- **Percentual de domicílios por existência de alguns bens duráveis:** Percentual de domicílios particulares permanentes por existência de bens duráveis: computador, computador com internet, geladeira, máquina de lavar e televisão.
- **Total de domicílios:** Refere-se ao número de domicílios particulares utilizados de forma permanente como residência.

## ➤ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

- **Coefficiente de Gini:** Medida do grau de concentração de uma distribuição, dentro de uma população, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).
- **Percentual de pessoas pobres:** Percentual de pessoas que residem em domicílios, cuja renda domiciliar per capita, deflacionada para setembro de 2015, se situava abaixo da linha de pobreza de R\$ 231,94 na zona urbana e R\$ 197,95 na zona rural.
- **Percentual de pessoas extremamente pobres:** Percentual de pessoas que residem em domicílios, cuja renda domiciliar per capita, deflacionada para setembro de 2015, se situava abaixo da linha de indigência cujos valores são a metade dos que definem o percentual de pobres
- **Percentual de pessoas na classe AB:** Percentual de pessoas que residem em domicílios, cuja renda domiciliar per capita, deflacionada para setembro de 2015, se situava acima de R\$1.884,47 na zona urbana e R\$1.714,74 na zona rural.
- **Percentual de pessoas na classe C:** Percentual de pessoas que residem em domicílios, cuja renda domiciliar per capita, deflacionada para setembro de 2015, se situava entre R\$437,13 e R\$1.884,47 na zona urbana e entre R\$397,75 e R\$1.714,74 na zona rural.
- **Percentual de pessoas na classe D:** Percentual de pessoas que residem em domicílios, cuja renda domiciliar per capita, deflacionada para setembro de 2015, se situava entre R\$231,94 e

R\$437,13 na zona urbana e entre R\$197,95 e R\$397,75 na zona rural.

- **Renda média domiciliar per capita real:** Renda domiciliar média per capita deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de setembro de 2015.
- **Renda média real de todas as fontes:** Renda mensal média proveniente de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços setembro de 2015.

## ➤ EDUCAÇÃO

- **Alocação do tempo dos jovens com idade entre 15 e 29 anos:** Distribuição do tempo dos jovens com idade entre 15 e 29 anos entre trabalho, estudo, trabalho e estudo.
- **Escolaridade média:** Média aritmética do número de anos de estudo completos dentro de uma população.
- **Frequência escolar:** Percentual de pessoas de um grupo populacional que frequentam escola.
- **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 11 anos de estudo:** Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo dentro da população de 25 anos ou mais.
- **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e no mínimo 15 anos de estudo:** Percentual de pessoas com 15 anos ou mais de estudo dentro da população de 25 anos ou mais.

- **Taxa de analfabetismo:** Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que se declararam incapazes de ler e escrever.
- **Taxa de analfabetismo funcional:** Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que possuem menos de 4 anos de estudo completos.
- **Taxa de retenção:** Percentual de pessoas que abandonaram os estudos em uma etapa específica de ensino em relação ao total de pessoas que continuaram estudando.

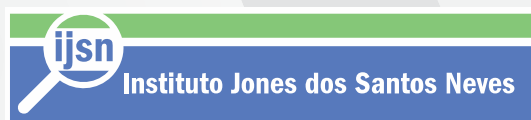
## ➤ MERCADO DE TRABALHO

- **Grau de sindicalização:** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade e filiadas a algum sindicato em qualquer trabalho na semana de referência.
- **Número de pessoas empregadas por setor formal:** Distribuição do total de empregados de 15 anos ou mais de idade, segundo a forma de inserção no mercado, sendo: empregados formais aqueles que possuem carteira de trabalho assinada; e trabalhadores informais, aqueles que não possuem carteira de trabalho assinada.
- **Número de pessoas ocupadas:** Número de pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência da pesquisa.
- **Percentual de crianças ocupadas de 10 a 14 anos em relação ao total ocupado:** População de crianças de 10 a 14 anos de idade ocupada em relação à população ocupada total.
- **Pessoas com cobertura previdenciária:** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade, em todas as atividades e que contribuíram para o instituto de previdência, federal, estadual ou municipal, em qualquer trabalho na semana de referência.
- **População economicamente ativa:** Pessoas de 15 anos ou mais de idade que se encontram ocupadas ou que tomaram alguma providência para encontrar emprego na semana de referência da pesquisa.
- **População em idade ativa:** Pessoas com 15 anos ou mais de idade.
- **População não economicamente ativa:** Pessoas com 15 anos ou mais de idade que não trabalham e não tomaram alguma providência para encontrar emprego na semana de referência da pesquisa.
- **Renda real média de todos os trabalhos:** Renda mensal média proveniente de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de setembro de 2014.
- **Taxa de atividade:** Porcentagem de pessoas economicamente ativas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas em idade ativa.
- **Taxa de desemprego:** Porcentagem de pessoas desocupadas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas economicamente ativas. Sendo definido como desocupadas as pessoas sem emprego, mas que tomaram alguma providência para arrumar emprego na semana de referência.

- **Taxa de ocupação:** Porcentagem de pessoas ocupadas em relação às pessoas economicamente ativas, considerando aqueles com 15 anos ou mais de idade.

## ➤ ARRANJOS FAMILIARES

- **Arranjos familiares:** Porcentagem de pessoas ou um grupo de pessoas que residem em uma mesma família, sendo que esta pode ser organizada da seguinte forma:
  - **Típico:** Famílias que apresentam chefe e cônjuge (casal) na sua estrutura familiar;
  - **Mononuclear:** Famílias com estrutura familiar sem cônjuge.
- **Característica das mulheres chefes de família:** Proporção de mulheres chefes de família em relação ao total de famílias; proporção de mulheres que residem sozinhas em relação ao total de pessoas que moram sozinhas; proporção de mulheres solteiras com filho em relação ao total de solteiros com filho.



[www.ijsn.es.gov.br](http://www.ijsn.es.gov.br)

*GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*  
*Secretaria de Economia e Planejamento*

